

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

LUCIANO CEZAR BOICO

**DEBATENDO A RETÓRICA DO COMBATE À CORRUPÇÃO COMO MEIO DE
RESTAURAÇÃO DO PODER DE CLASSE NO BRASIL**

Belo Horizonte – MG

2021

Luciano Cezar Boico

**DEBATENDO A RETÓRICA DO COMBATE À CORRUPÇÃO COMO MEIO DE
RESTAURAÇÃO DO PODER DE CLASSE NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Prof. Orientador: Msc. Felipe Baptista Campanuci Queiroz.

Belo Horizonte - MG

2021

Ficha Catalográfica

BOICO, Luciano Cezar.

DEBATENDO A RETÓRICA DO COMBATE À CORRUPÇÃO COMO MEIO DE RESTAURAÇÃO DO PODER DE CLASSE NO BRASIL/ Luciano Cezar Boico. Belo Horizonte: FLACSO/FPA, 2021.

139 p.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientador: Msc. Felipe Baptista Campanuci Queiroz

Luciano Cezar Boico

**DEBATENDO A RETÓRICA DO
COMBATE À CORRUPÇÃO COMO MEIO
DE RESTAURAÇÃO DO PODER DE
CLASSE NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em 23 de junho de 2021.

Prof. Orientador Mestre Felipe Baptista Campanuci Queiroz
FLACSO Brasil/FPA

Professor Doutor Alberto Dias Mendes
Faculdade de Direito/Centro Universitário Gama e Souza - RJ

Prof. Doutor Luciano Cerqueira
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra Angela Maria Gomes Ribeiro Fernandes (suplente)
Faculdade de Direito/Universidade Cândido Mendes

AGRADECIMENTOS

Ao mestre Felipe, pela sabedoria e paciência com que me guiou nos estudos e na elaboração deste trabalho.

Aos demais professores e funcionários do curso, imprescindíveis neste processo.

A minha companheira, Evelyn Scapin, que me incentivou nesta caminhada e, assim como minha filha, Juliane, minha neta, Alice, e meus amigos, ‘sofreu’ o *trade off* de tempo nesta caminhada.

A minha mãe, Dalvaci, cujo falecimento me deixou sem chão nesse período, pelo esforço de uma vida para me ensinar a viver com retidão e dignidade.

Aos meus irmãos, Oclides e Alexandro, e a minha irmã, Luciana.

Ao povo, que, de alguma forma, pagou a bolsa de estudo, para que um filho de trabalhadores urbanos pudesse conseguir um título de mestre.

Aos meus amigos e a todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos, minha eterna gratidão.

Mais um projeto de afirmação nacional vai a falência. Demonstrando a determinação das elites, mas, sobretudo a falta de mobilização das massas, ocasionada pelo descuido com sua formação político ideológica. Pois, no ápice, para enfrentar o Capital, as armas e os aparelhos ideológicos, somente a massa, por sua imensidão e capacidade de classe.

(Alysson Mascaro)

RESUMO

BOICO, Luciano Cezar. Debatendo a retórica do combate à corrupção como meio de restauração do poder de classe no Brasil. 138 f. Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Belo Horizonte, 2021.

A corrupção assola a sociedade desde a época dos fenícios, porém, só causou furor popular em momentos específicos nos quais o poder político não está com a elite. Dessa forma o presente estudo intui para o fato de que os movimentos mais robustos com o envolvimento militante da mídia, do Judiciário, e da classe média, só ocorrem quando da retirada de governos populares da condução do Estado, como reflexo da luta de classes. É a disputa do bastão do poder político, conceituado por Harvey (2008) e manuseado pela elite de forma a manter suas benesses propiciadas pela condução de políticas públicas estatais que as beneficie e, impedir que trabalhadores e marginalizados alcancem o poder político e, no manuseio deste, tornem-se hegemônicos. A corrupção tem sido o pano de fundo na história do País, para no jogo político nacional, a elite vencer, trapaceando. Esse é o movimento observado no Brasil, entre 2003 e 2018: no referido período, a corrupção foi argumento o *lawfare* a tática, a mídia o instrumento no qual os principais jogadores - as classes altas, os rentistas, o capital externo - utilizaram ainda de peões como o Congresso Nacional, o Judiciário Federal, instituições estatais e, principalmente a classe média, resultando na troca de bastão do poder político para as mãos das classes que patrocinaram tais ações. Como prejudicados, figuraram a classe trabalhadora, os de baixo, os assalariados, desempregados, os periféricos, agora longe das políticas sociais e da atenção do Estado.

Palavras-chave: Corrupção. Corrupção no Brasil. Corrupção e Neoliberalismo.

ABSTRACT

BOICO, Luciano Cezar. Debating the rhetoric of the fight against corruption as a means of restoring class power in Brazil. 138 pages. Dissertation (Master in State, Government and Public Policy) – Latin American Faculty of Social Sciences, Perseu Abramo Foundation, 2021.

Corruption has plagued the society since the time of the Phoenicians, however, it only caused popular furor at specific times when political power is not with the elite. Thus, the present study intuits the fact that the most robust movements with the militant media involvement, the judiciary, and the middle class, only occur when the withdrawal of popular governments from leading the state, as a reflection of the class struggle. It is the dispute over the baton of political power, conceptualized by Harvey (2008) and handled by the elite in order to maintain the benefits provided by the conduct of state public policies that benefit them, prevent workers and the marginalized from reaching political power and, in handling from this, become hegemonic. Corruption has been the backdrop in the country's history, for the elite to win, cheating in the national political game. This is the movement observed in Brazil, between 2003 and 2018: in that period, corruption was the argument of lawfare, tactics, the media the instrument in which the main players - the upper classes, rentiers, foreign capital - also used pedestrians such as the National Congress, the Federal Judiciary, state institutions and, mainly, the middle class, resulting in the exchange of baton of political power into the hands of the classes that sponsored such actions. As harmed, the working class, the lower, the wage-earners, the unemployed, the peripheral, were now out of touch with social policies and the attention of the State.

Keywords: Corruption. Corruption in Brazil. Corruption and Neoliberalism.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Valor (em reais) do salário-mínimo, índices de reajuste (%), o INPC e o cálculo da diferença entre o INPC e índice de reajuste aplicado – Brasil – 1994-2021 119
- Tabela 2** – Reservas cambiais: 1995 até março de 2021 (em bilhões de dólares)..... 121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Avaliação do governo Collor – 1990-1992	55
Gráfico 2	– Simulação das despesas do governo federal com a EC nº 95/2016 até 2036... 111	
Gráfico 3	– Resultado primário do setor público consolidado em relação ao PIB (%).....	113
Gráfico 4	– Juros nominais do governo central de 2013 a 2020 (em milhões de reais).....	113
Gráfico 5	– Investimento do PAC com recursos do orçamento (em bilhões de reais).....	114
Gráfico 6	– Recursos do orçamento federal efetivamente gastos no programa Minha Casa, Minha Vida (milhões de reais em valores correntes).....	115
Gráfico 7	– Cálculo da diferença entre o INPC e índice de reajuste aplicado ao salário-mínimo.....	120
Gráfico 8	– Gráficos com reservas cambiais 1995 até março de 2021 e 2013 até março de 2021 (em bilhões de dólares).....	121
Gráfico 9	– Dívida Pública Líquida brasileira (% PIB).....	124
Gráfico 10	– Dívida Pública Bruta brasileira (% PIB)	124
Gráfico 11	– Investimentos anuais da Eletrobras (em milhões de reais).....	125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema rústico das classes sociais	23
Figura 2 – Descrição dos temas das redes no Brasil em 7 de junho de 2013.....	81
Figura 3 – Descrição dos temas das redes sociais brasileiras no dia 30 de junho de 2013.....	82
Figura 4 – Fases de implantação da PEC nº 32/2020 planejadas pelo governo.....	126
Figura 5 – Os cinco novos tipos de vínculos no serviço público proposto pela PEC nº 32/2020	127
Figura 6 – Projeção de resultado primário brasileiro: deficitário nos próximos seis anos ...	128

LISTA DE SIGLAS

Abin	Agência Brasileira de Inteligência
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AGU	Advocacia-Geral da União
Anefac	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contábeis
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Brics	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAP	Comitês de Ação Política
CEF	Caixa Econômica Federal
CEI	Comissão Especial de Investigação
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Central Intelligence Agency
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Dieese	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DRU	Desvinculações de Recursos da União
EBC	Empresa Brasil de Comunicações
EC	Emenda Constitucional
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
Enem	Exame Nacional de Ensino Médio
ESG	Escola Superior de Guerra
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBI	Federal Bureau of Investigation
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional

IAPM	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias
Iesp	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
JK	Juscelino Kubitschek
MBL	Movimento Brasil Livre
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NSA	National Security Agency
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa-Família
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
Proer	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
Proer	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional,
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni	Programa Universidade para Todos
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RDC	Regime Diferenciado de Contratações Públicas

Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Sinprofaz	Sindicato dos Procuradores da Fazenda
Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar
Sivam	Sistema de Vigilância da Amazônia
SM	salário-mínimo
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal, Federal
Suas	Sistema Único de Assistência Social
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 OBJETIVO	16
1.2 HIPÓTESE	16
1.3 QUADRO TEÓRICO	17
1.3.1 Classes sociais.....	18
1.3.2 Neoliberalismo	24
1.3.3 A restauração do poder de classes	26
1.4 METODOLOGIA	29
2 CORRUPÇÃO	31
2.1 AS DISTINTAS ACEPTÕES DO TERMO CORRUPÇÃO	31
2.2 CORRUPÇÃO NO AMBIENTE DO SISTEMA CAPITALISTA	36
2.2.1 Leniência social.....	41
2.3 CORRUPÇÃO NO BRASIL	45
A corrupção na República.....	47
2.4 A CLASSE RENTISTA NACIONAL E INTERNACIONAL.....	62
3 O CASO EM TELA: OS ANOS DE 2013 A 2018.....	66
3.1 PRÓLOGO.....	67
3.2 DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 À RESTAURAÇÃO DO PODER DE CLASSE À ELITE	80
3.3 OS ATORES DO PROCESSO BRASILEIRO QUE LEVOU À TROCA DE CLASSES NO PODER POLÍTICO.....	91
3.3.1 A classe média brasileira	92
3.3.2 A mídia e o papel da imprensa	93
3.3.3 Judiciário	98
3.3.4 Congresso Nacional	101
3.3.5 Atores extraterritoriais	104
4 PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS NAS PRIORIDADES DO ESTADO BRASILEIRO	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	134

1 INTRODUÇÃO

A frágil trajetória democrática brasileira é cheia de percalços e permeada por momentos de violência e escândalos de corrupção. O autoritarismo é característico de sociedades oligárquicas que agem baseadas na desigualdade, no mando e na obediência. Frente a isso, a violência, como bem identificam Faoro (2001) e Souza (2017), constitui-se em um fenômeno que acompanha e complementa a acumulação de capital por parte do poder político na consolidação da sociedade capitalista brasileira. E de igual modo a corrupção, um tema com força, que chama a atenção, porém, pela intermitência com que aflora no interesse nacional. Tal tema já causou, no Brasil, profundas alterações nos rumos sociais e econômicos, com significativas mudanças de mãos do bastão do poder político. O problema principal, portanto, diz respeito à motivação dessa intermitência, afinal, como fenômeno nacional, a corrupção ocorreu em todos os momentos da história do Brasil ou apenas em alguns momentos específicos? Dessa forma, a questão-problema desta pesquisa buscou analisar a utilização retórica da corrupção em momentos particulares da história brasileira, a exemplo do que ocorreu em 2016, identificando suas consequências políticas e econômicas para o País.

A relevância da investigação proposta reside na dificuldade de estabelecer um recorte conceitual e objetivo para o tema corrupção. Afinal, como identifica Cavalcante (2015) em matéria publicada na revista *Superinteressante*¹, o fenômeno ocorre em todos os países do mundo e em todos os momentos históricos, desde pelo menos a Grécia Antiga, quando o termo era “relacionado ao uso de cargos públicos para ganhos privados” e associado a uma certa “putrefação do corpo político”, avançando pela história com distintos contornos conceituais.

Tal debate nos deixa, porém, uma grande dificuldade em identificar, no âmbito do alto escalão da política brasileira, o que são fatos, o que são meras denúncias com veementes interesses políticos escusos e o que são elementos sistêmicos. O fato de crimes de corrupção específicos ganharem destaque midiático, entusiasmo social, processo investigativo e punição aos comprovadamente envolvidos instiga um estudo mais aprofundado sobre o tema.

Recentemente, entre 2013 e 2018, houve uma comoção nacional envolvendo o tema da corrupção. Os proprietários dos meios de comunicação, assim como certas classes sociais – as mais altas –, envolveram-se diretamente na militância dessa causa. Furtado (2015, p. 385) identifica, através da análise de casos de corrupção que apresentam grandes diferenças entre si, mas que se destacam pelas similitudes dos resultados, que a regra é a insignificância ou a

¹ Seção de comportamento, Ed. 8 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3bwV0i6>. Acesso em: 4 nov. 2019.

inexistência da recuperação dos ativos desviados e o baixo nível de punição para os acusados. Tal diagnóstico aponta para a seletividade classista das punições aplicadas aos casos de corrupção de âmbito nacional, assim como para a existência permanente do evento, tanto na esfera pública como na esfera privada, uma vez que corrupção não é via de mão única, é uma relação entre corrompidos e corruptores, uma ação entre a esfera pública e a esfera privada que sempre beneficia corrompido e corruptor, mas cuja conta é fragmentada e repassada ao público em geral.

No Brasil, a causa parece ter origem há muito tempo, ainda no Brasil Colônia, perpetuando-se pelo Império e pela República Velha, deixando marcas profundas durante a Nova República e reaparecendo com força na conjuntura político-econômica de 2013 a 2018, ou seja, durante a gestão de governos populares.² Cabe destacar que estudos apontam que sua ocorrência foi abundante durante o período da ditadura militar, em que tal menção era coibida.

O geógrafo britânico David Harvey (2008) traz ao debate o interessante conceito de “poder de classe”, com o qual identifica uma profunda contradição do sistema neoliberal, que nos auxilia no entendimento dos percalços observados no período histórico de 2016, podendo ser estendido aos demais períodos sob análise. Nas palavras do autor,

[...] nem tudo vai bem no Estado neoliberal, é por isso que ele parece uma forma política de transição ou instável. No centro do problema reside uma florescente disparidade entre as metas públicas declaradas do neoliberalismo – o bem-estar de todos – e suas consequências concretas – a restauração do poder de classe. Mas, para além disso, há toda uma série de contradições [...]. (HARVEY, 2008, p. 89).

O Harvey (2008) observa uma temerosa contradição no discurso neoliberal de democracia e de bem-estar para todos, a exemplo da ação de priorizar os tribunais como sistema elitista de decisões e garantias das leis de mercado, da frequente ação estatal de restauração do poder de classe e da sua opção constante por salvar capitalistas ineficientes, repassando a conta para a maioria da sociedade, os trabalhadores, como ocorre a cada crise que solapa toda sociedade. Mas os primeiros socorridos e irrigados pelos recursos públicos são os bancos/banqueiros, ou seja, aqueles que menos precisam. Tal conceito será o fio condutor do estudo em questão e terá, por consequência, a disputa classista como pano de fundo, conceitos estes que serão melhor abordados oportunamente.

² Bobbio (1998, p. 555) toma o termo governo na acepção da realidade do Estado moderno, indicando o complexo uso do exercício do poder, definido pelos centros de poder aos quais normalmente está subordinado. Dessa forma, chama a atenção para o fato de um governo popular ser um governo mais próximo da população, com políticas públicas mais voltadas ao conjunto popular. A partir de 1990, estes governos passaram a ser denominados de “governos democrático-populares”, em especial aqueles que fazem críticas ao sistema e cujas ações propiciam algumas mudanças e avanços em direção à ampliação de direitos, à diminuição da pobreza e a maior inserção social (OLIVEIRA, 2015, p. 625).

Além disso, adentrar a artificialidade existente no aparente argumento moralista da degradação dos costumes e da necessidade de punição expiatória a atores em meio a um cenário de comoção nacional diante da corrupção, bem como identificar, na sequência, as políticas públicas e sociais que são submetidas ao País e as tênues relações de disputa ideológica e de classe envolvidas, torna o contorno desta investigação ainda mais relevante.

1.1 OBJETIVO

O objetivo da investigação é analisar, a partir de 2016, como a retórica da corrupção foi utilizada para interferir no desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Assim, o presente estudo tem como objetivos específicos: i) discutir o conceito de corrupção, com ênfase nas atividades de Estado, de modo a construir marcos de referência para a análise de situações geradas no Brasil; ii) colocar sob análise comparativa, retrospectiva e histórica os principais acontecimentos das décadas de 1950 e 2010, no tocante a saber como o discurso de corrupção mudou os rumos políticos do Brasil; iii) identificar as principais atuações, a partir das manifestações de junho de 2013, de atores políticos diretamente envolvidos no cerco ideológico realizado contra o governo de Dilma Roussef e ao Partido dos Trabalhadores (PT), que culminou com seu afastamento definitivo e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; iv) analisar como a retórica da corrupção interferiu nas prioridades do Estado brasileiro.

1.2 HIPÓTESE

Na sociedade brasileira, os instrumentos ideológicos utilizados sistematicamente por atores políticos relevantes sempre lançam mão do discurso da corrupção para desestabilizar

governos populares, com o objetivo de afastar as políticas tidas como desenvolvimentistas³ e garantir políticas atinentes ao desenvolvimento do rentismo, que culminam com altas taxas de retorno de capital especulativo.

Em um mundo globalizado, é praticamente impossível existir ambientes nacionais de desenvolvimento capitalista com desenvolvimento cultural próprio, pois as prioridades do Estado estão associadas aos interesses do grande capital ou são violentamente enquadradas para que assim o seja.

Assim sendo, o presente estudo assume como hipótese que o fenômeno da corrupção não incomoda as elites, pois se beneficiam desta, as mudanças nas políticas sociais sim, uma vez que propiciam mudanças estruturais na sociedade. Dessa forma, para reenquadrar a tomada de decisões do Estado à dinâmica da acumulação do capital e às redes de poder de classe, o debate da corrupção foi utilizado como forma de manipular a opinião pública através da mídia, com vistas a colocar a classe média em movimento, a fim de exigir a alteração das políticas, das prioridades e dos atores na direção do Estado brasileiro, beneficiando as antigas elites, oriundas das oligarquias nacionais.

1.3 QUADRO TEÓRICO

O fio condutor do presente estudo é a restauração do poder de classe através da utilização do fenômeno da corrupção, com foco no Brasil. Dessa forma, o presente estudo debruçou-se, em termos gerais, sobre os aspectos das mudanças experimentadas pelo Estado brasileiro enquanto elementos de dominação ideológica e manutenção das desigualdades sociais, uma vez que o tema da corrupção tem sido utilizado como arma estratégica para esfacelar o regime democrático, acarretando alterações profundas nas prioridades do Estado e

³ Muito característica da América Latina, a política desenvolvimentista adota estratégias econômicas que orientam a industrialização acelerada e o desenvolvimento do consumo de massa no mercado interno com a participação do Estado. Segundo Furtado (2015), desenvolvimento econômico é o crescimento com transformação estrutural, que conduz ao aumento de produtividade no trabalho e à melhoria do bem-estar numa proporção tal que permite compatibilizar o crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. A industrialização é conceituada por Bobbio *et al.* (1998, p. 626) como o processo pelo qual uma sociedade com atividades predominantemente primárias se transforma em uma sociedade com atividades predominantemente secundárias e terciárias. Nesse sentido, industrialização é sinônimo de modernização, crescimento e desenvolvimento econômico, processo este relacionado estritamente ao período crucial em que se efetuou a transição: do seu início até a fase de autopropulsão. O principal formulador da teoria é Raúl Prebisch, economista argentino indicado ao prêmio Nobel de Economia, que, em suas críticas, adverte que a teoria econômica hegemônica só explica uma parte, e não toda a realidade. Daí a necessidade de a América Latina começar a pensar em seu desenvolvimento com suas próprias ideias, a partir de um processo próprio de industrialização, que, embora tardio em relação ao resto do mundo, sirva como forma de superar a miséria e o subdesenvolvimento (PREBISH, 2000, p. 69-136).

na aplicação de políticas públicas para o território nacional. Após ataques a governos populares e desenvolvimentistas, localizadamente estabelecidos em determinados tempos históricos, reestabelecem-se políticas economicamente concentradoras, longe do interesse social, com técnicas produtivas predatórias, ocasionando retrocessos históricos.

1.3.1 Classes sociais

Para nos apoiar na presente tarefa, será utilizada como pano de fundo, a luta de classes, engendrada pela divisão do trabalho, cujo conceito será emprestado de Marx e Engels (2010, p. 1). Para os autores, a história de toda a sociedade é a história da luta de classes, na qual duas classes antagônicas, conscientemente ou não, travam uma disputa permanente na sociedade, de tal forma que opressores e oprimidos estão sempre em constante oposição uns aos outros, em uma luta ininterrupta, ora oculta, ora aberta, em todas as sociedades e em todos os momentos históricos. O declínio de uma classe dá lugar a outras, em uma reconfiguração de oprimidos e opressores por vias que revolucionam as sociedades anteriores.

Dessa forma, para Marx e Engels (2010, p. 216), a burguesia nasceu do declínio da sociedade feudal, sem abolir tais oposições de classe, mas impondo novas condições de opressão, novas configurações de luta, nestes termos:

A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que diretamente se enfrentam: burguesia e proletariado.

A burguesia dominou o trabalho, suplantou a classe dominante anterior e se colocou como nova classe dominante mundial. Uma classe que se impôs redividindo as etapas do trabalho. O constante uso de máquinas e de novas técnicas de produção aumentou a produtividade do trabalho social, aquele fruto do esforço produtivo de toda sociedade, reorganizando essa sociedade a partir dos meios de produção e de sua divisão.

Marx e Engels (2010) observam que essa riqueza não é dividida entre toda a sociedade, pois a burguesia, como nova classe dominante, apropria-se da maior parte dessa produção social, deixando à classe dos trabalhadores, produtores ou novos oprimidos a menor parte possível. Com o aumento da produtividade do trabalho através da maior divisão de tarefas e por parte do uso mais intensivo de tecnologia, a força de trabalho pôde ser dispensada, o que gerou maior pressão, por parte dos trabalhadores, por meios de emprego e subsistência, tornando ainda mais precária a condição da própria venda da força de trabalho.

Segundo os autores, quanto maior a produtividade, maior a acumulação de riqueza e, contraditoriamente, a acumulação de miséria (MARX; ENGELS, 2010). Ou seja, nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento da produtividade desenvolve-se também um cenário que só gera riqueza para a burguesia. Esse movimento leva à contradição e ao acirramento entre as duas classes opostas. Como resume Santos (1982), as classes sociais podem ser entendidas como conjuntos basilares de indivíduos que se opõem no interior de uma sociedade, de acordo com o papel desempenhado no processo de produção, e nas relações estabelecidas entre si, no tocante à propriedade e ao trabalho.

Nesse sentido, Bobbio *et al.* (1998, p. 169) observam que as classes sociais são frutos das desigualdades existentes na forma de organização da sociedade. Resumindo a ideia de classe em Marx, o autor afirma que, em estado puro, as classes se reduzem fundamentalmente a duas: a burguesia, composta pelos proprietários dos meios de produção, e o proletariado, composto por aqueles que, não dispondo dos meios de produção, têm de vender ao mercado sua força de trabalho como classe produtiva e historicamente herdeira das classes oprimidas e exploradas. O horror da burguesia, ou da classe dominante, como será chamada, vem de sua classe oposta, os trabalhadores, pelos motivos que veremos mais adiante.

No entanto, existem classes que estão mais próximas de uma ou outra, sem que representem perigo à classe dominante. Algumas dessas classes, de acordo com Marx e Engels (2007), são as antigas classes dominantes, como a feudal, que não logrou êxito em tornar-se nova classe dominante, além de outras classes superiores que se alternam temporalmente no domínio do poder político, pois, nas revoluções conhecidas, manteve-se inalterado o modo de atividade e procedeu-se apenas a uma nova distribuição dessa atividade, a uma nova repartição do trabalho entre outras pessoas. Em vista disso, a classe ideologicamente dominante manteve seus interesses inalterados e aproveitou-se socialmente da existência de outra classe fundamental, qual seja, a classe dos oprimidos, os trabalhadores.

[...] ligado ao interesse comum de todas as outras classes não dominantes e porque, sob a pressão do estado de coisas anteriores, este interesse ainda não se pôde desenvolver como interesse particular de uma classe particular. Por este fato, a vitória dessa classe é útil a muitos indivíduos das outras classes que não conseguem chegar ao poder; mas é unicamente na medida em que coloca os indivíduos em estado de poderem chegar à classe dominante. Quando a burguesia francesa derrubou o domínio da aristocracia, permitiu a muitos proletários subir acima do proletariado, mas permitiu-o apenas no sentido de que fez deles burgueses. Cada nova classe apenas estabelece, portanto, o seu domínio numa base mais vasta do que a classe que dominava anteriormente. (MARX; ENGELS, 2007, p. 49).

Bobbio *et al.* (1998, p. 171) concordam e reforçam esse conceito, uma vez que percebe que não existe, em nenhuma sociedade, domínio incontestado de um modo de produção em sua

forma pura a oferecer uma pluralidade de classes ou de agrupamentos no seio das classes (por exemplo, uma burguesia financeira, comercial, industrial, um proletariado e um subproletariado, camponeses independentes, etc.). Assim sendo, as duas classes principais se organizam e se opõe uma à outra pela posição antagônica que ocupam na divisão do processo de produção, e as demais classes se dividem pelos aspectos políticos e pelas alianças e preferências com esta ou com aquela.

Dessa forma, além da classe detentora dos meios de produção e da classe de trabalhadores, temos as classes que foram ou querem ser dominantes, oriundas, porém, do mesmo substrato que a burguesia. Portanto, temos uma classe média, originariamente mais próxima da classe trabalhadora, que se organiza pela gravidade ocasionada pela distribuição de poder na sociedade e tenta, de acordo com Bobbio *et al.* (1998), aproximar-se de valores como riqueza, prestígio, instrução, etc., atributos sociais próprios das classes dominantes.

A partir da consciência da existência dessa classe politicamente denominada de média, em termos históricos, pode-se então deduzir que, no Brasil, ela se faz presente. De acordo com Souza (2018, p. 66), a classe média nacional nascera em meados do século XIX, mas encontrou espaço “fértil” para se expandir a partir de 1930, com picos em 1950, no século XX, e entre os anos de 2003 a 2014, no século XXI. Sua formação, seus símbolos e comportamento estão vinculados ao passado escravista brasileiro, bem como ao da elite política e econômica nacional e ao capitalismo comercial mundial.

Se, no período escravista, a classe que diferia da classe detentora das terras e meios de produção e da classe dos escravos era formada por indivíduos elevados a condição de capitães do mato ou por imigrantes não escravos, com os processos de transformação do capitalismo brasileiro, gerou-se uma classe média a partir da não propriedade dos meios de produção.

De acordo com o autor, com o nascimento do Brasil moderno, a partir da vinda da Família Real, que proporcionou a abertura dos portos e a transplantação do aparato do Estado português de Lisboa para o Rio de Janeiro, criaram-se condições para o nascimento de uma categoria de indivíduos que extrapola a clássica divisão de classes marxiana (SOUZA, 2018, p. 71). Conforme identifica Pochmann (2015, p. 27), “O aparecimento do termo classe média não proprietária vinculou-se à diferenciação das ocupações assalariadas intermediárias no interior da estrutura produtiva de base industrial, permitindo a sua distinção em relação ao tradicional conceito de classe média proprietária”.

Pochmann (2015, p. 27) entende que o desenvolvimento da base industrial capitalista permitiu a modificação intra e interclasses, alterando as estruturas do poder e da cadeia produtiva brasileira. Esse processo, iniciado no Brasil a partir de 1930, num cenário marcado

por transformações internas e externas, incluiu o Estado-protagonista como um importante ator na industrialização do País e na sua evolução para um Estado capitalista.

Segundo Bastos (2012, p. 366), o controle do Estado sobre as atividades econômicas aumentou devido à “[...] necessidade de administrar recursos escassos e priorizar linhas de produção e investimento”, propondo-se a mediar e aglutinar diferentes interesses econômicos que ocupavam o poder após a dissolução da velha ordem nacional, ocasionada pela crise de 1929.

O dinamismo econômico da década de 1950, por um lado, gerou uma alta demanda de operários de colarinho azul (macacão) nas novas plantas produtivas. Gerou ainda uma gama de novos postos de trabalho, nas indústrias e no Estado. Estes últimos eram ocupados por funcionários de colarinho branco, que não colocam a ‘mão na massa’, com mais tempo de estudo em geral, assim como maiores salários, os quais viriam a formar uma nova classe média brasileira, “não proprietária, mas não despossuída”, como ressalta Souza (2018, p. 73).

Segundo Souza (2018, p. 79-80), esta classe média apresentava uma composição de origem variada, com prevalência do componente nativo, sobretudo os filhos de profissionais liberais. Contudo, não é a renda que determina a classe média ou as divisões intraclasses, como defende Pochmann (2015, p. 21):

Por ser um fenômeno histórico determinado por acontecimentos díspares, porém conectados ao funcionamento dos distintos modos de produção, a estrutura de divisão do trabalho alterou-se ao longo do tempo e conforme o espaço territorial. É nesse sentido que as classes podem ser vistas como processos vivos e em movimentos conflituosos, ou melhor, como produtos de um conjunto de estruturas relacionadas com as esferas econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Ou seja, a definição de classe média, segundo Pochmann (2015, p. 28), está assentada na perspectiva da estruturação social proveniente do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo à medida que se assiste ao avanço das sociedades pós-industriais, com forte peso relativo da ocupação de serviços. Quadros; Gimenez e Antunes (2012, p. 11), no mesmo sentido, afirmam que não se pode deduzir da estrutura de consumo ou de rendimentos a estrutura de classes de uma sociedade capitalista moderna, não pelo menos sem se considerar também as condições mais gerais do desenvolvimento capitalista, da estruturação da sociedade, dos padrões e estilos de vida historicamente constituídos.

Nos momentos de efervescência econômica, ocorre a expansão do Estado e das atividades econômicas, oportunizando mobilidade entre e intraclasses. A mobilidade social estanca em momentos de falta de Estado e/ou de desenvolvimento, como ocorreu a partir de 1980, na chamada ‘década perdida’.

Como ensina Souza (2018), a industrialização mais autônoma e nacional permite a articulação da classe média com as massas trabalhadoras, as quais também se beneficiam de tal processo. Em alguns momentos, a classe trabalhadora consegue atuar conjuntamente, a exemplo do que aconteceu em 1930, momento fundamental, em que teve seu espaço ‘alargado’. Ainda segundo o autor, no processo de desenvolvimento,

Um forte mercado interno com salários decentes que garanta o poder de compra dos trabalhadores interessa, pelo menos objetivamente, a essas duas grandes classes do capitalismo clássico. Entre nós, porém, a fragilidade e a visão míope da classe industrial levaram essa fração a sempre tomar o partido da classe proprietária enquanto tal, mesmo objetivamente contra seus interesses, sufocando assim qualquer veleidade de ascensão das classes populares. (SOUZA, 2018, p. 84).

Nos momentos de sinergia, com alianças econômicas, simbólicas e ideológicas unindo as classes acima e abaixo, as transformações ocorrem, pois, segundo Souza (2018, p. 96), o apoio da massa à classe média urbana foi decisivo para a vitória de Vargas, e foi esse apoio nas ruas que conferiu legitimidade e base popular à Revolução de 30.

Porém, como tudo no Brasil, a classe média também é *sui generis*, pois os “[...] mecanismos simbólicos de distinção social são tão importantes quanto os estímulos econômicos” (SOUZA, 2018, p. 78). A nossa classe dominante, ou elite nacional, opera criminalizando de forma estigmatizante o chamado populismo,⁴ como forma de ilusão a que só os pobres estão propícios. Usando de sua capacidade gravitacional, em razão do poder, da riqueza, do prestígio, da instrução e de outros atributos próprios da classe dominante, procura disseminar a importância de diferenciar-se do povo. O maior horror da classe média, portanto, é se ‘misturar’ com o povo. E, para a elite, ‘quanto menos povo, melhor’.

Dessa forma, segundo Souza (2018, p. 66), é possível identificar outra classe, que no Brasil tem relação direta com o passado escravista e acentuou-se no processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo nacional, no que diz respeito ao papel econômico e ao comportamento social, que é a classe dos excluídos.

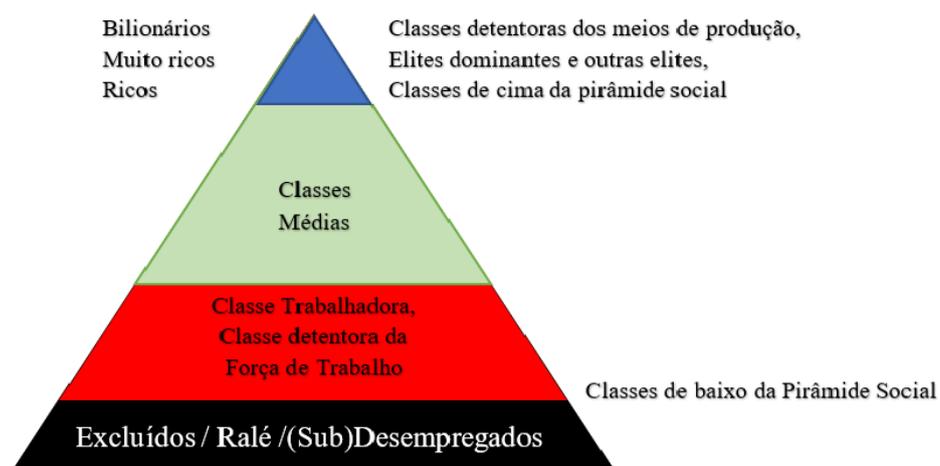
Souza (2018, p. 66) reafirma que o surgimento dessa classe tem origem destacada no passado de escravismo sistêmico em que se alicerçara a economia brasileira, o qual gerou e perpetuou, no lado inferior do triângulo das classes sociais do Brasil moderno, o que o referido autor classifica como “ralé estrutural”, composta de despossuídos e abandonados. Tal herança escravista contaminaria as relações sociais no País, fator decisivo para se entender a posição e

⁴ Governante que adota políticas desenvolvimentistas.

a atitude das frações da classe média em relação às classes populares, no entender de Souza (2018 p. 79).

Na Figura 1, a seguir, esboça-se um esquema rústico sobre o que seria uma representação geométrica das classes sociais, de forma que a pobreza, os marginalizados, os subempregados, os desempregados e os trabalhadores constituem a base da pirâmide; as classes intermediárias ocupam o centro; e os detentores dos meios de produção e da riqueza, por serem em menor número, estão localizados na ponta superior:

Figura 1 – Esquema rústico das classes sociais



Fonte: elaborada pelo autor.

Nessa disputa entre classes antagônicas, seja no Brasil ou no mundo, uma nova sociedade pode surgir, tal como preconizada por Marx e Engels (2010), fenômeno do qual a classe dominante é ciente. É essa disputa entre classes que produz o pano de fundo para a teoria da restauração de poder de classe de Harvey (2010) e dá contorno à disputa observada no presente estudo, que tem início em 2003, acentua-se com os protestos de junho de 2013, até chegar ao ápice durante as eleições de 2018.

É uma luta entre os detentores dos meios de produção e a “[...] massa de homens totalmente privada de propriedade, que se encontra simultaneamente em contradição com um mundo de riqueza e de cultura com existência real” (MARX; ENGELS, 2010, p. 19), que

[...] dirigida – contra o modo de atividade anterior – suprime o trabalho e acaba com a dominação de todas as classes pela supressão das próprias classes – pois é realizada pela classe que, no âmbito da atual sociedade, já não é considerada como uma classe dentro dessa. (MARX; ENGELS, 2010, p. 23).

Por isso, o medo da classe dominante em deixar a classe de baixo assumir o poder político ou seguir os ritos democráticos difundidos pelo liberalismo. A classe dominante sabe que esse processo traz o risco de que uma nova sociedade surja, na qual não terá as benesses até então usufruídas. Pois a classe de baixo, os que não usufruem da riqueza produzida, para construir uma nova sociedade sobre novas bases e varrer a forma anterior, de acordo com Marx e Engels (2010, p. 18), deve, antes de tudo, possuir o poder político.

1.3.2 Neoliberalismo

Este estudo foi realizado durante a fase neoliberal do modo de produção capitalista,⁵ ditada pela economia de mercado. Nesse tipo de economia, a tomada de decisão e o investimento são determinados pelos proprietários dos fatores de produção nos mercados financeiros e de capitais, enquanto os preços e a distribuição de bens são principalmente determinados pela concorrência do mercado. Nas palavras de Harvey (2008), o neoliberalismo⁶ nasceu de alguma espécie de acordo de classes firmado entre capitalistas e trabalhadores no pós-Segunda Guerra Mundial, de forma a construir uma correta combinação entre Estado, mercado e instituições democráticas, para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade.

O autor nos explica ainda que o neoliberalismo

[...] é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional

⁵ O capitalismo seria, em resumo, o sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e em sua operação com fins lucrativos. As características centrais deste sistema incluem, além da propriedade privada, a acumulação de capital, o trabalho assalariado, a troca voluntária e um sistema de preços e mercados competitivos. O neoliberalismo representa o ressurgimento de ideias derivadas do liberalismo clássico, ou capitalismo *laissez-faire*, que foram implementadas a partir do início dos anos 1970. Seus defensores advogam em favor de políticas de liberalização econômica extensas, como as privatizações, a austeridade fiscal, a desregulamentação, o livre comércio e o corte de despesas governamentais, a fim de reforçar o papel do setor privado na economia.

⁶ Vale dizer que a primeira experiência de neoliberalização ocorreu no Chile, depois do golpe do General Pinochet contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende, patrocinado por elites de negócio chilenas, que se diziam ameaçadas pela tendência socialista de Allende. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela Central Intelligence Agency (CIA) e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como os centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi “liberado” de restrições regulatórias ou institucionais, como o poder sindical, por exemplo (HARVEY, 2008, p. 17).

caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria [neoliberal], o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2008, p. 12).

Para Harvey (2008, p. 37), este Estado cumpriria a função de garantir formalmente a democracia e as liberdades individuais, blindando, através da monopolização da violência, os direitos individuais e a propriedade privada, o livre mercado e a livre negociação entre os indivíduos, bem como afastando-se – dada sua incapacidade de entender devidamente os sinais de formação de preço – das atividades de mercado. Porém, a teoria neoliberal, trazida à luz por importantes atores históricos, como Thatcher,⁷ em 1979, e Reagan,⁸ em 1980, é geralmente associada ao combate da inflação, à restrição do poder de barganha dos sindicatos laborais e à desregulamentação das atividades da indústria, da agricultura e da extração, parece externar algumas contradições em sua história político-econômica.

Após a crise mundial de 2008, Mascaro (2018, p. 43) percebeu uma certa ruptura com a democracia, a exemplo das contradições já assinaladas, através da adoção de processos autoritários, expondo a nova fase de choques da política neoliberal com a administração de mecanismos golpistas para operar a suposta superação da crise.

⁷ Margaret Hilda Thatcher foi primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990. Era conhecida pela alcunha de ‘Dama de Ferro’, associada ao seu estilo de liderança e as suas políticas econômicas, que enfatizaram a desregulamentação (principalmente do setor financeiro), os mercados de trabalho flexíveis, a privatização de empresas estatais e o duro combate e redução da influência dos sindicatos, os quais considerava uma ameaça à democracia parlamentar e ao desenvolvimento econômico. Em sua política econômica, aumentou as taxas de juros, para diminuir o crescimento da oferta monetária e assim mitigar a inflação, introduziu limitações financeiras nas despesas públicas e reduziu a despesa com serviços sociais, habitação e educação, especialmente no ensino superior. Thatcher se alinhou às políticas para a Guerra Fria de Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos.

⁸ Ronald Wilson Reagan foi presidente dos Estados Unidos de 1981 a 1989, implementou uma série de iniciativas econômicas associadas à filosofia *laissez-faire* de desregulamentação, redução dos gastos governamentais e cortes de impostos. Em seu governo, reduziu a inflação e gerou dezesseis milhões de empregos, fazendo o país crescer a uma taxa média anual de 7,93%, porém a dívida pública quase triplicou. Reagan congelou o salário-mínimo em 3,35 dólares por hora, cortou a assistência federal para os governos locais em 60%, cortou o orçamento para a habitação pública, eliminou o programa de combate à pobreza e reduziu o orçamento de todos os programas públicos de saúde, educação, segurança social, vale-refeição e ajuda às pessoas com deficiência. Internacionalmente, seu governo ficou marcado, entre outras questões, pela expansão das forças armadas estadunidenses, pelo bombardeio da Líbia, pela invasão de Granada, pela revelação do caso Irã-Contras e pelo apoio a movimentos anticomunistas em todo o mundo.

Nesse sentido, Ribeiro (2019, p. 211) classifica o período pós-2008 como a fase autoritária do neoliberalismo, iniciada

em 2009, com os Estados nacionais tendo que pagar a conta da ajuda dos governos aos bancos na crise econômica mundial de 2008, a partir do efeito dominó da crise das hipotecas *subprime* nos EUA. Para compensar o dispêndio de dez trilhões de dólares dos tesouros nacionais para bancos privados, a fim de evitar a quebra de uma generalizada, os governos promoveram duro ajuste fiscal com a supressão de direitos sociais, jogando a fatura para a sociedade. Nesse contexto que a austeridade vira política de Estado, seu caráter seletivo faz com que os interesses dos que estão no topo avancem sobre os direitos da maioria da população, e a democracia, antes uma aliada, passa a ser um entrave às regras do jogo do neoliberalismo. Nesses dias atuais, vê-se a [...] aliança do neoliberalismo com a extrema-direita, com suas cores religiosas, anti-intelectuais, antiglobalização e negadora dos direitos humanos, em especial das minorias.

Na atualidade, essa nova conformação autoritária do neoliberalismo ataca com austeridade seletiva os últimos elementos do Estado de Bem-Estar Social, convicta de que esse bem-estar já não é mais necessário ao capitalismo e aos privilégios das elites.

1.3.3 A restauração do poder de classes

A normalização de determinadas relações entre atores econômicos, históricos, sistêmicos e classistas, dentro e fora da máquina política, não é exatamente apregoada, de forma que leva Harvey (2008, p. 37) a perceber um conjunto de contradições presentes na sociedade, que acabam fundindo-se ao Estado e as suas instituições, determinando assim com quem fica o bastão do poder político na disputa entre as classes sociais.

Dardot e Laval (2016, p. 272) também apontam contradições na relação entre teoria e prática. Segundo esses autores, o livre mercado está ligado a um mito que, embora tenha efeitos de altíssimo risco, está muito distante das práticas reais, pois os

[...] que pregam esse evangelho não o praticam. Essa não é a regra da sua conduta. Eles sustentam tenazmente que a economia é automaticamente autorreguladora, que o livre jogo da oferta e da demanda regulará a produção e a distribuição da riqueza de forma mais eficaz do que uma gestão e uma administração conscientes e concertadas. Na prática, porém, eles quase nunca aplicam esse princípio. Os que mais insistem no ideal do *laissez-faire* são os mesmos que, por meio de direitos aduaneiros e combinações, organizaram a vida industrial do país em sistemas de empresas submetidos a um controle altamente centralizado.

Harvey (2008, p. 77) vai além e identifica três importantes contradições no sistema neoliberal, em geral contidas no poder de monopólio, na assimetria das informações do mercado por parte das empresas e das famílias, na imperfeição do funcionamento do mercado e,

principalmente, nas inconsistências políticas que fazem a teoria destoar da prática, a exemplo da possibilidade de o governo da maioria ser abreviado.

O poder de monopólio tem a ver com a existência de patentes e a restrição de entrada de indivíduos nos mercados, com subsídio estatal para o desenvolvimento de certos mercados, posteriormente entregues ao capital privado, que vai aferir lucros, deixando para o Estado, muitas vezes, os prejuízos de tal intervenção. As imperfeições do funcionamento do mercado são ocasionadas pela transferência da responsabilidade dos indivíduos, quando esses atuam de forma a passar parte dos custos à sociedade e/ou ao Estado, em contradição com o conceito difundido pela teoria.

Já o problema das inconsistências políticas apresenta-se na contradição da democracia e no signo do Estado não interventor, identificados por Harvey (2008, p. 77-79) como problemas políticos fundamentais no âmbito do neoliberalismo. O referido autor aponta a relativização da democracia pelo neoliberalismo como medida contraditória perante o discurso de defesa das liberdades individuais, ou seja, a democracia é tratada como um luxo que só é possível se não colocar em xeque os interesses do mercado.

No que diz respeito à intervenção do Estado, é curioso que, nos momentos em que o grande capital falha, instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como os governos nacionais, atuam para evitar as falências e resolver as ‘falhas’ do mercado, socorrendo os capitalistas ineficientes⁹ e transferindo os custos ao povo. Contraditoriamente com a teoria,

[...] para defender-se de seus maiores temores, os neoliberais têm de impor fortes limites à governança democrática, apoiando-se em vez disso em instituições não-democráticas [*sic*] e que não prestam contas a ninguém (como o Banco Central norte-americano e o FMI) para tomar as decisões essenciais. Isso cria o paradoxo das intensas intervenções estatais e do governo em mãos das elites e de “especialistas” num mundo em que se supõe que o Estado não é intervencionista. (HARVEY, 2008, p. 80).

Os neoliberais preferem manter afastados das pressões democráticas setores e órgãos importantes, como o Banco Central. Além disso, segundo Harvey (2008, p. 95), o Estado e os instrumentos de mercado, que deveriam defender a simetria de informações e o acesso do

⁹ A título de exemplo, em 2020, foram repassados R\$ 1,2 trilhões aos bancos brasileiros, como forma de combater a crise sanitária de Covid-19. Em 2008, segundo Queiroz (2017, p. 35), estima-se que a ajuda do governo norte-americano ao sistema financeiro foi de US\$ 2,6 trilhões. Em janeiro de 1999, depois da crise asiática de 1998, o governo norte-americano, através do Banco Central, gastou, segundo Bortoli e Moura (2002, p. 71), somente para socorrer os bancos Marka e Fonte Cindam, R\$ 1,6 bilhão; e com o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), R\$ 111,3 bilhões, entre 1995 e 1999.

indivíduo ao mercado, em muitos momentos, acabam agindo para garantir o poder da classe dominante.

Em caso de conflito, o Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja de direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de autorregeneração do ambiente. [...] em caso de conflitos, os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental. (HARVEY, 2008, p. 81).

O autor vai além em sua importante identificação, uma vez que no centro do problema reside uma florescente disparidade entre o bem-estar de todos como meta pública declarada do neoliberalismo e suas consequências concretas no repasse da condução do Estado às mãos das elites econômicas, por ele chamada de “restauração do poder de classe” (HARVEY, 2008, p. 89).

Dessa forma, Harvey (2008, p. 91-92) aponta para a semelhança entre a teoria neoliberal e o neoconservadorismo, que se revela perfeitamente compatível com a governança regida pela elite. Sem apego à democracia, compromissado com o mercado e eivado de contribuições de cariz moral, o neoconservadorismo seria, nas palavras do autor, o neoliberalismo sem o véu que esconde o autoritarismo.

De modo algum os liberais se afastam do programa neoliberal de construção ou restauração do poder de alguma classe dominante. Contudo, buscam legitimar esse poder, assim como buscam o controle social por meio da construção de um clima de consentimento que gira em torno de um conjunto coerente de valores morais. Isso traz de imediato a questão de saber que valores morais devem prevalecer. (HARVEY, 2008, p. 94).

A defesa (ou motivo) da manutenção de um Estado nas mãos corretas, segundo o pensamento da elite, aparece no conceito de mercado institucional, ou mercadorização da instituição pública, formulado por Dardot e Laval (2016, p. 275-276). Uma vez que o Estado faz parte das engrenagens da acumulação de capital, deve funcionar com sistemas de validação de políticas públicas voltados ao mercado e aos seus beneficiários principais. Em vista disso, o seu funcionamento deve se dar com processos e relatórios praticamente homogêneos em todos os países, dentro da concepção de boa (*sic*) governança estatal, avaliada pela sua submissão às normas jurídicas, às boas (*sic*) práticas econômicas e ao *compliance*,¹⁰ que limitam a sua esfera de intervenção e submetem-no, por fim, às regras de eficácia e à racionalidade das empresas

¹⁰ O termo *compliance* tem origem no verbo inglês *to comply*, que significa agir de acordo com a regra, a instrução interna da empresa, e prevê o monitoramento de atividades, a prevenção de conflitos de interesses, etc.

privadas, ele deve ficar longe das mãos da maioria ou da classe que, após assumir o poder político, possa imaginar a construção de uma sociedade diferente.

Não se trata só de gestar o Estado de acordo com a teoria apregoadada, ele precisa dormir nas mãos da elite, que saberá manejá-lo economicamente, garantindo a violenta acumulação e concentração de capital que o neoliberalismo propicia, com a capacidade estatal de uso da força ativa, para garantir a iniciativa privada e o capital nas mãos de elites econômicas que defendem o livre mercado, longe das mãos dos representantes das maiorias.

Dessa forma, Harvey (2008) conclui que o neoliberalismo, inicialmente considerado pelas classes sociais como um projeto utópico de reorganização do capitalismo internacional, na verdade foi um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital, da financeirização de tudo e de restauração do poder das elites econômicas.

No presente estudo, é oportuno assinalar que foram utilizadas como fontes de pesquisa as obras de Batista¹¹ (1999), Harvey (2008), Furtado (2015), Avritzer (2016), Feres Junior e Sassara (2016a, 2016b), Cano (2017), Guerra *et al.* (2017a, 2017b), Queiroz (2017), Santoro e Tavares (2017), Mascaro (2018), Rossi, Dweck e Oliveira (2018), Guerra *et al.* (2019), Streck e Carvalho (2020), entre outros autores.

1.4 METODOLOGIA

Quanto à abordagem, o estudo qualitativo foi utilizado como estratégia de pesquisa, com o intuito de solucionar a questão que o origina, pois, segundo essa perspectiva, os fenômenos devem ser compreendidos no contexto em que ocorrem, e as suas análises devem privilegiar uma perspectiva integrada entre o objeto estudado e o pesquisador (BIROCHI, 2015, p. 55).

A opção pela abordagem qualitativa se deu pela possibilidade de estabelecer comparações e generalizações entre os fatos estudados. A subjetividade é fundamentalmente relevante para dar conta da compreensão de estruturas sociais e organizacionais únicas, e

[...] os pesquisadores de orientação qualitativa afirmam que “o método fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais”. Neste caso, argumenta-se a

¹¹ Antenor Batista (1925*, 2019+), escritor e advogado cuja obra foi recomendada/prefaciada por Jânio Quadros, através de carta datada de 29 de julho de 1982, selecionada nesta pesquisa para trazer uma leitura mais ‘antiga’ sobre o tema. Batista foi superintendente da Caixa de Crédito da Pesca (Ministério da Agricultura); secretário de finanças do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) no Estado de São Paulo; representante do governo na 2ª Junta de Recursos da Previdência Social do Estado de São Paulo; delegado regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) em Santos, SP; assessor especial da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a escandalosa permuta de hospitais por terrenos da Previdência Social situados em São Paulo; e auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.

relevância do aspecto subjetivo para dar conta da compreensão das estruturas sociais e organizacionais. (BIROCHI, 2015, p. 52).

Por fim, de acordo com as classificações de Birochi (2015), conclui-se que, quanto à abordagem, a pesquisa em tela é qualitativa; do ponto de vista do objetivo, é descritiva; e do ponto de vista dos procedimentos técnicos, majoritariamente bibliográfica. Por procedimento de pesquisa bibliográfica compreende-se a estratégia de observação baseada na coleta de documentos e registros a partir de múltiplas fontes bibliográficas e/ou empíricas, que garantam a profundidade e a credibilidade do estudo.

Já quanto à natureza, no enquadramento utilizado por Silva e Menezes (2005), trata-se de pesquisa aplicada, ou seja, aquela que “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

2 CORRUPÇÃO

No presente capítulo, busca-se transitar entre alguns autores e conceitos de forma a organizar um quadro analítico da questão que conforme classificam Guerra *et al* (2017b, p. 221), é um fenômeno de mensuração extremamente difícil, uma vez que não existem mecanismos adequados para medi-lo, ou, conforme avalia Brei (1996, p. 65), dada sua amplitude, o assunto em tela cria razoável dificuldade para se chegar a uma definição conceitual consensual.

2.1 AS DISTINTAS ACEPÇÕES DO TERMO CORRUPÇÃO

Tem-se na literatura que tal fenômeno não é fruto da modernidade, muito pelo contrário; de acordo com Cordeiro (2017, p. 69), a corrupção acompanha a evolução da humanidade desde os primeiros agrupamentos sociais. Corrobora esse entendimento o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) (*apud* BATISTA, 1999, p. 75), que descreve a corrupção como um flagelo desde o tempo dos Sumérios,¹² considerados a primeira experiência de civilização humana, ou seja, corrupção e civilização nasceram ao mesmo tempo.

Nesse sentido, Naves *et al.* (2018, p. 2) e Cordeiro (2017, p. 76) definem o fenômeno como um dos mais recorrentes e típicos de todas as organizações políticas, com ocorrência diagnosticada desde a Grécia Antiga.¹³

Guerra *et al.* (2017b, p. 16) identificam casos de corrupção tão antigos quanto a própria história, a exemplo dos episódios encontrados na Bíblia:

[...] são muitas as referências à corrupção dos reis, dos amigos dos reis, dos príncipes e dos coletores de impostos. No ano 74 a.C. era denunciado que Statius Albinus Oppinatus subornou dez jurados responsáveis pelo seu julgamento, no qual o acusavam de ter mandado envenenar o enteado, que era um obstáculo para que ele recebesse uma herança. Já na Assíria, uma família doou um escravo a um membro da realeza para que seu primogênito não fosse julgado pelo crime de homicídio.

O termo corrupção, conforme definem Feres Junior e Sassara (2016a, p. 206), em sua origem latina, *corruptio/onis*, denotava deterioração, decomposição, putrefação, depravação, devassidão e suborno. Já Brei (1996, p. 67) toma emprestado o conceito de Friedrich (1966),

¹² Os Sumérios (de 4.500 a.C. a 1.900 a.C.) são considerados o primeiro povo a habitar a região da Mesopotâmia, o atual Iraque, compreendida entre os rios Tigre e Eufrates, estabelecendo a primeira civilização da terra. Antes disso, eram povos nômades.

¹³ A Grécia Antiga (de 1.100 a.C até o século VI d.C.) foi uma civilização importante na história da humanidade.

para quem a corrupção é definida como padrão de comportamento que se afasta das normas predominantes em um dado contexto.

Já de acordo com Sanches e Bosso (2017, p. 2), o conceito advém do ato de quebrar aos pedaços, ou seja, seria o ato de decompor ou deteriorar alguma coisa, de forma a obter vantagens, sendo o ato em si um meio ilícito ou ilegal. Conforme identifica Cavalcante (2015), o termo surge relacionado ao uso de cargos públicos para ganhos privados, geralmente associado a uma certa decomposição dos operadores políticos: desde “[...] quando o termo surgiu, ligado à ideia de putrefação do corpo político, até hoje, referente ao uso de cargos públicos para ganhos privados, a corrupção faz parte da história de todos os países”.

Bobbio *et al.* (1988, p. 291) afirmam que a corrupção é dada pelo fato de um funcionário público agir de modo diferente do esperado pelos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares, seus e/ou de terceiros. No caso de favorecer terceiros, está implícito ao ato o recebimento de algum tipo de recompensa, a título de troca, caso em que o termo diz respeito ao “[...] comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura Estatal”.

Também nesse sentido, para o Bird, a corrupção é caracterizada pelo “[...] abuso de meios públicos para benefício próprio” (*apud* BATISTA, 1999, p. 75). Corroboram esse entendimento Feres Junior e Sassara (2016a, p. 206), ao defenderem que, para os antigos, a corrupção definia “[...] a degradação da coisa pública por meio da usura dos costumes”. Já na atualidade, é entendida reduzidamente como conceito de “mau trato dos dinheiros públicos”.

Para McMullan (*apud* BREI, 1996, p. 69), funcionários públicos que aceitam benefícios para fazer aquilo que de qualquer forma é seu dever são servidores corruptos.

A aceitação de presentes oferecidos por pessoa privada com o objetivo de induzir o funcionário a ter especial consideração com os interesses do doador é considerada corrupção. O mesmo se dá com a extorsão por parte do funcionário para execução do dever público. (WERTHEIM, 1963 *apud* BREI, 2016, p. 69).

Brei (2016, p. 70) vai além, definindo que, na literatura, entre as acepções de corrupção centradas nos conceitos regulatórios do Estado,

[...] a mais comumente aceita é a de Nye (1967), para quem “corrupção é o comportamento que se desvia dos deveres formais de um cargo público em razão de vantagens pecuniárias ou de *status* oferecidas a seu titular, familiares ou amigos íntimos; ou que viola normas que impedem o exercício de certas modalidades de influência do interesse de particulares, tais como: a) suborno (uso de recompensa para perverter o julgamento do ocupante de um cargo público); b) nepotismo (concessão de cargo público sem prévia avaliação do mérito do candidato); e c) peculato (apropriação ilegal de recursos públicos para uso particular)”.

Algumas medidas para impedir a corrupção foram adotadas já na Grécia Clássica, por meio de mecanismos de administração pública, e foi com base nelas que todas as formas que conhecemos hoje tomaram corpo, como as formas de divisão setorial e hierárquica. O mesmo se deu na Roma Antiga, em que, segundo relatos, a corrupção ‘escabrosa’ obrigou os imperadores romanos a criar formas e mecanismos que permitissem aplacar seus danosos efeitos, através da criação dos livros contábeis, da obrigação de os governos prestarem contas sobre seus gastos e também sobre as suas receitas, entre outras medidas (HISTÓRIA..., 2016).

Brei (2016, p. 67) afirma que, em um ato de corrupção, existem ganhos ao corruptor e ao corrupto e perda para o público. Guerra *et al.* (2017b, p. 16-20) corroboram esse entendimento identificando no conceito de corrupção uma estratégia privada que pretende subverter os interesses coletivos de uma determinada comunidade, e vão além, ao considerar que a ação não necessariamente envolve um agente privado e um público. Pode ocorrer, conforme explicam os autores, apenas entre agentes privados, porém o prejudicado, em geral, é o usuário dos bens comuns, ou seja, a esfera pública, a qual será a lesada.

Para Naves *et al.* (2018, p. 2), tal crime é praticado não somente no governo mas também pela própria população. Brei (1996, p. 65) aponta que tal fenômeno pode ser observado numa gradação quase infinita. Nesse sentido, Cordeiro (2017, p. 76) avalia que a corrupção resulta de relações originadas nas práticas sociais, tal como o personalismo e o nepotismo, que nascem na busca pelo benefício individual em detrimento do bem comum, ou seja, “faz parte de fatores econômicos, institucionais, políticos, sociais e históricos”, portanto precisa ser estudada por este prisma.

Batista (1999, p. 10-15) se soma àqueles autores que retiram a corrupção da exclusividade do espaço estatal e a identificam em toda sociedade, ou seja, defende que, na atualidade, a corrupção está em toda a humanidade, permeando cada instituição existente. O autor observa corrupção em ações como

[...] transformar óleos comuns em azeite de oliva, adicionar água ao leite, objetivando obter mais lucros; escrever artigos ou reportagens com o propósito de extorquir dinheiro ou outras vantagens; vender carnes oriundas de animais que morreram de doenças, inclusive contagiosas; furtar no peso ou na medida, prática bastante comum no comércio; engarrafar ou vender água comum alegando ser água mineral; bancos que cobram tarifas indevidas ou exorbitantes; simular sequestro ou provocar incêndio para calotear dívida ou para receber seguro; dar ou receber propinas; comprar eleitores ou dar outras vantagens, a fim de conseguir mandato eletivo; formação de cartel; efetuar acordos partidários espúrios, frequentes na baixa política; exercer a medicina sem observar os princípios éticos tradicionais; simular-se enfermo com a intenção de conseguir auxílio-doença ou aposentadoria; hospitais, casas de saúde que debitam indevidamente nas contas de seus pacientes medicamentos que não são fornecidos; praticar atos, no exercício de função pública, em proveito próprio, de parentes ou de outros interesses escusos, incluindo-se o peleguismo sindical, especialmente o que

opera em países capitalistas, outro processo corruptor que vem se alastrando com reflexos daninhos à formação de sadias elites dirigentes. (BATISTA, 1999, p. 10-11).

Ou seja, na concepção do referido autor, o Estado tem o papel de controlar a proliferação desse mal, pois, como conclui, “[...] somos todos partícipes da corrupção; ora somos réus ou corréus; ora somos autores ou coautores; ora somos vítimas; ora somos omissos; ora oponentes ativos de suas práticas” (BATISTA, 1999, p. 11).

Nos dias atuais, de acordo com Furtado (2015, p. 20), torna-se cada vez mais comum falar em corrupção privada, sem necessariamente envolver o Estado. De acordo com o autor, na Convenção das Nações Unidas sobre Corrupção (Convenção de Mérida),¹⁴ identifica-se claramente a preocupação dos Estados Nacionais com esse importante aspecto da corrupção, na qual merecem destaque os artigos 21¹⁵ (suborno no setor privado) e 22¹⁶ (malversação ou peculato de bens no setor privado), que tratam explicitamente de aspectos diretamente relacionados à prática de atos de corrupção sem que se faça necessária a participação de qualquer agente público.

Voltando-se então ao conceito deste fenômeno, Brei (1996, p. 70) frisa que corrupção é o comportamento que a sociedade condena e censura; em suas palavras: “[...] corrupção é o que o povo pensa que é”. Dessa forma, tem-se mais um espectro conceitual que reflete o entendimento acerca de padrões sobre o certo e o errado, o que dificulta uma delimitação mais exata do termo. Ménissier (2007 *apud* CORDEIRO, 2017, p. 71) associa o termo a uma diversidade de ações e comportamentos que “[...] contaminam a todos os homens transformando suas características naturais, deixando-os dispostos à prática de atos de corrupção”.

¹⁴ Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003, realizada em Mérida, no México, ratificada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003 e promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

¹⁵ Artigo 21 - Suborno no setor privado. Cada Estado Parte considerará a possibilidade de adotar medidas legislativas e de outras índoles que sejam necessárias para qualificar como delito, quando cometido intencionalmente no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais: a) A promessa, o oferecimento ou a concessão, de forma direta ou indireta, a uma pessoa que dirija uma entidade do setor privado ou cumpra qualquer função nela, de um benefício indevido que redunde em seu próprio proveito ou no de outra pessoa, com o fim de que, faltando ao dever inerente às suas funções, atue ou se abstenha de atuar; b) A solicitação ou aceitação, de forma direta ou indireta, por uma pessoa que dirija uma entidade do setor privado ou cumpra qualquer função nela, de um benefício indevido que redunde em seu próprio proveito ou no de outra pessoa, com o fim de que, faltando ao dever inerente às suas funções, atue ou se abstenha de atuar.

¹⁶ Artigo 22 - Malversação ou peculato de bens no setor privado. Cada Estado Parte considerará a possibilidade de adotar medidas legislativas e de outras índoles que sejam necessárias para qualificar como delito, quando cometido intencionalmente no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais, a malversação ou peculato, por uma pessoa que dirija uma entidade do setor privado ou cumpra qualquer função nela, de quaisquer bens, fundos ou títulos privados ou de qualquer outra coisa de valor que se tenha confiado a essa pessoa por razão de seu cargo.

Já para Batista (1999, p. 9), a corrupção é o procedimento “inidôneo, desonesto e ilícito”, geralmente “não previsto em lei” nem institucionalizado, mas considerado ruim de forma preconceituada, como tabu ou incoerência por parte da sociedade. Ou seja, para o referido autor, o que pode ser corrupção para um ator social, pode não ser para outro, pois depende da posição de cada observador.

Guerra *et al.* (2017b, p. 8-10) corroboram esse entendimento e afirmam que um estudo sério sobre o assunto, que não descambe em moralismo – como ocorreu em muitos estudos da década de 1990 em diante –, tem que partir do pressuposto de que “[...] haverá corrupção onde quer que existam formas de acumulação pessoal ou formas de legalizar vantagens desmedidas e individuais”. Ou seja, a existência da corrupção deve ser entendida como a de outros vícios da humanidade, como o egoísmo, a falsidade e a mentira. Como descreve Durkheim (1895) em *As regras do método sociológico*, em sua normalidade,

[...] a corrupção é um fato social normal; mas não é normal porque devemos normalizá-la ou deixar de combatê-la, é normal porque existe em todas as épocas e passa por todas as classes em todos os lugares, nem sempre da mesma forma ou com os mesmos interesses. (*apud* GUERRA *et al.*, 2017b, p. 8).

Avritzer (2016, p. 86), por sua vez, associa a percepção e naturalização dos atos de corrupção às camadas mais elevadas da sociedade, afirmando que, quanto mais pobres as pessoas e as famílias, maior a rejeição à naturalização da corrupção e maior a crença de que sempre existe a chance de a pessoa ser honesta no exercício de suas relações sociais ou no exercício de suas responsabilidades públicas.

Nesse ponto cabe um parêntese, de forma a fugir dessa mesma normalização. Em razão do histórico e da marca escravocrata que caracterizam nosso país, torna-se imperativo assinalar, de forma rápida, conforme tratado por Batista (1999, p. 45), que o racismo também é uma prática de corrupção arraigada na sociedade brasileira,

[...] uma das piores formas de corrupção e beligerância; por conseguinte, de destruição. É ilógico e brutal, responsável por uma série de tragédias humanas. É uma loucura dos sistemas dialéticos que pretendem instaurar o Estado fomentando o racismo, num catastrófico entrelaçamento de raças, com a exclusão daqueles que são chamados impropriamente de inferiores, pertencentes a outras camadas socioeconômico culturais ou de epiderme de outra cor.

Pois não há nada mais corrompedor das relações humanas e sociais do que a eugenia,¹⁷ na qual um ator descredencia outro por sua aparência, seja pela cor da pele, dos seus cabelos ou dos seus olhos, como forma de buscar vantagens para si.

2.2 CORRUPÇÃO NO AMBIENTE DO SISTEMA CAPITALISTA

Guerra *et al.* (2017b, p. 16-20) entendem que, independentemente do sistema político, do momento histórico ou dos valores que orientam cada sociedade, a corrupção surge quando há poder concentrado; mais do que isso, ela é uma estratégia que garante a quem já dispõe de poder o benefício de obtê-lo ainda mais. Nesse sentido, a corrupção toma o contorno de uma engrenagem que abarca o Estado, a sociedade, a Igreja, enfim, a política em geral, como forma de sustentar grupos de indivíduos no comando das políticas da sociedade, do Estado, do clero, dentre outros setores.

Se da antiguidade clássica até o século XV a corrupção foi errática e acompanhou o desenvolvimento do ser humano, com o avanço do sistema de produção capitalista, em especial em sua etapa vigente, de acordo com Batista (1999), Harvey (2008), Avritzer (2016), Guerra *et al.* (2017a, 2017b) e Ribeiro (2019), a corrupção foi se desenvolvendo, fortalecendo-se e fundindo-se ao Estado moderno, às relações sociais, à forma de tributar do Estado, ao financiamento privado das campanhas eleitorais, ao excesso de burocracia e à ação de funcionários públicos, por exemplo.

Já Cordeiro (2017, p. 78) identifica no sistema capitalista um campo fértil e propício ao desenvolvimento da corrupção, pois a entende como um subproduto da sociedade de consumo, em que a riqueza é um dos principais símbolos do sucesso. De acordo com a autora, uma vez que a lógica acumulativa do sistema capitalista privilegia e exige o sucesso imediato, induz a relações sociais e pessoais efêmeras e aparentes, ordena a acumulação de riqueza a qualquer custo e promove o individualismo, o egocentrismo e a falta de espírito coletivo. Isso estimula as práticas cotidianas de corrupção, cimentando-as e tornando-as cada vez mais difíceis de combater.

Seguindo em frente, Batista (1999, p. 93) classifica como formas de corrupção institucionalizadas o excesso de burocracia e as formalidades obsoletas do Estado. O autor acredita que o emperramento das decisões leva à influência indébita de funcionários e de

¹⁷ Termo criado em 1883 por Francis Galton (1822-1911), que significa “bem-nascido” ou, como ele intitulava, “[...] o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente”.

agenciadores do suborno, que, obtendo contato com figuras-chave no Estado, montam um negócio rentável e demandado: o da venda de facilidades nas tramitações.

Tratando-se, portanto, do sistema capitalista, Bobbio *et al.* (1998, p. 292) esclarecem que, em certas situações contidas em sistemas jurídicos formalistas e burocratizados, a corrupção pode contribuir para aprimorar o funcionamento do sistema e para torná-lo mais ágil, ao desbloquear certos processos. Batista (1999, p. 186) lamenta o que considera óbvio: que a corrupção, em muitos casos, dado o sistema atual, é um fator gerador de muitas riquezas empresariais e até mesmo de “progresso” estatal.

De acordo com Cavalcante (2015), tais fenômenos são possíveis de observar no fato de que,

[...] até poucos anos atrás, a Alemanha e a França chegavam a conceder incentivos fiscais para a prática de suborno internacional a suas multinacionais. As empresas podiam deduzir do imposto de renda os chamados “gastos de facilitação”, suborno pago a autoridades em países onde tinham ou pretendiam ter negócios.

Já Ribeiro (2019, p. 233) reforça o aspecto do agir do agente público ao criar um Estado arrecadador regressivo, que proporciona a transferência de renda dos mais pobres aos mais ricos, mediados pelo sistema político:

Desse modo, ao contrário do que sugere o senso comum, o maior problema da corrupção não são os recursos que são subtraídos do erário, mas o desvio de perspectiva da atuação estatal, que, deixando de perseguir uma finalidade adequada aos anseios da maioria da população, atende aos interesses do corruptor, quase sempre situado no percentual mais elevado da pirâmide social e econômica.

Dessa forma, o Estado pode propiciar, através das políticas públicas, vantagens individuais a uns poucos e prejuízos à maioria da coletividade. Já para Souza (2018, p. 233-234), para quem a corrupção também figura como parte do sistema neoliberal, apresenta-se desnuda nas transferências do mercado financeiro. De acordo com o autor, as taxas de juros são a esteira que carrega as riquezas para as mãos de poucos, ou seja, o verdadeiro corruptor da vida política e econômica do País. Quem trama por detrás das estruturas é o capital, o grande capital, que investe suas cifras astronômicas em especulação e aufere ganhos extraordinários através de operações não publicáveis. Para Souza (2018), a corrupção sistêmica e constante só é possível dada a falta de questionamento por parte da população, anestesiada e acostumada a ver esse processo no dia a dia, não obstante o considere como prática contestável.

Nesse sentido, não há instituição que não tangencie ou conviva com a corrupção. Tomemos por exemplo a Igreja, em que a corrupção era elemento importante e manejado pelo alto escalão do clero. Pode-se citar, de forma a ficar a uma distância segura de tempo, as

peripécias do papa Bórgia e dos negócios da família Médici na Itália, que serviram de inspiração para as sagazes reflexões de Maquiavel sobre como os jogos de poder transbordam casos de condutas corruptas, por meio das quais interesses particulares que prevalecem sobre os interesses mais gerais da coletividade serviam também de amalgama à sustentação de grupos políticos no comando das cidades. (GUERRA *et al.*, 2017b, p. 17).

Já Avritzer (2016, p. 122-123) identifica corrupção na existência do financiamento privado de campanha, oficial ou não, que garante ao setor privado a conquista de posições em espaços oficiais como os governos e o Congresso Nacional. Sugere, portanto, que existem vantagens muito rentáveis por trás das doações de empresas, que ‘investem’ somas exorbitantes de recursos em futuros governantes e legisladores. Por meio dos financiamentos privados no sistema de disputa política, são introduzidos atores no sistema público, os quais carregam o DNA privado, atores estes representantes do interesse de empresas que, em geral, possuem objetivos conflitantes com a ação e a existência do sistema de governo público. Trata-se de uma contradição, uma vez que, como define Brei (1996, p. 66), a instituição do governo deveria ser ato de toda a sociedade para a promoção do bem comum.

Para Brei (2016, p. 66), a corrupção depende da existência de oportunidades e da percepção de incentivos por parte daqueles que com ela se envolvem. Assim, as tomadas de decisão públicas são transformadas em função das demandas do mercado. Dessa forma, Batista (1999, p. 39) identifica que o capitalismo possui o ambiente mais propício à criação e ao desenvolvimento da corrupção, porém adverte que não se deve dar salvo conduto a nenhuma outra forma de governo ou ideologia.

A própria ação da maior potência da terra, os Estados Unidos, em fins dos anos 1990, ao propor a formulação de um tratado¹⁸ que proibisse os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de pagar suborno a funcionários ou lobistas de governos estrangeiros, leva-nos a refletir como tal prática era usual. De acordo com a proposta, a prática do suborno por parte de funcionários público no exterior passaria a ser proibida e possuiria mecanismos de controle, uma vez que

[...] não se pode mais deduzir do imposto de renda as despesas com propinas, um hábito tolerado em países europeus como a França e a Alemanha. Essa prática foi denunciada como incentivo explícito à mamata, sem falar na vantagem desproporcional sobre competidores menos abonados. (BATISTA, 1999, p. 71).

Segundo o autor, o referido tratado foi aprovado em Paris no dia 21 de novembro de 1997, por 29 países-membros da OCDE, mas as notícias que rodam o mundo dão conta de que

¹⁸ Ratificado pelo governo brasileiro através do Decreto 3.678, em 30 de novembro de 2000, e publicado em 1º de dezembro de 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3fu9qkh>. Acesso em: 13 maio 2021.

os Estados Unidos e suas agências, bem como as grandes empresas do planeta, continuam lançando mão desse artifício em todo o globo terrestre, que é tratado com leniência pela população em geral (BATISTA, 1999).

Para Guerra *et al.* (2017b, p. 16), a corrupção no sistema capitalista não tem como ser evitada, é consequência dos descontrolados fluxos de ativos na economia globalizada, reforçada pela fragilização de governos no modelo neoliberal de gestão econômica; em suma, é um fenômeno sistêmico. Na história do desenvolvimento capitalista, a corrupção foi a regra do desenvolvimento das grandes empresas e do brutal acúmulo de capital, sobretudo no período pós-Segunda Guerra mundial, ao longo da época que ficou conhecida como os ‘trinta anos de ouro’, quando houve uma expansão extraordinária do capitalismo, conforme exemplificam Guerra *et al.* (2017b, p. 21-22), valendo-se de informações oficiais prestadas pela empresa Lockheed à justiça estadunidense em 1976:

Por exemplo, a empresa estadunidense Lockheed – hoje conhecida como Lockheed Martin, fabricante de aviões militares e de carga como o famoso Hércules – foi denunciada no início dos anos setenta por ter pago propinas a agentes públicos de diversos países entre as décadas de 1950 e 1970. Estima-se que no total os executivos da empresa gastaram cerca de US\$ 300 milhões (US\$ 3,6 bilhões em valores atualizados) para que seus produtos fossem adquiridos por diferentes governos ao redor do planeta. As investigações e os depoimentos dos diretores da Lockheed revelaram, entre outros, que o ministro da Defesa da Alemanha Ocidental, Franz Joseph Strauss, recebeu um suborno de US\$ 12 milhões para que seu governo adquirisse 900 aviões F-104. O primeiro-ministro da Itália, Mariano Rumor, seus colegas de ministério Luigi Gul e Maria Tanassi, bem como o presidente da República, Sergio Leone, foram agraciados com US\$ 10 milhões em troca da compra de aviões de combate e de transporte. No Japão, o primeiro-ministro Kakuei Tanaka recebeu US\$ 1,8 milhão e o chefe do Estado Maior de Autodefesa, Minoru Genda, um herói da Segunda Guerra Mundial reconhecido por ter sido o estrategista que organizou o ataque japonês a Pearl Harbor, compartilhou 2,9 bilhões de yens com outros colegas de governo, também em troca da aquisição de aviões da empresa estadunidense. O maior suborno da Lockheed, entretanto, em montante que alcançou US\$ 106 milhões, foi gasto com a família real da Arábia Saudita e um intermediário chamado Adnan Kashagi, na época um dos dez multimilionários do mundo. Oficiais da Força Aérea espanhola também teriam recebido propinas e um dos escândalos que chamou muita atenção à época foi o suborno de US\$ 1,1 milhão pagos em 1971 ao príncipe Bernard, membro da riquíssima família real holandesa.

Esse fato reforça a forma como o sistema se reconfigurou, principalmente para a sua nova fase, a neoliberal, propiciando um vertiginoso aumento da acumulação de riquezas por mãos privadas, utilizando-se de práticas corruptas e cimentando o poder do capital na sociedade em geral.

Tais ações orquestradas pelos detentores do poder econômico em conluio, muitas vezes com agentes políticos, têm ocasionado crises enormes ao redor do globo terrestre, gerando

desconforto social à maioria da população, por um lado, e acúmulo econômico a uns poucos, por outro. Em vista disso,

[...] tantas corporações têm obtido lucros com a privação da esfera pública dos benefícios de suas tecnologias (como drogas contra a AIDS), bem como com as calamidades da guerra ou com a inanição e com o desastre ambiental. Evoca a preocupação de saber se muitas dessas calamidades ou quase calamidades (a corrida armamentista e a necessidade de combater inimigos reais ou imaginados) não terão sido secretamente criadas em benefício de corporações. (HARVEY, 2008 p. 46).

Guerra *et al.* (2017b, p. 27) exemplificam tais afirmações através de mais um caso historicamente conhecido nos EUA, o da empresa Enron, que atuava na transmissão e distribuição de energia, no fornecimento de gás e de serviços de banda larga para internet, praticando diversas ilegalidades com a anuência e o apoio de outras instituições do sistema capitalista, altamente conceituadas, cujo objetivo era inflar o preço de suas ações, utilizando-se da

[...] liberdade de fixar os preços da energia, seus diretores simplesmente davam ordens para que algumas linhas de transmissão fossem desativadas por algumas horas, gerando um desequilíbrio entre oferta e demanda, o qual provocava um rápido aumento do preço da energia e fazia subir o preço das ações da empresa. Com as ações em trajetória de alta, os diretores não só atraíam novos investidores no mercado de capitais, como aproveitavam para vender suas posições e lucravam milhões de dólares na bolsa de valores. Além disso, em conluio com os bancos e a Arthur Andersen, a empresa ao mesmo tempo em que inflava artificialmente os seus lucros, escondia do balanço alguns bilhões de dívida que carregava, de tal maneira que aos olhos dos investidores tratava-se de uma empresa sólida e altamente lucrativa. (GUERRA *et al.*, 2017b, p. 27).

Tal caso, além de demonstrar o método *mainstream* utilizado no sistema de acumulação e produção atual, perpetua-se, conforme observado na ocasião do estouro da crise financeira de 2008, pela ação congênere, porém mais evoluída, das operações com derivativos financeiros, num processo de especulação com títulos hipotecários:

Tão grave quanto o colapso financeiro em si, e do enriquecimento heterodoxo que proporcionou a seus principais protagonistas, foi a maneira como as cifras bilionárias que transbordavam das operações com derivativos serviram para comprar a complacência e a cumplicidade de instituições até então tidas como republicanas e das quais se esperava uma ação fiscalizatória muito mais eficaz. Nas agências regulatórias e em postos estratégicos do governo dos EUA a chamada “porta giratória” funcionou como um pão, permitindo que ex-executivos de grandes grupos financeiros atuassem tanto na formulação das políticas regulatórias quanto nas instâncias de monitoramento, fiscalização e controle. Da mesma forma, seduzidos por verbas gordas e cargos de assessoria econômica, expoentes dos principais centros de pensamento econômico estadunidense (Harvard, [Massachusetts Institute of Technology] MIT, Colúmbia, entre outros), conduziram pesquisas e redigiram pareceres que garantiam estatuto científico às insustentáveis estripulias financeiras que davam gás à maior bolha especulativa de todos os tempos. Por seu turno, nas imaculadas empresas de classificação de risco, a cumplicidade se traduzia na vista grossa que faziam à evidente fragilidade financeira a que se expunham os bancos,

seguradoras e agências hipotecárias, emoldurando os papéis opacos que saiam das oficinas criativas com reluzentes classificações AAA! (GUERRA *et al.*, 2017b, p. 29).

Tal crise estendeu-se pelo mundo, levou mais empobrecimento à maioria e acumulou capital nas mãos de poucos, alimentando e cimentando o sistema, que, a despeito de algumas críticas aqui e ali, não passou por mudanças ou reversões importantes.

A corrupção se mantém hoje como parte do sistema de produção capitalista e como forma de destrancar, ajustar e/ou acelerar processos dentro da sociedade. Existem autores na literatura que defendem que tal prática se encontra presente em toda a sociedade de forma consentida, tema sobre o qual se discorrerá no tópico seguinte.

2.2.1 Leniência social

Felizmente, as ações de corrupção não passam despercebidas pela população, pois, conforme identifica Avritzer (2016, p. 85), a sociedade tem ciência da forma como os interesses privados estão embutidos nas relações e se beneficiam do público. Para Abramo (2005, p. 33), desde o século I d.C. até o século XX d.C., as modelagens econômicas não conseguiram medir as interferências da corrupção sobre o funcionamento do mercado ou da coisa pública, até a enquadraram mais como uma ‘graxa’ que tenderia a untar o funcionamento da economia, uma pequena turbulência de pequena magnitude na ordem econômica, que seria até benéfica para a eficiência do mercado e da economia em geral.

Como exemplifica Batista (1999, p. 66), em importante análise¹⁹ sobre os subornos e o tráfico de influência na década de 1990, foi identificada como prática corriqueira a utilização destes instrumentos por multinacionais norte-americanas, conforme citado acima. Guerra *et al.* (2017b, p. 19) apontam outros exemplos que atestam como é comum, nos Estados Unidos, a utilização de recursos públicos para corromper congressistas e funcionários públicos, e até mesmo patrocinar golpes de Estado, como no caso da Guatemala, em 1954, com altíssimos custos econômicos e sociais. Este não foi o único caso. Segundo o autor, em inúmeros outros casos, os agentes do governo estadunidense utilizaram-se do Estado para alavancar negócios privados.

Nesse sentido, o Bird (1997) listou os principais exportadores de corrupção, baseando seu estudo no cruzamento entre dados de comércio exterior. Países como a Bélgica, a França e

¹⁹ Essa análise foi efetuada pelo conselheiro especial da presidência dos EUA Theodore C. Sorensen.

a Itália são ranqueados na lista dos possíveis “[...] hospedeiros de empresas habituadas a molhar a mão de governos estrangeiros” (*apud* BATISTA, 1999, p. 77).

Essa ‘graxa sistêmica’, já assinalada, às vezes acaba sendo absorvida de outros modos, visto que

[...] uma série de falcaturas escabrosas, às vezes, acabam redundando em efeitos progressistas. A repressão alfandegária, de certa forma, alimenta o contrabando. Este, por sua vez, ao introduzir clandestinamente mercadorias modernas e necessárias, contribui para o aperfeiçoamento da indústria e da tecnologia, com repercussão socioeconômica, embora em prejuízo do fisco do respectivo país. O mesmo se pode dizer da espionagem industrial e comercial, que de modo enganoso ou fraudulento exporta seus interesses, forçando ou estabelecendo intercâmbios progressistas. São fatos e efeitos que devem ser analisados [...]. (BATISTA 1999, p. 58).

O referido autor ainda descreve como as cidades de Manaus e Foz do Iguaçu só prosperaram como cidades importantes para o País dado o histórico de contrabando, sonegação, tráfico de drogas, tráfico de influência, etc. Ou o caso de um hospital qualquer, à beira da falência, salvo pela destinação de recursos oriundos de emenda parlamentar ao orçamento da União, mas

[...] sob a condição de dividir o dinheiro em partes iguais entre o deputado e a obra social. Eis o resultado:²⁰ o hospital que corria o risco de fechar saldou sua dívida e continuou prestando assistência à comunidade; o deputado financiou sua reeleição, retornando à Câmara Federal, em mais um efeito progressista nascido de um acordo espúrio. (BATISTA 1999, p. 33).

Claro que, na atual situação em que a sociedade se encontra, o senso comum aponta para certa aceitação da ideia levantada por Batista, porém, se houvesse sistema de controle público (além de instituições como o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados, a Controladoria-Geral da União, etc.), responsabilidade social e sistemas de reconhecimento ao combate de práticas corruptas dentro do Estado, diminuindo as brechas existentes, tais recursos poderiam ser melhor aplicados em políticas e equipamentos públicos que beneficiassem a população.

Avritzer (2016, p. 95) vê na forma como a disputa política ocorre na sociedade, irrigada por dinheiro, que carrega uma série de interesses, uma clara demonstração de que a sociedade, principalmente a classe média e seus articulistas, conhece os interesses privados que submetem o Estado para dele auferir benefícios, porém os toma por normais; ou seja, percebe as ações de corrupção embutidas nas relações, mas não se importa. Harvey (2008, p. 58) chegou à mesma

²⁰ Por mais indignação que gere tal constatação, ressalta-se que o autor foi assessor especial da CPI que investigou a escandalosa permuta de hospitais por terrenos da Previdência Social situados em São Paulo.

conclusão ao observar a aprovação de leis que autorizam o financiamento de campanhas eleitorais nos Estados Unidos:

A formação de poderosos comitês de ação política a fim de obter, como diz o velho ditado, “o melhor governo que o dinheiro pode comprar” foi um importante passo nesse sentido. As leis de financiamento de campanhas eleitorais, supostamente “progressistas”, criadas em 1971, na prática legalizaram a corrupção financeira da política. Um crucial conjunto de decisões da Suprema Corte [o Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos] teve início em 1976 quando se estabeleceu em primeiro lugar que o direito de as corporações fazerem contribuições ilimitadas em dinheiro a partidos políticos e a comitês de ação política estava assegurado pela Primeira Emenda que garante os direitos dos indivíduos (nesse caso corporações) à liberdade de expressão. Os comitês de ação política (CAP) puderam desde então garantir o domínio financeiro de ambos os partidos políticos [o Democrata e o Republicano] por interesses corporativos, comerciais e de associações profissionais. Os CAPs corporativos, que em 1974 eram 89, passaram a 1.467 por volta de 1982. Embora seu interesse fosse financiar poderosos representantes de ambos os partidos desde que seus interesses fossem protegidos, os CAPs também se inclinaram sistematicamente a apoiar novos candidatos direitistas. No final dos anos 1970, Reagan (então governador da Califórnia) e William Simon (a quem ele já conhecera) se deram ao trabalho de instar os CAPs a dirigir esforços para financiar candidatos republicanos com simpatias direitistas. O limite de 5 mil dólares à contribuição de cada comitê de ação política a um dado indivíduo obrigou CAPs de diferentes corporações e setores da indústria a trabalhar juntos, o que implicou a construção de alianças baseadas antes na classe do que nos interesses particulares.

Para o referido autor, o Congresso estadunidense legalizou a corrupção financeira da política, impulsionou a ação classista nessa prática e ainda a vendeu à sociedade como uma lei de caráter progressista.

Segundo Brei (2016, p. 66), os atos de corrupção são racionalizados no âmbito do mercado por políticos, eleitores, empresários, burocratas, entre outros, que “[...] avaliam o potencial para ganhos em atos corruptos, tomando decisões baseadas em princípios típicos de mercado, como oportunidades, incentivos e custos”. Ou seja, os fatores de mercado agem dentro do Estado, racionalizando como as políticas públicas os beneficiarão.

Para Johnston (1982 *apud* BREI 2016, p. 68), o interesse público não é mais que um padrão caleidoscópico de interesses privados conflitantes. A elaboração de uma política pública envolve não dois ou três, mas dezenas de interesses privados. Dessa forma, qual política pública não é influenciada por um grupo ou não trará benefícios econômicos? Assim, não parece adequado tentar enquadrar como corrupção a ação de grupos econômicos que se beneficiam com lucros a partir da ação Estatal, pois,

[...] além de não ser um padrão suficientemente claro para a definição de corrupção, o interesse público sugere que os fins da ação política podem justificar os meios, como, por exemplo, o crime ou o assassinato em nome da segurança nacional. Além disso, o critério não permite, segundo ele, avaliar os resultados benéficos que a corrupção pode trazer para amplos segmentos do público, quando vista pela ótica dos obstáculos colocados pelo sistema e não como causada pela maldade individual.

Observa-se que a especificação do que seja o interesse público é de grande importância para a definição da conduta ético-profissional no serviço público. Na literatura, porém, há grandes divergências quanto a essa especificação. São variadas e complexas as perspectivas em que se pode analisar essa questão. Diversas interpretações e visões sociopolíticas do bem público são cabíveis, consistindo o problema, no final, em aspectos filosófico-ideológicos que dificilmente podem ser reunidos numa visão total, sob pena de se ter que reconhecer o alcance limitado de todo e qualquer ponto de vista fixado, ou de chegar-se a múltiplas visões de corrupção. (JOHNSTON, 1982 *apud* BREI 2016, p. 68).

A partir desse entendimento, a interação com o Estado está normalmente regada pelo interesse econômico do mercado e beneficia quem possuir maiores condições de fazer o jogo do livre mercado, naturalmente. O próprio conceito levantado por Batista (1999, p. 170-171) de que a corrupção é fator mundialmente institucionalizado parece estar enraizado em todos os segmentos sociais, e mesmo o agir individual, encharcado de interesses mesquinhos e individualistas, majoritariamente aceitos pela sociedade, parece dar conta de que a população só se rebela contra a corrupção quando é impelida a isso, manipulada pelos meios de comunicação em favor dos interesses da elite.

Voltando ao âmbito do poder público, Heidenheimer (1970 *apud* BREI, 1996, p. 71) considera, no que se refere à possibilidade de enquadrar um ato como corrupção, que esta consiste “basicamente [em] variedades de transações de troca”. Porém, essas trocas – os ganhos auferidos pelos atores envolvidos – são difíceis de classificar em termos de corrupção, em razão da similaridade com as trocas sociais usuais existentes, gerando um problema de avaliação, motivado por suas especificidades. Dessa forma, retorna-se ao conceito de que

[...] embora certos comportamentos possam ser considerados corruptos por alguns cidadãos conscientes das normas oficiais, o compartilhamento desse ponto de vista por outros cidadãos se dá em vários graus. Alega-se, porém, que, se a grande maioria da comunidade discorda nas avaliações, a ação não é ali considerada corrupta.

As maiores captadoras e disseminadoras desse sentimento são as elites nacionais, no entendimento de Brei (1996, p. 70), pois estas possuem condições de penetrar profundamente nas consciências dos indivíduos, incutindo-lhes os seus conteúdos e suas expectativas, utilizando-se para isso, de acordo com Guerra *et al.* (2017b, p. 8), do poder da mídia,²¹ de forma a garantir para si as condições e o acesso desobstruído ao comando e aos privilégios do Estado.

Assim, a corrupção precisa de legitimidade, como as demais ideias ou constructos da engenharia social. Essa legitimidade parece ser construída por cima, social e economicamente falando, por setores da elite que se envolvem e se absolvem nas relações sociais que lhes geram os benefícios aspirados.

²¹ Esse assunto será tratado em pormenores adiante.

2.3 CORRUPÇÃO NO BRASIL

De acordo com Boico e Scapin (2015, p. 39), a corrupção, assim como o ‘jeitinho’ e outros vícios da cultura nacional, foi importado da corte de Portugal como herança ou contribuição europeia à constituição desta nação, que transpôs da metrópole costumes e normas jurídicas complacentes com todo o tipo de negociata em cargos públicos, com a dominação patrimonialista e com a impunidade das autoridades públicas.

Para Cordeiro (2017, p. 79), existe no Brasil um alto índice de tolerância social à corrupção, motivada por fatores históricos, culturais, econômicos e sociais, os quais podem ser resumidos no apego ao ideal de “lealdade às famílias”, pois, ao se buscar as origens das práticas de corrupção no Brasil, nota-se que ela atravessa séculos e está associada à formação patriarcal da sociedade brasileira e ao personalismo extremo.

Cumprе assinalar que, para Sanchez e Bosso (2017, p. 2), o Brasil sofre com esse fenômeno desde a sua descoberta, intitulada pela história como Período Colonial (de 1500 a 1822), durante o qual se percebem processos de corrupção desde a organização das primeiras instituições nesta terra.

Faoro (2001, p. 204-236) identifica nos traços gerais da organização administrativa, social, econômica e financeira da Colônia uma linha vertical que veio da Metrópole, distorcida pelas disputas e pelos interesses existentes entre os estamentos e a vontade própria dos funcionários da administração pública, de forma a gozarem de independência ou autonomia tácita no exercício dos poderes diários, o que transformou a Colônia no inferno da cobiça e da exploração. Segundo o autor, a astúcia e o sangue corrupto corriam nas veias de funcionários públicos, comerciantes e nobres. Em vista disso, instituiu-se uma sociedade em que a burguesia se converteu em apêndice da nobreza, em que funcionários públicos e burguesia atuavam unidos a partir de interesses comuns, convertendo o Estado em instrumento para o proveito econômico de particulares.

Nas palavras de Faoro (2008, p. 275), o fiscalismo e a exploração fecharam o círculo:

[...] o produto enche os bolsos da camada aristocrática e mercantil que suga o Estado, monopoliza o luxo e ostenta a arrogância de cabedais sem raízes. Tudo circula sobre si mesmo, incapaz o sistema de alimentar empreendimentos produtivos, de fixação na indústria ou na agricultura metropolitanas.

Para Souza (2016), o que o Brasil carrega desde a Colônia é a singularidade, fruto da escravidão, de construir uma sociedade que, mesmo estando sob a égide do capitalismo, é estamental. A certeza de que um filho de pobre vai morrer na mesma classe social de seu pai e

possivelmente na mesma atividade. Assim como um filho de juiz, sabe-se lá com quais expedientes utilizados, será no mínimo juiz, ou o filho do capitalista, por definição, será uma pessoa de bem na sociedade, ao qual todas as portas se abrem e cujos negócios tendem a mantê-lo no alto.

Silveira (2006, p. 17), em estudo sobre a formação histórica brasileira, percebe no funcionalismo público, especialmente no Judiciário, a

[...] concorrência de referenciais extrajurídicos que vão determinar a conduta de seus agentes, tais como a prática do favoritismo, do “jeitinho”, do apadrinhamento, do clientelismo, da barganha política, dentre outras formas de concepção da esfera pública a partir dos mesmos valores regentes da esfera familiar, privada por excelência.

O referido autor identificou boa parte dos casos de corrupção, prevaricação, peculato, clientelismos e favoritismos, sob as mais discretas roupagens. O cidadão no Brasil Colônia era avaliado pelo prestígio, pelo poder e pela riqueza de que desfrutava no seio da sociedade. Aos magistrados faltava a riqueza, as posses, que eram intensamente buscadas, de forma a compensar esse déficit analítico.

Daí o porquê se encontram na leitura dos textos da época inúmeros casos de magistrados que logravam adquirir esse bem fundiário através de compra de terras aqui devolutas, ou, em também muitos casos, não era raro se vislumbrar os juízes locais confiscando terras disponíveis em proveito próprio, ou mesmo promovendo o uso da máquina judiciária para a aquisição dessas propriedades. (SILVEIRA, 2006, p. 117).

Essa oportunidade fazia com que os juízes, que deveriam cumprir pequeno período de serviço prestado na Colônia, recusassem a rotatividade ou as promoções e estendessem indefinidamente sua estadia.

Conforme informava o Governador-Geral do Brasil, Rodrigo de Sousa Coutinho, em Carta dirigida a Portugal em 1799 (*apud* NEQUETE, 2000a, v.1, p. 149-157), em que lançava extensos comentários acerca do Estado de depreciação em que se encontrava a Relação da Bahia, as afirmações de recebimento de presentes em troca de sentenças, do estabelecimento de “[...] amizades com negociantes e senhores de engenho”, chegando a “tratar preço de causas e sentenças” de “[...] extorquir mínimos e donativos dos quais vinham barcos cheios”. Estas dentre outras muitas práticas, revelavam sinteticamente a natureza patrimonialista da administração judiciária vivida durante o período colonial. (SILVEIRA, 2006, p. 120-121).

O suborno criava seu próprio círculo fechado, regado a abuso de poder, que veio a servir oportunamente à manutenção do poder das elites. Da venda das sentenças à corrupção e ao favorecimento pessoal existentes no Judiciário, Silveira (2006) exemplifica detalhadamente a corrupção desde o Brasil Colônia.

Para Faoro (2001, p. 310), a passagem da colônia para o Brasil independente apresenta um semblante doentio, cujo principal elemento de aproximação entre os principais atores, como comerciantes e burocratas, mercadores e fidalgos, eram as propinas e as luvas da corte brasileira, as quais qualifica como infames, corruptas e depravadas. No estudo da corrupção durante o Império,²² Silveira (2006, p. 134) identifica no Judiciário uma abundante fonte do fenômeno, uma vez que o espaço público era dominado pelos interesses particularistas espoliativos da seletíssima classe dominante da época, na qual tão bem figuravam os magistrados. Tais práticas cimentaram-se, segundo o autor, na medida em que o rompimento com a era colonial trouxe maior grau de autonomia à gestão político-administrativa, com o advento da primeira Constituição Nacional, no ano de 1824.

Segundo Sanchez e Bosso (2017, p. 2), assim como Cordeiro (2017, p. 79), a corrupção, de origem remota, desempenhou papel importante durante o período do Império, a exemplo do episódio do roubo das joias da coroa,²³ perdurando com destaque durante a República Velha, durante a qual o Estado continuou sendo explorado por governantes e funcionários. Conforme esclarece Silveira (2006, p. 187), a elite decadente e as classes em ascensão, como os militares – detentores de baixos salários –, comungavam do desejo de ocupar um espaço na burocracia estatal como ponto de salvação e garantia de posses que lhes trouxessem a estima da sociedade. Espelhavam-se e se amparavam no poder Judiciário, para lançar mão das velhas ações de corrupção, nepotismo, cooptação e demais malversações do cargo público.

A corrupção na República

A República Velha, assim como o Império, seguiria sem romper quaisquer laços com os antigos poderes secularmente consolidados, como o bacharelismo elitista, a aristocracia agrária, o cartorialismo do Estado e a política fraudulenta e de cooptação dos membros do Judiciário. Sanchez e Bosso (2017, p. 2) identificam ainda a perpetuação do fenômeno da corrupção no Brasil Império e sua transposição e proliferação no Brasil República.

O fenômeno seguiu seu curso normal, independentemente da mudança de regime, haja vista se tratar de uma prática estreitamente ligada aos interesses mais proeminentes da época. A República nasce, conforme identifica Faoro (2001, p. 592), com o empenho de diminuir a

²² Período compreendido entre 1822 e 1889, estabelecido como uma Monarquia constitucional parlamentar unitária.

²³ Em março de 1882, todas as joias da Imperatriz Teresa Cristina e da Princesa Isabel foram roubadas do Palácio de São Cristóvão. O roubo levou a oposição a acusar o governo imperial de omissão, pois as joias eram patrimônio público. O principal suspeito, Manuel de Paiva, funcionário e alcoviteiro de Dom Pedro II, escapou da punição com a proteção do imperador.

peia²⁴ do Estado sobre parte da elite e com a vontade, por parte da elite, de apresentar-se culta e moderna. Para tanto, a elite passou a defender ansiosamente as ideias liberais, acentuando o domínio da ordem natural e entregando convenientemente o indivíduo a si mesmo, conforme ditava, naquele momento, a ideologia irradiada da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França.

Cabe um parêntese para destacar uma constatação do referido autor, que identifica por trás do discurso liberal as insinuantas cordas manipuladoras dos gabinetes conservadores e da elite agrária e mercantilista, em um contraste tupiniquim²⁵ claro entre os desígnios prolatados pelo liberalismo e os interesses reais que utilizavam esse discurso para ajustar o mundo do trabalho e perpetuar a mesma classe no poder.

Silveira (2006, p. 197), por sua vez, analisa o período pelo prisma do Judiciário e observa que, com o advento da República, foi criada a Justiça Federal, através do Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. A referida lei teria sido criada como um antídoto ao sistema judiciário da época, uma vez que pretendia instituir uma justiça honesta, na qual os juízes não pudessem ser atingidos pela pressão, pela corrupção, pelo temor, nem pela ambição, a perseguição e/ou o favoritismo.

O referido autor finaliza sua caracterização do funcionário público, principalmente do Judiciário, durante o período da República Velha, descrevendo-o como desacreditado diante dos atos desmedidos de corrupção, nepotismo, dos enriquecimentos ilícitos, das barganhas, das políticas de suborno, da cooptação, dentre outras várias possibilidades de agir aplicando ou utilizando demasiadamente mal a coisa pública.

Foi esse funcionário que deu suporte às elites, as quais mantiveram o poder político em suas mãos das formas mais infames, como identifica Faoro (2001, p. 777):

Fabricam-se as atas e, até séries de atas, nas quais figuram votando não só eleitores que não compareceram, mas ainda a grande massa dos fantásticos, dos incognoscíveis, cujos nomes foram, para esse fim, fraudulentamente incluídos no alistamento. Mais tarde dirá que, de eleição, “não há nem sombra de sombra”. As reações dos vencidos, por três vezes, sacodem a nação: em 1910, com menos intensidade, em 1922, abalando as instituições, em 1930, destruindo a ordem. (FAORO, 2001, p. 778).

Essa transformação foi ocasionada pelo processo eleitoral fraudulento e pelo liberalismo exposto, que reinaram absolutos e sobranceiros por mais de vinte anos, sob a tutela do Judiciário e da burocracia da época. O rompimento desse processo, em 1930, ocorreu sem o apoio ou a interferência organizada das elites, que o observaram incrédulas. Foi uma novidade factual em

²⁴ O termo aqui é utilizado no sentido de trava. Esse é um termo muito utilizado no Rio Grande do Sul, para designar a corda ou a peça de ferro que prende os pés dos animais.

²⁵ O termo aqui é empregado coloquialmente, como sinônimo de um certo nacionalismo *sui generis* ou um determinado contorno tipicamente brasileiro.

430 anos de práticas dissimuladas, que mantiveram o bastão do poder, bem como os interesses de classe, seguro em suas mãos. Desse modo, essa elite se viu forçada a se mobilizar, conforme preceitua o receituário classista internacional, de forma a reestabelecer o controle político geral, bem como as benesses individuais a que estava acostumada nestes confins da Terra.

Foi com o início da chamada Nova República que a corrupção passou a figurar claramente como pano de fundo das disputas travadas entre a elite e as demais forças progressistas. Os movimentos previstos na teoria da restauração do poder de classes, adotada como bússola para a análise, deixam nítidas as disputas sociais ocorridas a partir desse período no Brasil.

Em períodos diferentes, em sua maioria, a corrupção é vista com leniência, só ganhando contornos de indignação popular quando a população é induzida pela elite a movimentar-se para retomar o poder do Estado (para a própria elite) sem utilizar as regras do jogo democrático. Em 1929, uma sacudida de âmbito mundial, conhecida como a Quebra da Bolsa,²⁶ abriu possibilidades para a transformação em terras brasileiras e deu início a um momento de questionamentos às elites nacionais, propiciando a mudança de mãos do bastão de poder no Brasil. Tal período foi maturado por mais de uma década e teve início com a chegada de Getúlio Dornelles Vargas²⁷ ao poder central em 1930.

A Era Vargas, de acordo com Mascaro (2018, p. 88), encetou um importante período para a discussão do Estado, um período moderno e autoritário, propenso a impulsos políticos conflitantes, repleto de contrafluxos, contraditoriamente participativo e marcado por avanços nos direitos sociais. Esse período, de acordo com Silva e Costa (1999, p. 207), ficou conhecido como populismo. Vargas, apesar de todas as suas contradições, foi a primeira opção que apareceu na história com alguma inclinação para ajudar os mais necessitados da sociedade desde a colonização do Brasil. Conforme descreve Souza (2018, p. 65):

[...] depois do lento processo de modernização de fora para dentro que o Brasil sofre a partir de 1808 – seguido da libertação formal dos escravos e da entrada de milhões de imigrantes no início do século XX, formando uma classe trabalhadora rural e urbana de tipo novo –, os fatos mais importantes para nossa narrativa acontecem nos anos 1930. O grande divisor de águas é a entrada do Estado como variável nova do desenvolvimento brasileiro. É óbvio que o Estado existia antes. Mas nunca havíamos

²⁶ A Grande Depressão, como ficou conhecida, foi ocasionada pela queda brusca das ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, que rapidamente espalhou-se pelo globo, na mais grave crise econômica mundial do século 20.

²⁷ Getúlio foi um dirigente contraditório, elegeu-se presidente (governador, em termos atuais) do Estado do Rio Grande do Sul, o qual assumiu em 25 de janeiro de 1928, pela oposição, colocando fim aos trinta longos anos de governo de Borges de Medeiros. No governo, Getúlio retirou as Forças Armadas da administração e da polícia. Em 1930, reúne os dois partidos opostos no Rio Grande do Sul e marcha para o Rio de Janeiro, onde chega ao poder por meio de um golpe Militar, uma vez que havia oficialmente perdido as eleições presidenciais.

tido um Estado interventor e reformador. É isso que o Estado Novo e a figura de Getúlio Vargas significam. (SOUZA, 2018, p. 65).

Com Vargas, o Estado desempenhou um importante papel no processo de industrialização brasileira,²⁸ na formação do capitalismo e na constituição do próprio Estado capitalista. Os grandes investimentos na indústria de base, como a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no setor siderúrgico, a construção de hidrelétricas no setor de infraestrutura energética e a criação do monopólio estatal da Petrobras na extração do petróleo, foram consolidados nesse período (SOUZA, 2018, p. 89).

Cumprir assinalar que Vargas chega ao poder em 1930, através de um golpe militar, como já apontado, segue de 1934 até 1937 como presidente da República, eleito pela Assembleia Nacional Constituinte; e de 1937 a 1945, como chefe absoluto do Estado Novo, caracterizado pela centralização do poder, pelo nacionalismo e o anticomunismo, mas sem mexer, no entanto, nas vigas centrais do patrimonialismo, mantendo a elite nacional. Dessa forma, não haveria movimentação substancial entre aqueles que tomariam as decisões à frente do Estado e do poder político, mantendo-se o poder das outras classes proprietárias, ou, nos termos de Faoro (2001, p. 592), uma espécie de ajuste do mundo do trabalho, de forma a garantir a perpetuação da mesma classe no poder.

Faoro (2001, p. 863) observa no movimento de Getúlio e na falta de interesse dos movimentos da elite nacional, a causa-efeito que levaria Getúlio a perder o temor dessa mesma elite a partir de 1945, momento que assumiria o poder pela via eleitoral e mudaria, de certa forma, seu programa político, com a perigosa insinuação de que tenderia a utilizar o poder para beneficiar a maioria da população, em contradição com os interesses das elites. Porém, por conceito, sabe-se que este último ator precisava que o poder repousasse em suas mãos.

Em 1945, evolui a possibilidade de golpe por parte da elite econômica nacional, através da ação midiática e da manipulação dos instrumentos jurídicos. Ante essa possibilidade, Getúlio renuncia em 29 de outubro de 1945. Candidata-se e elege-se senador em 2 de dezembro do mesmo ano. O posicionamento de Vargas evolui progressivamente em direção aos interesses sociais. Em 1950 candidata-se²⁹ ao cargo de presidente da República. O ápice de seu legado deve-se a esse período, que perdurou de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954, em

²⁸ Entre suas ações estão a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1952; a criação da Petrobras, em 1953; a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, que estabeleceu o monopólio estatal da exploração e produção de petróleo; a criação do Banco do Nordeste, em 1952; e o Decreto nº 30.363, de 3 de janeiro de 1952, que estipulou em 8% o lucro retornável ao país de origem das multinacionais.

²⁹ Houve várias tentativas de impedir tal candidatura. Em 1950, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) chegou a se reunir inúmeras vezes para discutir o cancelamento de sua candidatura a presidente do Brasil.

que foi eleito pelo voto direto e esteve programaticamente mais próximo da maioria do povo. A partir de então, Sanchez e Bosso (2017, p. 2) identificam crescente e ampla divulgação midiática sobre o tema corrupção.

Foi uma batalha fratricida, travada entre Getúlio e o rei da mídia, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, o Chatô,³⁰ que dava toda cobertura a Carlos Lacerda, o principal parlamentar adversário do governo desenvolvimentista. O jogo se desequilibra quando pessoas próximas a Getúlio são presas, acusadas de corrupção, argumento retumbado com ferocidade pela grande mídia.

[...] acusado do crime por Lacerda, Getúlio ficou indefeso, objeto de um ódio coletivo que se propagava sem limites: monolíticos, a imprensa, a incipiente TV e o rádio, mais do que se aliarem à irracionalidade, foram seus porta-vozes sem considerar as previsíveis consequências para o Estado de Direito. (FREITAS, 2014).

Segundo Souza (2018, p. 116), sempre que o Estado se apresenta como representante de demandas populares, mesmo que em pequena monta, com políticas públicas que possam alterar a mobilidade das classes, surge de forma articulada na mídia o debate sobre patrimonialismo, personalismo, populismo, jeitinho brasileiro, bem como a histeria em relação à corrupção política, criminalizando veementemente os agentes do Estado. Como pôde-se observar durante uma grande alavancada industrializante no País,

Carlos Lacerda, grande orador e demagogo da União Democrática Nacional [UDN], vai exercer, praticamente sozinho, por meio da imprensa liberal, um papel semelhante, no episódio da queda de Getúlio, ao da Rede Globo à frente da mídia venal na queda do PT e na atual perseguição a Lula. A partir dos ataques bem-sucedidos de Lacerda a Vargas, a corrupção administrativa deixa de ser um delito com qualquer outro e vira uma histeria nacional, fomentada pela imprensa a soldo da elite. (SOUZA, 2018, p. 116-117).

A corrupção, defende o autor, tem sido utilizada para derrubar governos comprometidos com o desenvolvimento do País e, portanto, descomprometidos com as elites. No caso, o debate sustentado contra Vargas visava desgastá-lo através da construção do mito hegemônico da corrupção, como afirma Souza (2018, p. 117), usando essa articulação para barrar a política inclusiva e dotando as elites de um discurso que legitimasse seus próprios privilégios. Era o medo da classe minoritária de que a maioria dotada de poder político optasse pela construção de uma sociedade diferente e menos desigual.

A derradeira crise enfrentada por Getúlio em seu governo deveu-se ao aumento do salário-mínimo em 100%, o que gerou, em fevereiro de 1954, um manifesto assinado por cerca

³⁰ Um fato curioso é que Getúlio Vargas ocupava a cadeira 37 da Academia Brasileira de Letras e foi sucedido, em 1954, após passar à imortalidade, por Assis Chateaubriand.

de 80 militares (coronéis e tenentes-coronéis), entre os quais Golbery³¹ do Couto e Silva. Esse manifesto, que ficou conhecido como o *Manifesto dos Coronéis*, criticava a política salarial do governo central para com a classe militar em face da iminência do aumento de 100% no salário-mínimo. Em 24 de agosto de 1954, Vargas suicidou-se, dada a ação das classes mais altas e da imensa pressão da mídia, através das constantes acusações de corrupção em seu governo.

Dessa forma, cumpre destacar que o movimento contra Getúlio não cessou com sua morte. Prosseguiu mesmo depois, em uma perseguição incansável ao pensamento amplamente aceito de ‘desenvolvimento para todos’, de forma a retomar a hegemonia ideológica na sociedade pela classe economicamente dominante, levando, como defende Souza (2018, p. 118) ao fim da breve ocasião de redemocratização, que durou 18 anos, assim como das alianças constituídas no período.

Após tropeços em desmontar a memória do governo Vargas, a elite passou a utilizar-se de denúncias de corrupção para forçar Juscelino Kubitschek³² (JK) a renunciar ao cargo de presidente da República. Os jornais davam notoriedade ao fato de um mestre de obras ter sido afastado devido a reclamações de Dona Sarah, esposa de JK, que havia pedido numerosas alterações no projeto original de um apartamento em Ipanema, que JK teria recebido de um grande banqueiro, conforme várias matérias estampadas em jornais da época.³³

Com a renúncia de Juscelino, após muita dificuldade, consegue assumir seu vice, o ex-ministro do trabalho de Getúlio, João Goulart. Jango,³⁴ como era conhecido, chega à presidência depois de firme e massiva campanha para fazer valer a Constituição, denominada de ‘Campanha

³¹ General do exército brasileiro e um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI), teórico da doutrina da segurança nacional e da teoria da geopolítica, elaboradas nos anos 1950 e absorvidas pela Escola Superior de Guerra (ESG), onde defendia que a promoção do desenvolvimento nacional estaria associada à centralização do poder, à supressão de alguns valores definidores da ordem democrática e ao alinhamento do Brasil ao bloco dirigido pelos Estados Unidos, em contraposição ao bloco liderado pela União Soviética. Em 1954, quando elaborou o manifesto, era tenente-coronel e adjunto do Departamento de Estudos da ESG.

³² Juscelino Kubitschek de Oliveira elegeu-se presidente do Brasil em 1955 com um discurso desenvolvimentista, utilizando-se do *slogan* de campanha ‘50 anos em 5’, ou seja, desenvolver no Brasil em 5 anos o que demoraria 50 pelas vias normais. Como à época não havia o instituto da reeleição, saiu do cargo em 31 de janeiro de 1961, ao fim do mandato, assumindo uma vaga no Senado, para o qual se elegeu, pelo Estado de Goiás, no mesmo ano. Tentou viabilizar sua candidatura à presidência em 1965. No entanto, com o Golpe Militar de 1964, foi acusado pelos militares de corrupção e de ser apoiado pelos comunistas. Como consequência, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos.

³³ Cf.: <https://bit.ly/3eSPR5O>. Acesso em: 13 fev. 2021.

³⁴ João Belchior Marques Goulart era ministro do trabalho quando do suicídio de Vargas e foi vice-presidente de Juscelino, mantendo-se no cargo de vice com Jânio Quadros como presidente da República. Assumiu a presidência com a renúncia de Jânio em 25 de agosto de 1961. Sua posse não foi tranquila, uma vez que os ministros militares Odílio Denys (Exército), Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e Sílvio Heck (Marinha) tentaram impedi-la, chegando a ser empossado o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, como presidente do Brasil.

da Legalidade’,³⁵ defendendo reformas de base.³⁶ “Quando Jango tentou, como Getúlio Vargas com um pouco mais de sucesso antes dele, implantar reformas de base e impor regras na transferência de lucros dos investidores internacionais aos países do G7, ele foi deposto” (SOUZA, 2020, p. 107).

Após uma série de denúncias das mais infundadas, que implicavam até a acusação de que era comunista, Jango foi retirado da Presidência da República através de uma manobra golpista, orquestrada pelos grandes proprietários rurais, pelo setor industrial paulistano, pela classe média urbana, por setores conservadores da Igreja Católica e pelos militares, que assumiram o governo em seguida. Tal golpe vinha sendo gestado desde a década de 1950, mas teve sua efetivação atrasada devido ao suicídio de Vargas, em 1954, sendo definitivamente implementado em 1º de abril de 1964.

Como bem resume Silva (2015, p. 61), o clímax ocorreu em março de 1964, quando o presidente João Goulart anunciou as reformas de base, “um passo que o Brasil tanto precisava”:

Na sexta feira, 13 de março, no Comício da Central do Brasil, ao anunciar a reforma agrária e encampar as refinarias de petróleo, Jango assinou seu atestado de óbito político. As forças conservadoras, apoiadas pelos Estados Unidos, **como hoje está documentalmente provado**, moveram-se para consolidar a atmosfera de deposição do Presidente da República. Foram criadas as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. O golpe, que vinha sendo preparado desde 1962, conforme o “roteiro da revolução” divulgado por Júlio Mesquita no Jornal O Estado de S. Paulo, veio à tona. (SILVA, 2015, p. 61, grifos nossos).

Jango continuou a chocar o Brasil e a elite conservadora, pois consta, de acordo com Silva (2015, p. 64), que, em 15 de março, enviou ao Congresso Nacional uma mensagem contendo uma perfeita radiografia da realidade brasileira e um conjunto de ideias que compunham um plano de ação para o Brasil se livrar do atraso e da miséria em que se encontrava, ações estas esperadas e apoiadas pela maioria da população. A elite nacional não gostou da atitude ousada; nas palavras de Silva (2015, p. 64): “[Jango] Pagou por ter tentado melhorar o Brasil”.

Com a retomada do bastão de classe, após a qual a elite voltou a ditar as regras das políticas de Estado através dos militares, de abril de 1964 até meados da década de 1980, a grande mídia mudou o foco, impondo a si mesma uma autocensura sobre o tema da corrupção,

³⁵ Uma grande mobilização ocorrida em 1961, para garantir a posse do vice-presidente João Goulart como presidente do Brasil, derrubando o veto dos ministros das Forças Armadas à sucessão legal do presidente Jânio Quadros, que havia renunciado.

³⁶ Conjunto de propostas de reformas estruturais que visava promover alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas, com vistas a superar o subdesenvolvimento e permitir uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil, incidindo sobre setores como a educação, a tributação, a política e o setor agrário.

em apoio completo ao período autoritário. De acordo com Mascaro (2018, p. 89), esse período foi marcado pela propulsão da propaganda anticomunista, pelo alinhamento mais imediato aos interesses do capital externo, sobretudo dos Estados Unidos, e pela submissão brasileira aos interesses empresariais internacionais.

Cordeiro (2017, p. 79) e Guerra *et al.* (2017b, p. 222) desenvolveram teses congêneres, identificando no período autoritário da história do Brasil, chamado de ‘anos de chumbo’, que o tema da corrupção, na política, desapareceu do noticiário. Não porque tal fenômeno tenha deixado de ocorrer, mas porque, além de um amplo apoio ao golpe e ao regime, a grande mídia blindava tais informações. Ademais, jornalistas ou pequenos jornais que de alguma forma se opunham ao regime passaram a sofrer rigorosa censura e perseguição. De acordo com Feres Junior e Sassara (2016a, p. 208), a corrupção existiu em significativa escala durante o período de administração dos militares.

Se com a ditadura o tema da corrupção foi silenciado, a volta da democracia deu condições à mídia de explorar novamente o tema em suas redações, mais como ‘futilidade’ sem importância, já que o encadeamento do tema em si não sugeria mudanças significativas no sistema político. Conforme bem explicitam Sallum Júnior e Casarões (2011, p. 177), no governo do presidente José Sarney, por exemplo, não faltaram manchetes com denúncias de corrupção, e sua popularidade esteve em baixa quase que durante toda sua gestão. Mesmo sendo considerado um governo bom ou ótimo por menos de 10% da população, o presidente Sarney conseguiu encerrar seu mandato e passar a faixa presidencial para o sucessor sem maiores atribulações, por estar alinhado e, dessa forma, não representar qualquer desconforto aos projetos e posições da elite nacional brasileira.

Porém, com a eleição presidencial de 1989, abria-se uma pequena margem de possibilidade para que a classe dos de baixo, os trabalhadores e os excluídos, alcançasse o bastão político nos termos do jogo democrático. Feres Junior e Sassara (2016a, p. 208) destacam que, se não fosse a atuação dos meios de comunicação na referida eleição e a montagem tendenciosa no último debate da campanha, feita pelo Jornal Nacional em favor do candidato do projeto neoliberal no segundo turno, Fernando Collor de Melo,³⁷ o candidato do PT, Luiz Inácio da Silva, teria grandes chances de ser o presidente do Brasil.

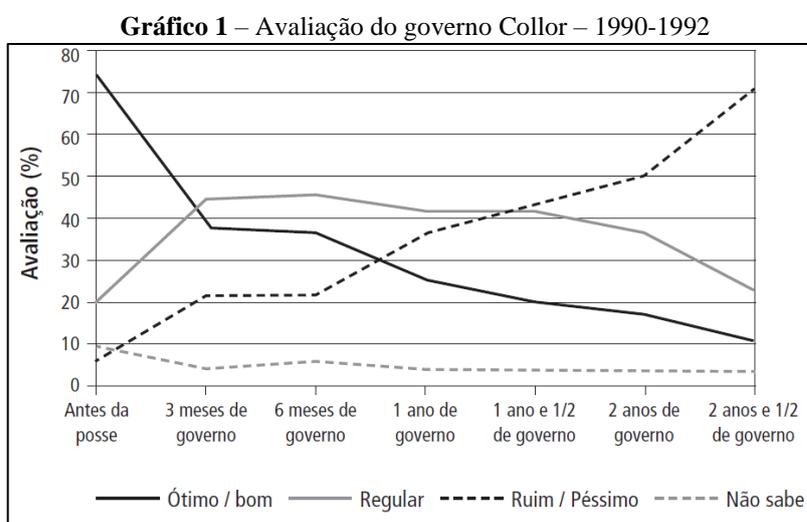
De acordo com Sallum Junior e Casarões (2011, p. 163-167), Collor foi eleito para a Presidência da República do Brasil com cerca de 35 milhões de votos, mais da metade dos

³⁷ Boni, diretor jornalístico e um dos principais diretores da TV Globo, criador de vários programas que marcaram época, como o Fantástico e o Jornal Nacional, confessa tal questão. Disponível em: <https://bit.ly/3hyjw61>. Acesso em: 20 set. 2020.

votantes. Elegeu-se com o apoio da mídia, tocando em pontos sensíveis das expectativas das massas. Foi construído e apresentado por setores importantes da elite e da mídia como o representante de um Brasil moderno, como líder messiânico e paladino da moralidade, como religioso e associado a Frei Damião,³⁸ como a voz dos que não tinham voz e a força dos que não tinham força para lutar contra a corrupção – os ‘marajás’ do funcionalismo público e as elites que exploravam o povo. Contraditoriamente, Collor era, afinal, um legítimo representante dessa mesma elite brasileira atrasada.

Collor assume em meio a desconfianças relacionadas à sua eleição, a atitudes e condutas pessoais que demonstravam pouca relação com a democracia, conforme Sallum Júnior e Casarões (2011, p. 195) identificam, dotado ainda de uma personalidade arrogante, voluntarista, pouco propensa à negociação, contrariando as práticas clientelistas usuais esperadas pela elite nacional e por seus representantes no Congresso Nacional.

Logo no início do governo, Collor perde prestígio vertiginosamente, conforme pode-se observar no Gráfico 1, a seguir, que contém a avaliação popular de seu governo entre 1990 e 1992:



Fonte: Datafolha (1992).

O *impeachment* de Collor foi inusitado e ainda hoje carece de uma explicação completa, já que iniciara o mandato com 71% de apoio popular. De qualquer forma, o fenômeno da corrupção esteve muito presente e apresentou-se com maior proeminência, de acordo com Sallum Júnior e Casarões (2011, p. 179), nas seguintes circunstâncias:

³⁸ Frei Damião foi um frade capuchinho que se estabeleceu em Recife a partir de 1931, onde marcou sua vida pelas peregrinações e pregações públicas pelo interior do nordeste brasileiro, muito venerado pelos fiéis.

1ª. A acusação de seu irmão, Pedro Collor, de que o presidente Collor era o sócio oculto de P. C. Farias, ex-tesoureiro de sua campanha eleitoral, que aproveitava sua relação com o Presidente para atividades de corrupção. Frente ao escândalo, o Congresso teve que formar uma Comissão Parlamentar de Inquérito; 2ª. a extraordinária incompetência de Collor e P. C. Farias para esconder suas supostas atividades corruptas; 3ª. a fragilidade e incompetência da bancada parlamentar governista para defender o governo e controlar a situação; 4ª. a ausência de tentativas de silenciar a imprensa ou abortar o processo político e um apego à ordem legal com a consequência inesperada de pessoas de origem modesta se apresentarem para depor perante a CPI.

Além de Collor, vários outros integrantes do governo estariam envolvidos em esquemas de corrupção, segundo as manchetes da época, porém a corrupção foi o argumento, mas não o motivo completo de seu afastamento. Além das inúmeras acusações que o envolviam, violando as expectativas criadas por ele durante a campanha, havia ainda a desconfiança de partidos como o PT, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sobre o compromisso de seu governo para com os valores democráticos. O desprestígio foi adquirido após a implantação de política econômica que confiscou³⁹ os recursos depositados em contas-poupança, particularmente da classe média brasileira, classe essa de onde surgiram a maioria dos jovens estudantes que estiveram à frente das manifestações conhecidas como ‘caras pintadas’, que pediam o ‘Fora, Collor’.

Mais ainda: a situação recessiva produzida pelo próprio programa de austeridade fiscal do governo, tornando muito difícil a sobrevivência para os mais pobres e obrigando a contenção dos gastos da classe média, tornou ainda mais ultrajante as somas exorbitantes gastas pelo modo de vida do presidente e providas por P. C. Farias. (SALLUM JR.; CASARÕES, 2011, p. 192).

De acordo com os autores (2011), dos partidos aliados pelo *impeachment*, apenas o PT se importava com as denúncias de corrupção e com as políticas neoliberais implantadas; PSDB e PMDB, que defenderam o *impeachment*, concordavam com tais políticas. Nesse quesito, não havia razão para os setores conservadores da sociedade e a elite econômica se livrarem de Collor, pois esse abriu as portas nacionais à entrada e execução do projeto neoliberal, utopia vocalizada pelas organizações empresariais e a grande imprensa à época (SALLUM JR.; CASARÕES, 2011, p. 195).

É provável que a retórica moderna neoliberal fosse apenas uma fachada da elite, acostumada a muitos privilégios desde o período colonial, perpetuados pela história nacional.

³⁹ Em 16 de março de 1990, no dia seguinte à sua posse como presidente da República, Fernando Collor de Mello efetuou o confisco dos ativos depositados nas cadernetas de poupança dos brasileiros através de um plano econômico que visava estabilizar a inflação da época, que atingia a marca de 84% ao mês. As medidas previam ainda a troca do nome da moeda (de cruzado novo para cruzeiro), o congelamento de preços e salários por 45 dias, a criação de um imposto sobre operações financeiras, o aumento das tarifas de serviços públicos como gás, luz e telefone, a extinção de 24 empresas estatais e a demissão de 81 mil funcionários públicos.

É fato que a elite desconfiava das atitudes de Collor de Mello e das medidas por ele adotadas no poder. Mesmo Collor se mostrando um *playboy*, a elite preferiu Itamar Franco no poder, um representante menos instável, que garantia seus privilégios. Depois focou em dismantlar a candidatura de Lula para as eleições seguintes, produzindo e conduzindo Fernando Henrique Cardoso (FHC) a uma vitória segura em 1994 e a consequente finalização da instauração do projeto neoliberal e da bula oriunda do Consenso de Washington⁴⁰ no Brasil.

O governo Itamar não ficou isento dos escândalos de corrupção. Segundo Guerra *et al.* (2017b, p. 228), foram pelo menos trinta casos graves e de vulto veiculados em manchetes de jornais, apesar de seu curto governo. No Caso Ricupero, também conhecido como Escândalo das Parabólicas,

[...] ao se preparar para uma entrevista ao vivo no Jornal da Globo, sem saber que estava no ar, o então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Rubens Ricupero, afirma: “Eu não tenho escrúpulos, o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde”. (GUERRA *et al.*, 2017b, p. 230).

Os casos identificados durante a gestão de Itamar, assim como acontecera a Sarney e depois com FHC, por exemplo, reforçam o argumento de que, quando o agente está a serviço da elite, independentemente de sua conduta ou dos demais membros de seu governo, os casos de corrupção que vêm a público são tratados pela mídia com parcimônia. Dessa forma, a população fica sabendo, mas o assunto não aparece ao público como mote de indignação e ações mais radicais. Isso deve-se à forma com que a grande mídia brasileira trata o caso e ao rumo induzido pela conclusão das matérias, que não trazem qualquer risco ao grupo político alinhado aos interesses da elite.

A moderação com que a imprensa tratou os escândalos de corrupção que se avolumaram no governo de FHC foi semelhante à de seus antecessores, Itamar e Sarney, mas bem distinta da forma como tratara do tema nos governos de Jango e Getúlio. A qualquer indício de corrupção existente no governo dos dois últimos, os meios de comunicação davam um amplo e profundo destaque. O que se pôde perceber nos oito anos de governo FHC foi exatamente o

⁴⁰ O termo ‘Consenso de Washington’ foi usado ao redor do mundo para consolidar o receituário de caráter neoliberal subjacente a dez ações mínimas, quais sejam: maior disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; pagamento da remuneração de capital com juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; eliminação de restrições aos investimentos estrangeiros diretos; privatização das estatais; desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas; lei de patentes. O FMI passou a recomendar a implementação dessas medidas nos países emergentes, durante a década de 1990, como meio para acelerar seu desenvolvimento econômico, utilizando como vitrine o Chile. De início, essas ideias foram aceitas e adotadas por dezenas de países sem muito questionamento, até a crise asiática do final de 1997, que atingiu o Brasil após eleições de 1998, quase levou à bancarrota a Rússia, que viu seu Produto Interno Bruto (PIB) cair 30%, e ‘quebrou’ a economia da Argentina, demonstrando a ineficácia das políticas neoliberais.

oposto. Houve uma enorme soma de escândalos de corrupção, mas sem que a imprensa abordasse o tema de forma firme e destacada.

Guerra *et al.* (2017b) assinalam que o primeiro ato de FHC após assumir a Presidência da República, em 1995, foi extinguir, por decreto, a Comissão Especial de Investigação (CEI),⁴¹ que tinha a função de coibir a corrupção. Ademais, só no governo FHC, Bortoni e Moura (2002, p. 69-72) identificaram escândalos de corrupção que geraram cerca de R\$ 200 bilhões de prejuízos aos cofres públicos e, portanto, à coletividade, sem que houvesse uma comoção popular que chegasse a abalar o governo.

De acordo com levantamentos efetuados no período de 1995 a 2002 por Bortoni e Moura (2002), uma série de escândalos batizados pela imprensa desfilavam diariamente nas manchetes dos meios de comunicação, a saber:

- 1) **O escândalo do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam):**⁴² a empresa Esca, associada à norte-americana Raytheon e responsável pelo gerenciamento do projeto, foi beneficiada, através do tráfico de influência do alto escalão do governo, com a compra de equipamentos de forma irregular, gerando um prejuízo aos cofres públicos de U\$ 1,4 bilhão;⁴³
- 2) **A farra do Proer:** o Proer demonstrou, já em 1996, como seriam as relações entre o governo FHC e o sistema financeiro. Gerou aos cofres públicos um prejuízo de R\$ 111,3 bilhões, incluindo a recapitalização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal (CEF) e o socorro aos bancos estaduais, de acordo com os economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal);
- 3) **Pasta Rosa:** U\$ 2,4 milhões de ‘investimento’ em candidaturas na década de 1990;
- 4) **Compra da ementa à reeleição de FHC:** obtida a preços altos, conforme gravações dos deputados Ronivon Santiago e João Maia, do Partido da Frente Liberal do Acre (PFL/AC), que ganharam R\$ 200 mil cada para votar a favor do projeto. Ao total, foram cerca de R\$ 600 milhões;

⁴¹ A referida Comissão, que contou com a participação da sociedade civil em sua composição, havia sido criada por Itamar Franco para apurar as denúncias de irregularidades existentes no governo federal. A CEI era integrada por sete pessoas, escolhidas entre diversos segmentos sociais, como juristas, empresários e ex-ministros de Tribunais Superiores, e tinha carta branca para investigar qualquer área do governo. A CEI escolheu os ‘casos mais gritantes’ entre mais de duas mil denúncias que recebeu. Dada a pressão, FHC criou e passou as investigações para um órgão de seu governo, a Secretaria Federal de Controle, do Ministério da Fazenda.

⁴² Foi um projeto elaborado pelos órgãos de defesa do Brasil, com a finalidade de assegurar o espaço aéreo da Amazônia, teve sua implantação superfaturada, e, além disso, posteriormente, veio à tona que o Sivam passou a integrar um sistema de espionagem do Brasil, em prol dos interesses comerciais americanos. Em 2013, documentos publicados em jornais de circulação mundial, revelados por Edward Snowden, confirmaram o uso da rede para espionagem e vigilância global. Disponível em: <https://glo.bo/3opVcES>. Acesso em: 22 abr. 2021.

⁴³ Cf.: <https://bit.ly/3bAJT0e>. Acesso em 22 abr. 2021.

- 5) **Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER):** apontado como o principal foco de corrupção no governo de FHC, em que, só nos escândalos de precatórios, o prejuízo calculado foi de R\$ 120 milhões;
- 6) **Privatização do sistema Telebrás:**⁴⁴ R\$ 22 bilhões perdidos com a articulação e as cartas de crédito em benefício do setor privado, dos quais uma parte voltou para as campanhas de FHC, de Ricardo Sérgio de Oliveira, do senador José Serra e do diretor da área internacional do Banco do Brasil;
- 7) **O caso dos bancos Marka e FonteCindam:** ambos ‘socorridos’ pelo Banco Central, ao um custo para os cofres públicos de R\$ 1,6 bilhão;
- 8) **Rombo transamazônico na Sudam:** ultrapassou os R\$ 2 bilhões;
- 9) **Eduardo Jorge:** ex-secretário-geral da Presidência da República, suspeito de exercer indevida ingerência em fundos de pensão e tráfico de influência, causando um prejuízo de R\$ 226,5 milhões aos cofres públicos;
- 10) **Caixa dois das campanhas de FHC:** Em 1994, pelo menos R\$ 5 milhões; e em 1998, mais de R\$ 10,1 milhões;
- 11) **Biopirataria oficial:** contrato escandaloso entre as empresas Bioamazônia e Novartis, que gerou prejuízos de US\$ 4 milhões ao Brasil;
- 12) **Os desvios na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene):** envolveu desvios de R\$ 1,4 bilhão, em 653 projetos;
- 13) **O esquema do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT):**⁴⁵ através da Fundação Teotônio Vilela, acusada de desvios de R\$ 4,5 milhões;
- 14) **Cerca de 121 obras irregulares:** US\$ 1,3 bilhão em prejuízos públicos;
- 15) **Caso da dengue:** o Ministério da Saúde gastou R\$ 81,3 milhões em propaganda e apenas R\$ 3 milhões em campanhas;
- 16) **Verbas do BNDES:** envolveu a venda do patrimônio público a preço abaixo do mercado, gerando prejuízos de cerca de R\$ 10 bilhões;

⁴⁴ Durante a privatização do sistema Telebrás, grampos no BNDES flagraram conversas entre Luiz Carlos Mendonça de Barros, então ministro das Comunicações, e André Lara Resende, então presidente do BNDES, articulando o apoio da Previ para beneficiar o consórcio do Banco Opportunity, que tinha como um dos donos o economista Pérsio Arida, amigo de Mendonça de Barros e de Lara Resende. Até FHC entrou na história, autorizando o uso de seu nome para pressionar o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (BORTONI; MOURA, 2002).

⁴⁵ Um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

17) Racionamento de energia:⁴⁶ um escândalo que consumiu R\$ 22,5 bilhões em ajuda às empresas de energia privatizadas, repassados aos contribuintes através de Medida Provisória, beneficiando a elite e privando a maioria da população de políticas públicas inclusivas;

18) Ajuste nas regras dos fundos de investimento do Banco Central: causou prejuízos da ordem de R\$ 2 bilhões.⁴⁷ (BORTONI; MOURA, 2002).

Os casos de corrupção, que circularam timidamente pelos meios de comunicação, de acordo com Bortoni e Moura (2002), foram incontáveis, sem que isso sensibilizasse a imprensa a pedir medidas mais duras, como a retirada do presidente, o que corrobora a tese de que a elite não se incomoda, mas sim impede os demais atores da sociedade de se mobilizar enquanto os seus próprios interesses estiverem preservados.

Apesar de tais escândalos, que de alguma forma chegaram ao conjunto da sociedade, por não serem de interesse à elite nacional, não houve consequências robustas nem manifestações enérgicas da mídia, tampouco mobilização da classe média. A elite só se utiliza do discurso da corrupção, conforme preceitua Harvey (2008, p. 105), para desestabilizar governos populares e garantir políticas correspondentes com o desenvolvimento do rentismo, com altas taxas de retorno de capital especulativo.

O volume de escândalos dos governos Sarney, Itamar e FHC bem como a falta de ação explícita da sociedade e da mídia exemplificam os elementos levantados até o presente momento neste estudo: a classe média só é colocada em movimento através de ações midiáticas se for para trocar as políticas, as prioridades e os atores da direção do Estado brasileiro, beneficiando novas e antigas elites, oriundas das oligarquias nacionais. Dito de outra forma, a elite, aquela bem-posicionada no topo da pirâmide social, domina e manipula a opinião pública através da mídia, principalmente a classe média, utilizando-se esporadicamente do fenômeno da corrupção como âncora para suas ações, cujo objetivo é manter em suas mãos o controle do Estado e a execução de políticas que contribuam com a concentração de riquezas.

Portanto, observa-se que o debate sobre o combate à corrupção, historicamente posto, só ocorre de forma ativa e agressiva durante governos tidos por desenvolvimentistas ou que deixem a elite de alguma forma desconfortável diante do risco de diminuição de suas taxas de lucratividade. Conforme identifica Azevedo (2010, p. 15), apenas alguns casos de corrupção

⁴⁶ O governo FHC, por meio do BNDES, destinou cerca de R\$ 10 bilhões para socorrer empresas que assumiram o controle de ex-estatais privatizadas, como as empresas de distribuição, geração e transmissão de energia, as que mais levaram dinheiro do banco público.

⁴⁷ Para obter informações mais detalhadas, cf. Bortoni e Moura (2002).

ganharam contorno nacional, com a atuação dos setores formadores de opinião. Os mais proeminentes, segundo Souza (2018), ocorreram durante os golpes de Estado, como os de 1954 (frustrado, em suas últimas consequências, pelo suicídio de Vargas), de 1964 e de 2016.

Dessa forma, como apregoam Guerra *et al.* (2017b, p. 8), quando tiradas do centro do poder político, as elites atuam de forma a inocular na opinião pública a tese de que existem e funcionam mecanismos neutros e descomprometidos como os de combate a corrupção, cujo objetivo final é garantir seu acesso, desobstruindo os privilégios do Estado. O uso da mídia para operar tal vontade é fundamental, pois assim

[...] criminaliza-se o inimigo de classe toda vez que a soberania popular o coloca à frente do Estado. Em seguida, basta atribuir a corrupção, suposta ou real, apenas aos adversários, como mostra a história desde 1954. Claro que isso só será usado contra Vargas, contra Jango e contra Lula e Dilma. Nunca contra FHC, Serra ou Alckmin, por exemplo. O ataque será seletivo e apenas contra aqueles empenhados em utilizar o Estado para defender os interesses da maioria, ou seja, os 80% ou 70% que não desfrutam de privilégios de nascença. Este é sempre o uso prático dessas ideias. Toda grande mentira tem de ter um grãozinho de verdade, senão não engana ninguém. (SOUZA, 2018, p. 103).

Não é por acaso que ocorreram denúncias e escândalos de corrupção em todos os governos, fossem eles monárquicos, civis ou militares. Porém, em governos com preocupações sociais, com políticas públicas que beneficiam a maioria da população, como os de Getúlio, Jango, Lula e Dilma, a retórica da corrupção é incrementada e utilizada para criar um ambiente favorável à troca do poder político, através da comoção nacional e da vultuosa ação inquisitória patrocinada pelo capital e pelos meios de comunicação de massa. Ou, como diz Silva (2015, p. 61),

Nas únicas três vezes que o Brasil teve governos do centro para a esquerda – 1951-1954; 1961-1964; e 2002 [...] – a mídia aliou-se aos mais conservadores agitando os mesmos espantelhos: corrupção, anarquia, desgoverno, aparelhamento do Estado, tentações comunistas e outras ficções mais ou menos inverossímeis.

Nesses três governos específicos da história nacional, ocorrem desdobramentos idênticos, a partir da ruptura política, portanto sem a devida observância dos ritos democráticos e do contrato social, que dão contorno à sociedade moderna. Assim, a classe dominante se apossa do bastão político e recoloca o Estado e suas políticas a serviço de si mesma.

O Estado conviveu, entre os anos de 2003 a 2014, com uma intervenção econômica estatal baseada no crescimento, mas com transformação estrutural, aumento de produtividade no trabalho e melhoria do bem-estar através da distribuição de renda e do fornecimento de políticas públicas sociais abrangentes, semelhante aos moldes das políticas das décadas de 1930 e 1950, em termos gerais. As transformações mais marcantes do ponto de vista de distribuição

de renda ocorreram durante esses períodos, chegando até mesmo a alcançar momentos de pleno emprego,⁴⁸ principalmente a partir de 2009, como será tratado mais pormenorizadamente no capítulo seguinte.

A distribuição de renda não deixa todos os agentes econômicos e classes sociais contentes. Esses poucos, obviamente, não concordam com tais políticas e operam pela retomada do bastão da política, a exemplo do que já se viu anteriormente na história do País. Dessa forma, entre 2014 e 2018, deu-se início a uma nova página na história do Brasil, cujo protagonista visível foi novamente o fenômeno da corrupção, que, sob a égide da Operação Lava Jato, levou ao impedimento da presidenta Dilma e instituiu o espetáculo midiático em torno da prisão do ex-presidente Lula.

2.4 A CLASSE RENTISTA NACIONAL E INTERNACIONAL

Para Souza (2018, p. 233), o verdadeiro corruptor, constante na vida política e econômica do País, que trama por detrás das estruturas, é o capital especulativo, o grande capital, e, por conseguinte, os grandes capitalistas, que investem suas cifras astronômicas em especulação e ganhos extraordinários através de operações não publicáveis.

Dessa forma, o rentismo, assim como as isenções, as elisões e as sonegações fiscais, seria uma outra forma de perda de recursos públicos, verdadeiro ralo por onde escoam recursos que poderiam ser aplicados em políticas públicas, em quantias muito superiores às que o destaque midiático atribui à corrupção. São recursos que deixam de ser carreados pelo Estado e enriquecem um número ínfimo de pessoas, em detrimento da grande maioria, realmente carente de serviços estatais. Ou seja, o grande corruptor das instituições de mídia e dos aparatos estatais contra os governos desenvolvimentistas, invisível e manipulador, que coloca a corrupção como pauta nacional, é a própria elite e os grandes produtores, com suas imensas fortunas de capital especulativo, estes sim os verdadeiros beneficiados pela corrupção real, aquela existente em todos os momentos e em todos tipos de governo sob a égide do capitalismo.

Para Guerra *et al.* (2019, p. 15), rentismo é a forma com que a classe dos proprietários dos meios de produção ganha dinheiro ao alugar temporariamente suas posses antigas, como terras, imóveis urbanos e, em especial, dinheiro entesourado. Já Paulani (2013, p. 254) descreve

⁴⁸ Em se tratando de ciências econômicas, pleno emprego é o estado que um país alcança quando todos aqueles autorizados a trabalhar encontram emprego em pouco tempo e com pouco esforço. Tecnicamente, no âmbito da macroeconomia, o pleno emprego é definido como o nível de emprego em que não há desemprego cíclico, nem de demanda insuficiente.

o rentismo como o “movimento de valorização do valor”, que tem como causa a mera propriedade, o que melhor caracterizaria, na conclusão da autora, a atual fase do capitalismo.

Paulani (2016, p. 533) explica como essa fração do capital se descolou da produção no atual estágio do sistema:

[...] para além da parcela do lucro que sempre assumiu a forma de renda, pois, enquanto juro, é encarado inclusive como custo do capital, atualmente, pelo menos no que concerne aos capitais mais ou menos estabelecidos, é a posição externa do detentor de ações que acaba por comandar as decisões atinentes à produção. Hoje, além da pugna distributiva básica em torno do valor produzido, que coloca salários de um lado e lucros de outro, além de uma segunda “disputa” que coloca juro de um lado e lucro líquido de outro, há agora, de modo cada vez mais incisivo, uma terceira disputa, que coloca, de um lado, os lucros retidos (a serem reinvestidos) e, de outro, os lucros distribuídos aos detentores de ações (dividendos).

Os detentores deste capital aplicado em rendas, os rentistas, acabam por comandar as decisões atinentes à produção e por impor uma violenta acumulação de capital nas mãos de poucos. Em vista disso, retornando ao fenômeno abordado neste trabalho, Souza (2018, p. 234) defende que a verdadeira corrupção se encontra nas transferências do mercado financeiro e aduz que esse fato é pouco questionado, porque a população acostumou-se a tal processo, assim como acostumou-se à corrupção constante, conforme visto anteriormente. Segundo referido autor, as taxas de juros são a esteira da concentração de riquezas nas mãos de poucos:

Segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contábeis (Anefac), as pessoas físicas pagavam, em fins de 2017, juros de 132,91% em artigos do lar nos crediários, 65,35% nos empréstimos pessoais junto aos bancos, 297,18% no cheque especial e 326,14% no rotativo do cartão de crédito. Na França, como informa Ladislau Dowbor a título de comparação, o empréstimo pessoal aos bancos custa 5% ao ano e os crediários cerca de 10% ao ano.

As taxas de juros para as pequenas empresas familiares, típicas da massa da classe média, também são pornográficas: em média, 65,92%, sendo 31,37% para capital de giro, 37,67% para o desconto de duplicatas e 149,59% para conta garantida.

As grandes empresas têm o BNDES ou os 5% de juros quando contraem empréstimos no exterior. As pequenas são tão exploradas quanto o restante da massa da classe média e da população como um todo. A cada ano, apenas por meio da cobrança de juros, a transferência de renda dessa grande maioria da população para a alta classe média e as elites de fora e de dentro do país, soma 1 trilhão de reais ou 16% do PIB. (SOUZA, 2018 p. 233-234).

Segundo Souza (2018, p. 224), nos momentos em que a operação especulativa ocorre, com a maximização do lucro dos grandes capitais acumulados, ocorre também o planejado assalto da consciência pública, implantado com diabólica inteligência e muitos recursos aplicados na compra da imprensa, de universidades, de centros de pesquisa e de empresas da indústria cultural e de entretenimento.

Importante assinalar o cálculo explicitado por Ribeiro (2019, p. 217), para quem a corrupção representou, em média, segundo estudos encomendados pela imprensa, pouco mais de R\$ 6,5 bilhões por ano, ou o mesmo que 5% do orçamento da União.

De outra forma, de acordo com estudos da Oxfam Brasil, esse total representa 10% dos benefícios concedidos por três medidas fiscais ofertadas pelo Estado brasileiro, quais sejam: i) isenção de impostos de renda sobre lucros e dividendos; ii) dedução de juros sobre capital próprio; e iii) isenção de imposto de renda sobre lucros remetidos ao exterior. Estes três benefícios, juntos, representam mais de R\$ 60 bilhões ao ano. Segundo o autor, somando-se o estudo do Sindicato dos Procuradores da Fazenda (Sinprofaz) sobre evasão fiscal ao estudo da Secretaria da Receita Federal referente aos incentivos fiscais, apenas no que diz respeito aos tributos federais, obtém-se uma soma-piso de R\$ 546 bilhões anuais, ou seja, o resultado otimista aponta 1,2% de desvios em relação ao que é proporcionado pelos mecanismos legais que beneficiam a elite nacional ou mundial com negócios existentes no País (RIBEIRO, 2019, p. 217).

Nesse contorno, saltam aos olhos os prejuízos causados pela renúncia de receitas por parte do Estado quando comparados aos prejuízos causados ao orçamento estatal pelos desvios e a investigação seletiva daquilo que é enquadrado como corrupção. São ações que beneficiam uma parte já favorecida, inúmeras vezes, pelos astronômicos lucros gerados pelo sistema capitalista neoliberal, mas que passaram a figurar oficialmente como se fossem uma política pública. Dessa forma, tem-se um sistema que propicia a acumulação gigantesca de riqueza, fazendo com que mais da metade de tudo que se produz (riqueza possível) fique concentrada nas mãos de 1% da população.

Voltando-se então ao conceito de Bobbio *et al.* (1998, p. 302), que identificam como corrupção a “transação ou troca entre quem corrompe e quem se deixa corromper”, observa-se que o verdadeiro protagonista das desigualdades sociais e dos atos de corrupção, que empobrecem sobremaneira a maioria da população brasileira, é um só: as elites comprometidas com os interesses do grande capital rentista. Segundo Ribeiro (2019, p. 219), não há como essa situação durar para sempre, pois não há recursos públicos para tanto.

O capitalismo, por definição, é sinônimo de amarras, de um processo vivo que escraviza os seres humanos em suas engrenagens. O momento financista só aprofundou isso, externalizando as amarras invisíveis. O capitalismo financeiro se dedica a destruir para melhor dominar e colonizar os espíritos e qualquer forma de relação significativa entre as pessoas. Nesse sentido, Souza (2018, p. 227-230) defende a ideia de que o capitalismo financeiro

assumiu o desafio de converter “pessoas em projetos”, cujos objetivos, finalidades, conteúdos, limites e até emoções são definidos antecipadamente pelo próprio capital:

Essa foi a real vitória da semântica e da prática de poder neoliberal do capitalismo financeiro. Sua principal diferença em relação ao capitalismo industrial, em que burgueses e trabalhadores se opunham de modo claro uns contra os outros, foi ter eliminado, da consciência do oprimido, a visibilidade da opressão [...] apesar de patológica e insidiosa, a linguagem do capitalismo financeiro é irresistível. Ela pode se vender como liberdade, posto que aparenta ser libertadora, quando não passa de uma forma ainda mais sofisticada de controle. (SOUZA, 2018, p. 227).

A atuação capitalista, nos termos de Souza (2018) e Avritzer (2016), pode propiciar regressões inimagináveis em países como o Brasil, por se tratar de jovens ou incipientes democracias, nas quais os movimentos dos trabalhadores foram sistematicamente perseguidos e deliberadamente divididos. O impacto seria suficiente para colocar em risco a nossa pouca tradição democrática.

Como defendem Guerra *et al.* (2017b, p. 20), a corrupção está presente onde quer que exista concentração de poder. É um estratagema para burlar o sistema, de forma a desbloquear situações, buscar atalhos e fazer a engrenagem girar, mas “[...] só consegue efetuar tais manobras quem já dispõe de poder para conseguir ainda mais poder”. Ou seja, os atores que forem detentores de poder político e econômico conseguem corromper o Estado.

Para esses setores da sociedade, o Estado funciona corretamente e contribui com seus interesses, pois sabem como e quem possui ainda as chaves para fazê-lo funcionar, uma vez que o Estado moderno foi desenhado por eles, e aí reside a dificuldade de deixar outra classe dirigi-lo. Para impedir isso, lançam mão de mecanismos como mais corrupção, burla do sistema democrático, ataques midiáticos e até guerra jurídica, orquestrada para prejudicar indivíduos ou classes inteiras.

[...] como ressalta Fábio Konder Comparato, as instituições jurídicas sempre apresentam uma dissimulação de caráter e uma duplicidade, equiparando-se, oficialmente, às mais modernas e avançadas de cada momento histórico, mas que só dão força e vigor a normas e costumes ditados ou aceitos pelos grupos oligárquicos, o que impede que tenhamos um verdadeiro Estado de Direito. (RIBEIRO, 2019 p. 209).

Nesse cenário, segundo Ribeiro (2019), as instituições, em uma perspectiva histórica, transformaram-se em garantidoras das expectativas de mercado, ou seja, da classe detentora de capitais e das que orbitam ao seu redor; quando desviam-se, são forçadas a retornar a esse papel, uma contradição das apregoações do sistema neoliberal e dos dogmas da democracia.

3 O CASO EM TELA: OS ANOS DE 2013 A 2018

No presente capítulo, tratar-se-á prioritariamente do período que teve início com os protestos de rua de junho de 2013, os quais ocasionaram uma massiva produção de sentidos em torno do tema da corrupção do governo federal, passando pelo Golpe de 2016, que afastou a presidenta Dilma Rousseff e levou o seu vice, Michel Temer, à Presidência, impediu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de se candidatar e culminou com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para o mais alto cargo do Executivo federal.

Para Mascaro (2018, p. 43), as manifestações de 2013 no Brasil marcam o abandono completo, por parte das elites brasileiras, de uma alternativa de desenvolvimento nacional, com a captura definitiva do País pela dinâmica geral da crise do capitalismo internacional. A partir desse período, até o ano de 2018, intensificou-se no País a disputa pelo poder político central, com forte mobilização de setores conservadores, sobretudo a classe média, articulada pela elite nacional (AVRITZER, 2016, p. 16). Foi o período em que, de acordo com Bucci e Abramo (2019, p. 129), o Brasil vivenciou uma onda de ativismo conservador-fundamentalista, com a proeminência das Bancadas da Bala, do Boi e da Bíblia, sem que os avanços sociais dos governos progressistas fossem sequer reconhecidos.

Levou anos e inúmeras fases até que a elite conseguisse provocar uma reação na população que referendasse uma alteração mais brusca no poder político, a fim de devolvê-lo às suas próprias mãos. No limite da impaciência, a elite visava vencer Dilma nas urnas em 2014, mas, ao se ver derrotada, investiu em um golpe sistêmico, materializado com o *impeachment*, colocou em prática o projeto derrotado nas urnas e passou a perseguir o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inviabilizando sua eleição e a possibilidade de que o projeto desenvolvimentista fosse vitorioso democraticamente nas eleições de 2018.

Na sequência, será realizado um breve prólogo, no qual se apresentam algumas ações que deixaram a elite descontente com o PT, como o próprio combate à corrupção, as políticas inclusivas, que melhoraram a vida da maioria da população, a distribuição de renda e a mobilidade social, a aposta na criação de uma elite nacional mais responsável para com o desenvolvimento econômico e social do País e a discussão sobre o financiamento do Estado. Logo após, passa-se a tratar do movimento iniciado com as manifestações de 2013, bem como dos fatos e das consequências dele decorrentes – as eleições de 2014, o impedimento de Dilma, a posse de Michel Temer, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro –, utilizados pela elite com o firme propósito de mudar a classe social na condução política do País.

3.1 PRÓLOGO

Há de se considerar que o Estado desempenhou um importante papel no processo de industrialização brasileira, na formação do capitalismo e na constituição do próprio Estado capitalista. Esse mesmo Estado ofereceu uma intervenção *sui generis*, com desenvolvimento nos moldes capitalista, garantindo distribuição de renda em momentos históricos, como de 1930 à década de 1950 e nos anos de 2003 a 2015. Entre tais transformações, as mais marcantes ocorreram durante o governo petista, em que houve também o pleno emprego.

A intensa agenda desenvolvimentista protagonizada pelo Estado brasileiro, iniciada com Vargas e mantida acesa por Juscelino, propiciou, entre 1956 e 1961, um período de notável desenvolvimento econômico e relativa estabilidade política, posteriormente seguida por Jango, de 1961 a 1964, motivo pelo qual foi destituído do poder pela elite.

Após a destituição de Jango pelo Golpe Militar de 1º de abril de 1964, em razão de todo aparato do suporte norte-americano para sustentar a política implantada no Brasil, o País se manteve economicamente bem por um período, através do aumento do preço das matérias-primas e do barateamento do dólar, que resultou numa injeção maciça de moeda estrangeira em nossa economia doméstica, propiciando a consecução de um modelo de industrialização dirigido pelo Estado e de livre mercado, com uma concentração violenta de capitais. Porém, essa política acarretou a queda dos preços das matérias-primas, a desvalorização da moeda nacional, a depreciação dos termos de troca internacional, o aumento dos juros e das taxas reais de juros da dívida, deixando o País nas mãos das decisões do conselho do FMI.

Esse período ficou marcado pela história como a ‘década perdida’, cujo epicentro, nos anos 1980, consistiu na degradação social e no péssimo desempenho econômico, associados à crise democrática, que resultaram em dívidas externas volumosas, consideradas impagáveis. Além disso, grandes *déficits* fiscais e volatilidade inflacionária levaram o País a uma complexa estagnação, no que tange aos aspectos industriais, sociopolíticos e socioeconômicos, atrofiando assim todo o processo de desenvolvimento produzido nas décadas anteriores. De acordo com Guerra *et al.* (2019),

No Brasil, desde quando a Ditadura Militar (1964-1985) abriu espaço para jogadas financeiras inescrupulosas – primeiro intermediando a dívida externa, depois operando o dinheiro dos ricos no “over night” – a classe rentista ganhou demasiada importância, se apropriando dos aparatos estatais que conduzem a política econômica, das empresas de mídia que conformam a opinião pública e de boa parte da classe política que depende de sua ajuda financeira para se manter no poder.

Nesse sentido, Oliveira ressalta (2015, p. 32) que

[...] a década de 1980 iniciou-se sob o signo de uma política econômica deliberadamente recessiva, que tinha por objetivo permitir, ao país, ajustar-se, simultaneamente, ao desequilíbrio de seu deficitário balanço de pagamentos, à aceleração do nível de preços, ao desajuste das contas públicas e ao desafio energético recolocado, com ênfase, pelo segundo choque de petróleo.

Nos anos 1980, a economia brasileira entrou em um processo de retração, com crescentes quedas no PIB, em comparação às décadas anteriores. O baixo crescimento do PIB e as altas taxas internacionais dos juros provocaram o aumento do endividamento externo do Brasil, ampliando ainda mais o *déficit* público. No que se refere às dívidas internas, também houve um crescimento exorbitante, fruto das políticas monetária, fiscal e cambial, de matriz neoliberal, que reduziram a capacidade de investimentos da máquina estatal, enterrando de vez o processo de expansão econômica brasileira.

Diante dos cenários catastróficos da economia brasileira, foram experimentadas diversas reformas monetárias, visando minimizar a retração econômica. Criaram-se os Planos Verão, Bresser e Cruzado, todos eles fracassados, pelo menos no que diz respeito a propiciar seguridade e políticas públicas à maioria da população e assegurar a estabilidade econômica do País.

Segundo Cano (2017, p. 280-281),

[...] alguns efeitos maléficos da década de 1980 se tornariam cumulativos na de 1990, tornando-a ainda mais problemática do que a anterior. O neoliberalismo, que já havia entrado em vários países da América Latina, dava mostras de impaciência para ingressar no Brasil. Poucas tentativas se fizeram, mas já em 1989, se dá pequeno início da abertura comercial, e na eleição desse ano, o futuro governo para 1990/1994 (Collor e Itamar) anunciava algumas medidas neoliberais genéricas.

A partir de 1988, com promulgação da Constituição Cidadã e o fim do Golpe Militar, foi assegurada à população a participação nas eleições diretas, que levaram ao poder, em 1990, o presidente Fernando Collor de Melo. Com o fim da Guerra Fria no mundo, Collor inicia o processo de abertura da economia brasileira, aliando-se ao neoliberalismo e à implantação das teses do Consenso de Washington. Porém, algumas medidas adotadas pelo presidente eleito desagradaram e deixaram desconfiada a elite, frustrando as expectativas da classe média, que esperava o fim da inflação e a sonhada estabilidade econômica, o que culminou no processo de *impeachment*.

Após a queda de Collor, assume em seu lugar Itamar Franco, que, junto com FHC, institui o Plano Real, a partir do qual se inicia um forte processo de desregulamentação da economia, por meio da flexibilização das leis trabalhistas, de maior abertura do mercado nacional para produtos, capitais e serviços internacionais, além da redução de investimentos em

setores sociais e da criação de agências reguladoras, ampliando assim as desigualdades existentes no País.

Segundo Cano (2017, p. 286), com a criação do Plano Real, o neoliberalismo

[...] foi institucionalizado, dado que os grandes objetivos da política econômica eram o de manter baixa a inflação e o do equilíbrio das contas públicas. Como não se preocupava com o longo prazo, o próprio Ministério do Planejamento, antes um dos mais atuantes, foi perdendo espaço, convertendo-se, até hoje, num “Ministério das Contas Públicas”. O neoliberalismo, dessa forma, mostrava não ter compromisso com o futuro do país, nem, muito menos, com o de sua população. Assim, economia e sociedade também eram obrigadas a diminuir suas expectativas futuras.

Segundo Souza (2018, p. 105), o Plano Real foi concebido como um mecanismo do mercado financeiro, pois a taxa de juro real é o que importa para o rentista. O resto foi uma defesa renitente da inflação baixa pelos meios de comunicação a serviço do capital rentista.

A crescente desconcentração espacial da indústria brasileira, sinalizada desde a década de 1970, sofreu os efeitos das medidas neoliberais, através da famigerada guerra fiscal, em que cidades de vários pontos do Brasil ofereceram renúncias fiscais e financiamentos para instalação de parques industriais privados, no intuito de hospedar empreendimentos, isentá-los de seus compromissos tributários e subsidiá-los. Tais medidas, adotadas durante a década de 1990, provocaram um processo de concorrência desleal e levaram ao empobrecimento os entes federados menos favorecidos.

Em 2003, ocorre uma alteração da política econômica e social no Brasil, com a eleição e posse de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Fonseca *et al.* (2013), o desenvolvimento com crescimento e as políticas sociais voltadas à maioria da população, bem como a distribuição de renda, já haviam ocorrido antes no Brasil, entre as décadas de 1930 a 1960, com elevado crescimento e modernização. Tal desempenho só voltou a ocorrer nos governos petistas. Lembrem os autores que,

[...] em 2010, a economia brasileira cresceu 7,5%, acima do que mercado e governo projetavam quando a crise financeira global fez com que a renda experimentasse uma pequena contração em 2009. Mesmo a partir de diferentes fontes, compartilhava-se a crença de que “sólidos fundamentos macroeconômicos” alcançados gradualmente nas últimas décadas lastreiam as expectativas otimistas quanto às perspectivas do país e lhe asseguram realismo. (FONSECA *et al.*, 2013, p. 405).

Outro elemento destacado refere-se à questão das reservas e da dívida externa:

As reservas internacionais atingiram o patamar de US\$ 288,5 bilhões em dezembro de 2014, volume inimaginável para quem inúmeras vezes precisou recorrer ao FMI a partir da década de 1980 e que tinha na dívida externa uma de suas variáveis mais frágeis, capaz de sugerir em inúmeras ocasiões a possibilidade de moratória. De fato, desde 2007 o país apresenta uma dívida externa líquida negativa, que em termos

proporcionais ao PIB atingiu a cifra de -2,5% em 2010. (BRASIL, 2011 *apud* FONSECA *et al.*, 2013, p. 406).

Fonseca *et al.* (2013, p. 407) classificam a atuação econômica durante o governo Lula como híbrida, defendendo que, inicialmente, foram colocadas em prática políticas neodesenvolvimentistas e, posteriormente, uma política híbrida. Os referidos autores identificam a manutenção de algumas políticas macroeconômicas do governo anterior, como as metas de inflação, as taxas de câmbio flexível e o *superávit* primário. Identificam também que as políticas executadas perpassaram pela orientação do governo FHC e possibilitaram o aumento e a implementação de políticas públicas importantes:

[...] só o Programa Bolsa-Família foi estendido a 11 milhões de famílias, quase triplicando sua abrangência. O salário-mínimo cresceu 57%, em termos reais, entre 2002 e 2010, atingindo o maior patamar desde o começo dos anos 1970, [...] o que significou um acréscimo significativo da massa salarial e do consumo de bens-salário. (FONSECA *et al.*, 2013, p. 409).

A política de impulsionamento do mercado de consumo de massa fez com que o mercado interno blindasse a economia brasileira dos malefícios da crise de 2008, servindo como válvula de escape para o baixo desempenho do setor exportador. Fonseca *et al.* (2013, p. 409) chamam atenção para as estatísticas, que indicam, em 2009, a criação de cerca de um milhão de empregos formais, ressaltando a importância do consumo doméstico na obtenção de tal feito. Apontam ainda para a importância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como indutor de crescimento de longo prazo, ao identificar gargalos e operar políticas que reuniram financiamentos públicos e privados, incentivos fiscais e créditos operados pelos bancos oficiais em tais ações.

O governo Lula não ignorou as restrições impostas pela macroeconomia *mainstream*, adotando, num primeiro momento, uma política monetária e fiscal restritiva, após a qual aplicou uma alteração gradual de crescimento, objetivando resultados de longo prazo. Segundo Fonseca *et al.* (2013, p. 423), na política social, o governo Lula, aplicou moderada e gradualmente duas políticas: transferência de renda e elevação do salário-mínimo, típicas das políticas keynesianas clássicas da social-democracia europeia do pós-Segunda Guerra.

Tais considerações reforçam a tese de que a ortodoxia econômica e o neodesenvolvimentismo coexistiram no interior do governo Lula, propiciando uma nova forma de política econômica e social que gerou resultados positivos, apesar das limitações não superadas ou das dificuldades enfrentadas pela conjuntura internacional do período. Para

Guerra *et al.* (2017a, p. 182), houve uma estratégia bem pensada de disputa, uma tentativa de ruptura com a lógica do ganho imediato e máximo da elite brasileira.

Um exemplo disso é a Petrobras. A sociedade de economia mista foi, no período, a maior responsável pelo investimento no Brasil [...] foi responsável pela maior oferta pública de ações da história do capitalismo e criou, em menos de uma década, uma cadeia produtiva inteira para o Brasil. Portos, tecnologia de exploração, plataformas, indústria naval, refino, petroquímica, energia, criaram-se parques industriais inteiros em diversas regiões do país, tendo o governo brasileiro como principal sócio desse negócio.

Guerra *et al.* (2017a, p. 193) estimam que, entre 2003 e 2014, a Petrobras realizou investimentos superiores a 40 bilhões de dólares, o que significa algo em torno de 12% do PIB brasileiro, fato que impulsionou o dinamismo da economia e se converteu em benefícios e rendas para o governo federal, posteriormente investidos em políticas sociais.

Foi durante o primeiro governo Lula que a elite começou a ensaiar ações de retomada do poder político, porém o presidente Lula, como articulador habilidoso, conforme entende Avritzer (2016, p. 36), manteve forte relação com sua base social e distância segura do PMDB;⁴⁹ evitou lotear ministérios, mantendo a governabilidade alicerçada em pequenos partidos e em políticas públicas de alto impacto para a maioria da população, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), o Programa Bolsa-Família (PBF), o Sistema Único de Assistência Social (Suas), o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan), além de um conjunto de políticas de saúde para o idoso e aumentos reais do salário-mínimo.

Porém, em 2005, indícios de um esquema de corrupção nos Correios atraíram os interesses da elite, que iniciou uma cruzada contra o governo petista. Num plano requeitado e já utilizado em momentos históricos anteriores, conforme já observado no presente estudo, o fenômeno da corrupção figurou como pano de fundo de uma guerra cujo objetivo era a retomada do poder político. As ações da mídia iniciaram pela revista *Veja*,⁵⁰ que em 14 de maio de 2005

⁴⁹ Avritzer (2016) chega a sugerir que, nos governos petistas, a corrupção floresceu a partir do momento em que o partido se aproximou do PMDB. E assinala que, “[...] segundo diversas fontes jornalísticas, Lula e Zé Dirceu discordaram sobre essa questão no início do governo, com Lula optando por não estabelecer aliança formal com o partido” (AVRITZER, 2016, p. 152), depois, percebendo que não seria possível efetuar uma reforma radical no sistema político, optou pelo PMDB e por avanços parciais nas políticas públicas e pela diminuição das desigualdades de renda, social e ambiental.

⁵⁰ Apesar de fundada nos anos 1960 como uma revista de tendências centristas, a partir dos anos 1990, a *Veja* passou gradativamente a se alinhar a ideias tradicionalmente associadas ao liberalismo econômico e às políticas de direita, sendo a escolhida para deflagrar a ação contra o governo petista, recebendo de primeira mão de um agente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) uma de três fitas gravadas na sua pasta-espiã, que mostra o chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios e Telégrafos aceitando R\$ 4 mil de suborno. Na gravação, o chefe do Departamento mencionava ter o respaldo do deputado federal Roberto Jefferson, do PTB do Rio de Janeiro, além da existência de um esquema de arrecadação.

teve papel relevante na eclosão de uma crise política de grandes proporções, quando divulgou a transcrição de um de três vídeos gravados com uma câmera escondida, em que se flagrava o então funcionário dos Correios Maurício Marinho explicando como funcionava um esquema de pagamentos de propina para fraudar licitações. Tal esquema envolvia o deputado Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro do Rio de Janeiro (PTB/RJ), e sua denúncia serviu para que se deflagrasse o que ficou conhecido como escândalo do ‘Mensalão’.

Em maio de 2005, quando um funcionário dos Correios, apadrinhado do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB), foi flagrado recebendo propina de empresários, a imprensa começou a noticiar de maneira tendenciosa o que denomina como o “maior escândalo de corrupção da história do nosso país”: o chamado Mensalão. Tratava-se de uma denúncia do deputado federal Roberto Jefferson, então presidente do PTB, que, se sentindo abandonado pelo governo no caso dos Correios, revelou suposto esquema de compra de votos pelo PT para aprovação de projetos de lei e emendas de parlamentares no Congresso Nacional. (GUERRA *et al.*, 2017b, p. 240).

Na sequência, as cinco edições seguintes de *Veja* – 18 de maio, 25 de maio, 1º de junho, 8 de junho, 15 de junho e 22 de junho – reservaram cerca de três páginas para o tema, além da capa e de infográficos, traçando uma narrativa de como a gestão petista convivia com a corrupção. A delação do deputado do PTB/RJ passou a ser incentivada pela revista, que também sustentava a existência de uma contradição no discurso ético do PT diante do ocorrido, envolvendo assim o próprio partido no escândalo, acuando os principais dirigentes do governo e causando a queda de vários ministros-chave e da própria diretoria executiva nacional da sigla.

A elite esperava, após essas ações, voltar ao poder político através do processo eleitoral de 2006, porém a retomada da direção da mesa do Congresso Nacional pelo governo, através da eleição de Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil de São Paulo (PCdoB/SP), e a sinalização ao PMDB de que este seria, no período seguinte, o principal partido da base aliada, com a garantia de apoio permanente à Presidência do Senado Federal, estancaram a instabilidade institucional, levando Lula a recuperar sua popularidade e a derrotar o candidato das elites, Geraldo Alckmin (PSDB), nas eleições de 2006 (AVRITZER, 2016, p. 40).

Após mais uma gestão de Lula e a impossibilidade legal de tentar nova reeleição, abriu-se mais uma janela para a elite retomar o poder político por meio do processo democrático, pois Lula não poderia mais ser candidato, e o Mensalão aparentava ter tirado de cena todos os candidatos naturais do PT à sua sucessão.

Porém, o momento econômico favorável não deixou prosperar a ofensiva proporcionada pelo tema da corrupção. O estabelecimento de uma forte base de apoio no Congresso forneceu uma blindagem segura ao segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, que, com seu carisma

e sua popularidade, conseguiu eleger Dilma Rousseff sua sucessora, com Michel Temer, um dos líderes históricos do PMDB, para a Vice-Presidência, trazendo definitivamente esse partido para dentro do governo federal e do poder político central (AVRITZER, 2016, p. 43).

Como ilustram Guerra *et al.* (2017a, p. 12),

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encerra seu 2º governo como o melhor presidente do Brasil, para 71% da população e, segundo o Datafolha, avaliação positiva recorde de 83,4%. Com isso, faz de Dilma, sua sucessora, a primeira mulher presidente do Brasil com cerca de 55 milhões de votos, 56% dos votos válidos

Ainda segundo Avritzer (2016, p. 45), o governo de Dilma Rousseff firmou acordos para garantir governabilidade através do Parlamento e enfrentou três principais problemas: i) as denúncias de corrupção constantes na mídia, principalmente fatos relacionados aos ministros da base política;⁵¹ ii) o crescimento das posições conservadora no Congresso e na base do governo, com resistências a pautas e políticas públicas importantes para o governo;⁵² e iii) as manifestações de 2013, que maximizaram pautas conservadoras e mobilizaram a sociedade, principalmente setores conservadores, em torno do tema da corrupção na política e no governo. Tal problema será tratado adequadamente mais à frente.

Quanto à estratégia econômica, Mello e Rossi (2017) defendem que, no mandato da presidenta Dilma Rousseff, iniciado em 2010 e interrompido bruscamente em 2016, estabeleceu-se uma agenda que almejava estimular a participação do setor privado nos investimentos econômicos, com vistas a fortalecer a oferta de bens e serviços. Para Guerra *et al.* (2017b, p. 163), o Estado esteve muito presente na vida econômica do País durante o período,

[...] através de diferentes estratégias de investimento, de uma das maiores petroquímicas do mundo, a Braskem; de duas das maiores processadoras de proteína animal do mundo, a BR Foods e a JBS; de uma das maiores indústrias aéreas do mundo, a [Empresa Brasileira de Aeronáutica] Embraer; e atingiu níveis de desenvolvimento econômico comparáveis apenas com a China no período. Ainda, foi capaz de estruturar reservas internacionais que praticamente blindaram o país das crises econômicas globais, como foi o caso de 2008.

⁵¹ A presidenta Dilma chegou a demitir sete de seus principais ministros, indicados dos partidos aliados, no primeiro ano de governo, dada a mobilização midiática, cujo pano de fundo era a corrupção.

⁵² Como no caso do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS), com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, ou no caso do Código Florestal, em que o governo perde no Congresso, e a ação de Dilma e dos ministros geram descontentamento na sociedade civil e na sua base social.

Conforme defende Mello e Rossi (2017), foi a implementação da política do industrialismo⁵³ que manteve as taxas de desemprego em níveis baixos, propiciando aumento da massa salarial e da renda,

[...] promovendo a ascensão social de milhões de brasileiros e garantindo acesso ao mercado de consumo para pessoas anteriormente excluídas. Não por acaso, o legado político do industrialismo foi duplo: ao mesmo tempo em que desgastou o apoio de Dilma em boa parte do empresariado, garantiu a reeleição da presidenta no pleito de 2014, com base no apoio da maior parcela das camadas populares. (MELLO; ROSSI, 2017, p. 32).

Já em 2015,

[...] em seu breve segundo mandato, a orientação macroeconômica consistiu essencialmente em políticas voltadas para a contração da demanda doméstica e para o “ajuste” dos preços estratégicos visando manter o grau de investimento, aqui caracterizada como “austeridade”. (MELLO; ROSSI, 2017, p. 1).

O capitalismo nacional não assumiu seu papel de alavanca econômica depois que cessaram os investimentos do Estado na economia, o que levou ao clássico evento da ‘desindustrialização’, ocorrido após a adoção de políticas de austeridade fiscal por parte do governo. Essa política,

[...] se mostrou incapaz de cumprir seus objetivos iniciais, como a contenção do *déficit* público, e transformou uma desaceleração econômica em uma profunda recessão, nos legando a maior crise da história brasileira desde o século XX. Além de fracassar em estabilizar as variáveis macroeconômicas, a estratégia da austeridade fez o desemprego explodir, reduzindo renda e ampliando a desigualdade. Ademais, agravou consideravelmente nossos dilemas estruturais, fazendo recuar a construção do mercado de consumo de massas e enfraquecendo a já debilitada indústria brasileira. (MELLO; ROSSI, 2017, p. 32).

Durante a gestão da presidenta Dilma, a falta de ‘parceria’ do capital ocasionou a diminuição da arrecadação dos entes federados – Estados, Municípios e União – sem que estas desonerações levassem à diminuição dos preços dos produtos para o consumidor final ou que tais empresas aumentassem seus investimentos, blindando a economia nacional dos ataques da conjuntura internacional, o que acabou por agravar os dilemas macroeconômicos do governo.

Em parte, o fracasso do industrialismo derivou de uma condução errática da política macroeconômica, mas certamente elementos políticos, internacionais e estruturais tiveram um importante peso para explicar as dificuldades enfrentadas pela estratégia adotada. No entanto, a adoção de uma estratégia de austeridade em meio a uma

⁵³ De acordo com Mello e Rossi (2017, p. 7), o termo refere-se aos interesses de setores industriais em torno de uma agenda política que os beneficia, e isso não resulta, necessariamente, em um efeito industrializante, apesar de seu objetivo ser este. Dessa forma, a adoção dessa agenda pelo governo constitui uma tentativa de responder à deterioração estrutural do complexo industrial brasileiro.

estagnação econômica certamente contribuiu para a profunda recessão que se instalou no país a partir de 2015. (MELLO; ROSSI, 2017, p. 33).

A parceria entre Estado e capital para continuar a evolução econômica não deixou de prosperar apenas por falta de ativismo do capital, mas porque, no cerne da questão, ambos os projetos eram necessariamente diferentes e conflituosos. Para Souza (2018), essa contradição levou à queda da presidenta Dilma, precisamente porque ela não se coadunou com os interesses do grande capital e tentou incluir os pobres na agenda do Estado. Diante disso,

[...] a elite se uniu contra ela, a alta classe média saiu às ruas, “escandalizada”, e a imprensa foi em busca de algum malfeito da presidenta para derrubá-la. Esse esquema criminoso é a raiz e o núcleo do assalto da elite e da alta classe média em cima da massa da classe média e da população como um todo. Ele é o real vampiro que suga nosso sangue sem dar nada em troca. (SOUZA, 2018, p. 236).

Guerra *et al.* (2019, p. 187) identificam um choque entre projetos, principalmente entre os constrangimentos impostos sistematicamente pelos interesses do rentismo e o projeto democrático-popular desenhado pela presidenta e sua equipe no período 2011-2014:

[Da] Nova Matriz Macroeconômica proposta pelo ministro Guido Mantega, em 2011, o que se observa são esforços diuturnos do governo para tentar lidar com as amarras colocadas pela financeirização da economia, em uma relação que se inicia pela tentativa de conciliação e pelas linhas de menor resistência, mas que culmina na dissensão e no enfrentamento público encampado pela presidenta Dilma Rousseff contra os ganhos privados do sistema financeiro nacional. Sendo assim, o que está por trás da política econômica do período 2011-2014 é a explicitação de limites e contradições inerentes ao modelo de crescimento econômico; [...].

Há ainda um outro elemento despercebido do público geral, mas acompanhado atentamente pelas elites, que é o limite do financiamento do Estado a partir da política econômica híbrida, que alavancou a economia mesmo em período de crise mundial, mas que então começava a padecer de recursos para financiar-se. Nesse processo, a presidenta Dilma Rousseff encomendou um estudo ao Tesouro Nacional, referente ao tributo previsto no art. 153 da Constituição Federal de 1988, item VII – Taxação das grandes fortunas:

Aliada à reforma administrativa, a taxaço de grandes fortunas está entre os assuntos que o governo deve se aprofundar nos próximos dias. O corte de pastas carrega a simbologia de que o governo faz sua parte na contenção de gastos. Já a taxaço dos mais ricos recupera a ideia de um governo voltado para os mais necessitados e preocupado em combater desigualdades. Ao dar apoio à ideia da taxaço, Dilma atende à demanda do movimento social ao oferecer, de acordo com integrantes do governo, uma contrapartida ao bom trato dispensado até agora aos banqueiros. [...]

O assunto foi tratado por Dilma em reunião com a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), ex-ministra da Casa Civil na quarta-feira (26). A senadora é relatora da Medida Provisória nº 675, que cria a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSL). Gleisi encomendou à consultoria do Senado um estudo sobre taxaço das grandes fortunas,

com o objetivo inclusive de desenhar o impacto da tributação e o próprio conceito de “grande fortuna”. (AMORIM, 2015).

Tais articulações para a implantação do referido tributo mobilizaram as classes de cima, desencadeando uma campanha diária de difamação que levou a presidenta Dilma a amargar baixos índices de aceitação, os quais já vinham caindo desde as manifestações de junho de 2013, o que acabou por inviabilizar a continuidade do seu governo.

Guerra *et al.* (2019, p. 188) elencam ainda outro aspecto ímpar em se tratando da singularidade da história brasileira, a saber, a mobilidade entre as classes, que incomodou a elite:

Não se reformou estruturalmente o prédio da estratificação social brasileira, mas se acelerou dentro dele o elevador da mobilidade social, o que já é uma transformação bastante impactante para uma sociedade tão desigual como a brasileira. Os trabalhadores brasileiros passaram a existir em lugares onde antes não existiam, como em *shoppings*, aeroportos, bancos, provocando o desconforto da elite incivilizada que gosta dos mercados da distinção e do privilégio.

Também nesse sentido, Neri (2011), Pochmann (2012) e Souza (2009) aprofundam o debate sobre a alteração econômica no período, que redistribuiu e melhorou a renda, diminuiu o desemprego e a desigualdade. Apesar de tratar-se de autores que oferecem abordagens teóricas ancoradas em concepções diversas sobre a estrutura de classes no Brasil, os três levantam importantes questões e entabulam um rico debate quanto à classificação científica desse termo, fornecendo-nos importantes pistas para a identificação da mobilidade social e do que se pode delimitar conceitualmente como classe média brasileira.

Para Neri (2011), não existe outra forma de enquadrar as classes sociais se não através dos níveis de renda familiar, incorporando algumas nuances e dimensões à análise. Já Pochmann (2012) constata que os trabalhadores assalariados, durante o período dos anos 2000 em diante, ampliaram sua renda e tornaram-se protagonistas na mobilização da estrutura social brasileira. O autor observa a absorção, por parte destes trabalhadores, da elevação real de suas remunerações, que potencializou sua mobilidade social e, conseqüentemente, sua inclusão no mercado de bens e consumo, ocasionando uma forte movimentação apenas na base da pirâmide social.

Já Souza (2009) faz sua análise criticando duramente as linhas de elaboração que buscam na história longínqua a explicação para a precariedade da vida de cerca de um terço da população brasileira. Essa crítica parte do pressuposto de que tais reflexões, se fossem autênticas, não deixariam margem operacional para propiciar mudanças sociais. Contrapõe, angustiadamente, que a ausência de políticas e um pacto não velado formam uma segunda

natureza, que manteve e se beneficiou da existência de um exército de miseráveis durante a história do Brasil. O verdadeiro problema, para Souza (2009), seria a inexistência de qualquer política ou consenso social com o objetivo de reverter esse quadro de abandono secular a que estão submetidos os de baixo, que sobrevivem ao seu “próprio azar”.

Essa medida, somada à construção “afetiva” dos indivíduos de cada classe, seria a verdadeira causa do flagelo vivido pela maioria da população brasileira e da imobilidade estamental existente entre as classes. Portanto, nesse sentido, para Souza (2009), a classe social no Brasil é definida por hereditariedade e não obedece necessariamente ao poder econômico. É um estamento social.

Referido autor, porém, reconhece que, nos anos 2000, sobretudo de 2004 a 2009, o mercado de trabalho nacional realmente apresentou indicadores positivos, entre os quais o aumento do nível de emprego formal, a queda do desemprego e a melhora na renda média dos trabalhadores de baixo. Manteve e acelerou a tendência à inclusão da mulher, dos não brancos e do nordestino no mercado de trabalho. Elevou a formalização e o tempo de estudo entre a classe trabalhadora, aumentou a ocupação nos setores de serviços e comércio, bem como diminuiu a ocupação na função de empregadas domésticas em 3%, entre outros.

Tais mudanças representaram uma mudança de rota nas políticas até então adotadas, notadamente as neoliberais dos anos 1990. As novas políticas começaram a ser instituídas pelo primeiro governo do presidente Lula, aprofundaram-se no segundo e avançaram no primeiro governo da presidenta Dilma. Essas políticas foram impulsionadas por ações originárias em diversas políticas públicas, com fornecimento de crédito e ações diretas por parte do Estado.

De acordo com Neri (2011), pelo critério da distribuição segundo a renda familiar, durante a primeira década dos anos 2000, 45,55% saíram da classe E, 11,63% saíram da classe D, 34,32% ascenderam à classe C, e 39,6% ascenderam às classes A e B, em termos de estrutura social.

Tais políticas e investimentos causaram um alvoroço social e muitos incômodos, seja pela velha perspectiva de ascensão social, seja pelo desconforto de outras classes sociais, que se beneficiavam da existência de força de trabalho amplamente disponível anteriormente, a preços baixos e para atividades pouco lucrativas. Fugas explicativas foram construídas naquele momento para justificar as imperfeições de mercado.⁵⁴ Começava a ser amplamente difundido nos meios de comunicação o termo ‘meritocracia’, bombardeando as classes em expansão

⁵⁴ Teoria que justifica a melhora do desempenho econômico através da geração de desemprego, ou que aponta como consequência da melhoria da massa salarial um forte movimento de sindicalização, por exemplo.

salarial, com o objetivo de diminuir a credibilidade das políticas públicas e a extensão de seus benefícios.

Tais políticas acarretaram mobilidade social, de acordo com Avritzer (2016), principalmente a mobilidade geracional, o que suscitou a ira da antiga classe média, já altamente subjetivada pela mídia com a temática da corrupção, e também chamou a atenção das classes mais altas, pautando o pleito eleitoral de 2018.⁵⁵

Assim, manteve-se como forma de controle histórico dos de baixo o sonho de um dia a ‘ralé’ vir a ascender às classes sociais médias. Esse sonho pareceu mais real na primeira década dos anos 2000, em que houve alguma ascensão.

Expostos os motivos pelos quais a elite não quis um governo da classe trabalhadora na condução política do País, indo além dos instrumentos e possibilidades democrático-liberais para recuperar o poder político e utilizando-se da retórica da corrupção como pano de fundo para tal, procura-se observar então como foi tratado o fenômeno enquanto política pública entre 2003 e 2016.

Cumprе assinalar que as classes que conduziam as políticas públicas e destinavam recursos do Estado no período concebem a corrupção como instrumento de transferência de renda à classe economicamente mais forte, uma vez que a elite econômica conhece e manuseia os mecanismos burocráticos de forma a aumentar sua imensa fortuna às custas do caixa do Estado e da apropriação do trabalho da maioria da população. Dessa forma, foram muitas as ações para multiplicar e intensificar a capacidade e os aparatos estatais de combate à corrupção nos governos Lula e Dilma, como a equipagem da Polícia Federal (PF), a melhoria das condições das operações policiais para o combate à corrupção e o aperfeiçoamento do Ministério Público e da CGU.

O próprio ex-juiz Sérgio Moro, como elucidam Proner *et al.* (2017, p. 284), em uma sentença prolatada em 19 de julho 2017, foi obrigado a reconhecer em suas páginas, a partir do parágrafo 793,⁵⁶ com as assertivas peculiares às sentenças judiciais, os méritos que o governo

⁵⁵ Declarações do então candidato a presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, ao programa de televisão *Café com Jornal*, da Rede Bandeirantes de comunicação, durante o segundo turno da disputa presidencial, no dia 24 de outubro, são um exemplo de como as políticas de inclusão praticadas pelos governos de Lula e Dilma incomodaram. O candidato prometeu acabar com o ‘coitadismo’, referindo-se à forma como as políticas sociais foram tratadas nos anos 2000, em relação aos negros, às mulheres, aos nordestinos, aos trabalhadores com rendas mais baixas, aos estudantes de escolas públicas e a certas minorias. Para ele, tratar todos de forma ‘igual’ devolveria o protagonismo individual, mesmo sem considerar todas as nuances de um país extremamente desigual como o nosso. Na prática, dessa forma, mantém-se tudo como sempre foi. Disponível em: <https://bit.ly/3ouyz2n>. Acesso em: 28 abr. 2021.

⁵⁶ O documento está disponível para a conferência da autenticidade no endereço eletrônico <https://bit.ly/2T2NULO>, mediante o preenchimento do código verificador 700003590925v61 e do código CRC 46016c4b.

Lula teve no combate à corrupção e, nos parágrafos posteriores, chegou a pontuar o conjunto de medidas adotadas para o incremento dos meios de controle propiciados pelo governo do PT, atitudes ímpares na República brasileira:

É forçoso reconhecer o mérito do governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no fortalecimento dos mecanismos de controle, abrangendo a prevenção e repressão, do crime de corrupção, especialmente nos investimentos efetuados na Polícia Federal durante o primeiro mandato, no fortalecimento da Controladoria Geral da União e na preservação da independência do Ministério Público Federal mediante a escolha, para o cargo de Procurador Geral da República, de integrante da lista votada entre membros da instituição. (BRASIL, 2017, p. 186-187).

Avritzer (2016, p. 90-92) também dá destaque aos investimentos no combate à corrupção durante os governos Lula e Dilma, que fortaleceram os órgãos de controle e de investigação e valorizaram os profissionais de carreira. A simples introdução das operações integradas nas estruturas de combate ao crime da PF ocasionou uma revolução de resultados. Em 2003, ano que Lula assumira a Presidência, foram 15 operações integradas; em 2009, foram 288, um aumento de quase 2.000%.

Porém, segundo o Avritzer (2016, p. 92), o aumento do combate à corrupção amplia a percepção sobre a incidência da própria corrupção, principalmente se essa percepção for maximizada pela mídia. Dessa forma, o autor chama a atenção para os interesses aos quais esses mesmos investimentos serviram, dada à potencialização da seletividade nas investigações em muitos momentos do período, direcionada aos agentes públicos vinculados ao governo, além da distorção por parte da mídia, que se aproveitou para efetuar campanhas de descrédito contra todo o sistema político, ao associar os escândalos de corrupção a partidos políticos, principalmente ao PT.

Assim, o fato de os governos petistas incrementarem os principais instrumentos de Estado e de combate à corrupção parece ter acirrado o ódio de classe e a disputa pelo bastão do poder político do Executivo nacional. Talvez pelo fato, conforme abordado no capítulo anterior, de que a própria corrupção é parte integrante do modo de produção dominante, e, ao combatê-la, coloca-se em xeque o próprio sistema capitalista e o neoliberalismo. Dessa forma, chama-se a atenção para o fato de que a corrupção era apenas argumento, e combatê-la foi visto como mais uma ameaça das classes de baixo na condução das políticas de Estado.

Some-se a isso o fato de a elite se ver alijada da possibilidade de usar o desemprego e a pobreza como mecanismos de pressão contra o mercado de trabalho e o mercado de consumo massificados, além das desvantagens de não ter o Estado a seu inteiro serviço, com a

implantação de políticas públicas que contribuíssem com o acúmulo maior de riquezas em suas mãos.

3.2 DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 À RESTAURAÇÃO DO PODER DE CLASSE À ELITE

De acordo com Guerra *et al.* (2017a, p. 21), em 2 de junho de 2013, a prefeitura e o estado de São Paulo, assim como várias cidades do País, aumentaram em vinte centavos a tarifa do transporte público. Em reação ao aumento, o Movimento Passe Livre (MPL)⁵⁷ de São Paulo convocou o primeiro ato nas ruas contra o aumento da tarifa para 6 de junho.

Na esteira das manifestações que ocorreram nos anos anteriores por todo o globo terrestre, eclodiu uma série de protestos nas principais capitais do Brasil. Os movimentos, inicialmente protagonizados pela pauta do transporte público, há muito levantada pelo MPL, conforme observa Queiroz (2017, p. 27), envolveram grande participação popular, heterogeneidade de reivindicações e a tomada de ruas e avenidas pelas massas com uma velocidade assustadora, evoluindo de tal forma que, no dia 20 de junho de 2013, registraram-se protestos em mais 126 cidades brasileiras e em algumas cidades do exterior.

Porém, como observam Guerra *et al.* (2017a) e Avritzer (2016), tais manifestações iniciaram com pautas progressistas, mas foram paulatinamente sendo dominadas por pautas conservadoras e moralistas, focadas no tema da corrupção. No dia 6 de junho, ao mesmo tempo em que a reação contra a redução das tarifas de ônibus era predominante nas redes sociais, o governo Dilma aparecia sem muito destaque (AVRITZER, 2016, p. 92).

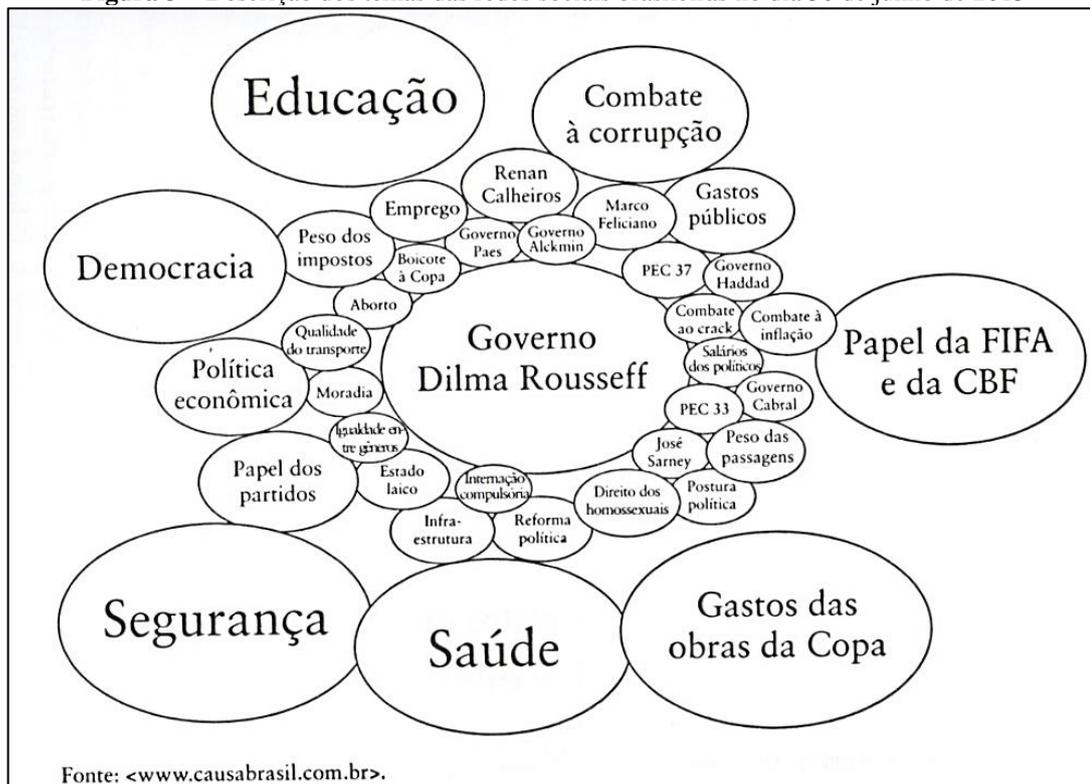
Pode-se observar essa afirmação na Figura 2, a seguir, com a descrição dos temas mais comentados nas redes sociais em 7 de junho de 2013, de acordo com o acompanhamento da plataforma Causa Brasil.⁵⁸ Nota-se que o tema mais comentado foi o preço das passagens. Outros temas marginais, como democracia, educação, qualidade do transporte público, saúde, gastos públicos, governo Dilma e postura política, também aparecem, mas com menos força:

⁵⁷ Um movimento social brasileiro que defende a adoção da tarifa zero para estudantes na utilização do transporte coletivo, fundado durante o Fórum Social Mundial, ocorrido no município de Porto Alegre, no ano de 2005.

⁵⁸ Plataforma criada pela W3haus, em parceria com a Seekr, a Causa Brasil traz os temas mais comentados e a quantidade de menções às manifestações de 2013, de forma a mensurar as causas que têm adesão de mais pessoas. A plataforma identifica as principais reivindicações a partir de menções nas redes sociais. Abastecida de hora em hora por postagens no Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e Google+, a ferramenta categoriza e interpreta o que estão escrevendo e postando os usuários destas redes.

centrais começaram a mudar já a partir de 17 de junho de 2013, indo do preço da passagem para insatisfações contra o governo Dilma. Dessa forma, outros temas começaram a ganhar relevância. Inicialmente de forma marginal, mas com força, temas diversos, como gastos com obras da copa, combate à corrupção, papel dos partidos, política econômica, peso dos impostos, Renan Calheiros, Marcos Feliciano, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 33/2011⁶⁰ e PEC nº 37/2011,⁶¹ figuravam como os mais comentados nas redes sociais, conforme é possível observar na Figura 3, a seguir:

Figura 3 – Descrição dos temas das redes sociais brasileiras no dia 30 de junho de 2013



Fonte: Plataforma Causa Brasil (2013).

Nos termos de Guerra *et al.* (2017a, p. 25),

As jornadas de junho trazem novos atores e novas demandas. Movimentos alinhados ao pensamento conservador dão origem ao Movimento Brasil Livre (MBL), que confunde os manifestantes, associando a sigla do MPL, o movimento Vem pra Rua, o

⁶⁰ A PEC nº 33/2011, uma proposta de emenda à constituição que tramitou no congresso, visava intervir na forma como é exercido o controle de constitucionalidade das leis no Brasil, objetivando submeter as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) ao controle do Congresso Nacional.

⁶¹ A PEC nº 37/2011 foi uma proposta de emenda à constituição que pretendia emendar a Constituição Federal brasileira para incluir a apuração de investigações criminais como atividade privativa da polícia judiciária. Foi apoiada por juristas de renome, que entendiam que a investigação criminal já era vedada ao Ministério Público, por falta de previsão legal ou por estar implícito no texto que tal competência já era privativa das polícias, embora o órgão ocasionalmente exercesse essa atividade. As entidades de classe do Ministério Público opuseram-se à proposta.

Revoltados Online, o Nas Ruas, entre outros, que dois anos depois tomaram as ruas pedindo o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Segundo Avritzer (2016, p. 90-92), Dilma era constantemente mostrada nos noticiários em companhia de políticos identificados com denúncias ou indícios de corrupção. Na sequência, os noticiários minimizavam a figura dos políticos de partidos tradicionais e transferiam tal descrédito à presidenta e ao seu partido, pois, como dito anteriormente, ocorre um paradoxo no que se refere ao aumento do combate à corrupção de 2003 a 2014: o aumento no combate ampliou a percepção sobre a incidência da própria corrupção, deslegitimando o sistema político e fazendo com que a imprensa direcionasse seletivamente as ocorrências para o partido da presidenta.

Assim, é possível asseverar que o processo do Golpe de 2016, capitaneado pela elite – parlamentar, judicial, civil e midiático –, foi iniciado com os protestos de junho de 2013, a partir do rompimento com um governo democraticamente eleito através de manifestações com pautas conservadoras, em um movimento de massas só visto anteriormente durante as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas em 1964 (AVRITZER, 2016, p. 16).

Segundo Souza (2014), as manifestações de junho de 2013 foram

[...] um ponto de inflexão fundamental que ajuda a esclarecer a força narrativa e institucional do pacto conservador brasileiro contemporâneo. Foi a partir deste dia que as manifestações se tornaram massificadas e ganharam todo o apoio da mídia nacional, assumindo a “classe média verdadeira” – os 20% mais escolarizados e de maior renda, segundo a pesquisa – de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento. (*apud* GUERRA *et al.*, 2017a, p. 25).

A situação do governo junto ao Congresso Nacional já não era confortável, apesar de a presidenta tentar utilizar as manifestações para aprofundar as transformações e reformas sistêmicas, o que nem Lula conseguiu, pois a onda conservadora articulava dentro do Legislativo e barrava qualquer movimentação do Executivo. Consta que

[...] o governo termina 2013 com um saldo de 11 derrotas no Congresso Nacional. A partir de julho o governo perde seis votações importantes: a de urgência para vincular recursos do [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] FGTS à habitação popular; a de extinção da contribuição de 10% ao FGTS após demissão; a dos *royalties* do petróleo para educação e saúde; a de aumento do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para licitações; a da redução da dívida para estados e municípios; a do piso salarial e diretrizes para agentes de saúde. O PMDB na presidência da Câmara se comporta como adversário do governo, determinando o que e quando seria votado, sem priorizar as demandas do governo e muitas vezes vota contra. (GUERRA *et al.*, 2017a, p. 27).

Nesse sentido, ocorre a maximização do debate político, com soluções neoliberais levantadas por parte da elite, que tentava se mostrar moderna e associada com essa linha global,

desconstruindo o que classificava como ‘populismo petista’. Dessa forma, o debate sobre Estado e política pública na sociedade aqueceu. Se anteriormente ao ano de 2013 podia-se dizer que o brasileiro era avesso à política, a partir de então, tal realidade mudou completamente, não obstante essa ‘politização’, ou seja, o envolvimento das pessoas no debate ser composto de posicionamentos abarrotados de preconceitos, com a defesa exacerbada da propriedade privada e da acumulação de capital individual, somados aos sentimentos extremos de ódio e de intolerância, que acarretaram o rompimento com o Estado participativo, dado o êxito da mídia na produção de sentidos. A mídia induziu a população a exercer uma participação política rasa, que só serviu aos interesses da elite, a qual orquestrou a retirada do PT e colocou no lugar seu projeto de poder para a condução do Estado (AVRITZER, 2016, p. 65).

A elite executou decididamente um movimento para apossar-se do bastão do poder político, fosse através da eleição direta que se avizinhava (2014), fosse pela crise institucional que ela mesmo criava, ainda que em contradição com o pacto social e com a democracia. Seu candidato, Aécio Neves, disputou a eleição com a então presidenta Dilma Rousseff na certeza de que venceria e assumiria um papel importante na condução do Estado.

Ocorre que Dilma venceu as eleições em uma aliança mais ampla do que a que elegera Lula nas duas eleições anteriores, mantendo o poder de condução das políticas do Estado nas mãos das classes de baixo. Aécio, o candidato que representou os interesses do grande capital, foi convencido a não reconhecer resultado do processo eleitoral e a deflagrar ações oposicionistas, maximizadas pela grande mídia nacional, colocando em ação a restauração de poder da elite através de ação golpista, conforme conceito de Harvey.

Dilma foi ao segundo turno, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com 43.267.668 votos, sendo democraticamente eleita com 54.501.118 votos, ou seja, mesmo sob forte ataque das elites, recebeu 3.459.963 votos a mais do que seu concorrente no segundo turno. Obteve um mandato que, por direito, deveria ir até 31 de dezembro de 2018.

Como narrativa, Aécio não aceita a derrota e torna-se o aríete da elite no enfrentamento ao modo de administrar iniciado por Lula em 2003 e continuado por Dilma, cujo governo agora padece sob forte acusação de corrupção, em um curioso paralelo com a ação de Lacerda contra Getúlio na década de 1950.

Segundo Avritzer (2016, p. 94), o Manchetômetro⁶² detectou uma elevação exponencial do número de chamadas da grande imprensa ligando o PT à corrupção após as eleições de 2014,

⁶² O Manchetômetro é um *website* mantido pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) para o acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política. Declara-se sem qualquer filiação a partido político ou grupo econômico. Disponível em <http://www.manchetometro.com.br/>.

o que evidencia a disposição da elite em utilizar-se desse tema como pano de fundo para sepultar a linha desenvolvimentista de políticas públicas. Figurou na imprensa, no período em tela, que os dois maiores casos de corrupção do Brasil de todos os tempos foram o Mensalão do PT e a Lava Jato, de acordo com Feres Junior e Sassara, (2016a, p. 206), só que o

[...] adjetivo “maiores” aqui não faz referência ao montante relativo a cada escândalo, pois há denúncias de esquemas de corrupção mais vultosos que esses, nem à qualidade do envolvimento de agentes públicos e dinheiro público nos eventos, pois nisso se parecem a outros escândalos que envolvem políticos de partidos variados e outros agentes públicos e privados. Maiores, esses dois escândalos certamente foram em um aspecto muito importante: sua publicização. Jornais, revistas, telejornais e *sites* noticiosos de internet cobriram-nos exaustivamente, explorando todos os detalhes possíveis e imagináveis, apostando em denúncias, fazendo ilações, louvando promotores e juízes, criticando outros ou mesmo condenando moralmente os envolvidos antes do julgamento.

Feres Junior e Sassara (2016a, p. 205) afirmam que, em 2010, a preocupação com o fenômeno da corrupção não ultrapassava 3% da população brasileira. Já em 2005, na primeira onda antipetista, chegou a 20%, e em 2015 já ultrapassava os 22%. Segundo os autores, o primeiro pico está relacionado à cobertura da imprensa sobre o escândalo do Mensalão, e o segundo ápice está relacionado ao processo da Lava Jato. Estes dois não foram os maiores escândalos a que o País assistiu, mas estão claramente identificados como os de maior cobertura midiática, principalmente pelos canais televisivos, pelos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e pelo *Jornal Nacional*, do grupo O Globo, dentre todos o mais enfático.

De acordo com Proner *et al.* (2017, p. 284), sob ataque desde 2005 e sem perceber a verdadeira operação que se utilizava do Judiciário, da mídia e do Congresso de forma orquestrada pela elite nacional e internacional, o PT segue fazendo defesas pontuais e vence três eleições seguidas para o Executivo nacional, apesar do fogo acirrado, fazendo com que a elite violenta o próprio Estado de Direito e, dez anos depois, o governo do PT caia por ‘Pedaladas Fiscais’.⁶³ Dilma enfim é cassada pelo Congresso Nacional, e, no fatídico 31 de agosto de 2016, Michel Temer assume a Presidência da República do Brasil e altera radicalmente a postura e o público a quem o Estado vai servir. Conforme prenunciam Guerra *et al.* (2019, p. 206), o que aconteceu em 2016 é nada menos que uma ação para recuperar a

⁶³ O ato de deixar de seguir supostas regras *just in time* de edição de crédito do orçamento da União e de repasse de recursos aos bancos públicos pela execução de despesas do governo, práticas utilizadas desde 1994, que oscilaram entre 0,03% até 1% do PIB. Sobre isso, veja-se: <https://glo.bo/3u1RGla>. Acesso em: 30 abr. 2021. Após a cassação da presidenta Dilma, a prática foi oficialmente legalizada pela Lei nº 13.332, de 2 de setembro de 2016, que flexibilizou as regras para abertura de créditos suplementares sem a necessidade de autorização do Congresso. Sobre isso, veja-se: <https://bit.ly/3fyEjE7>. Acesso em: 30 abr. 2021. Atualmente, é uma manobra amplamente utilizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, cujos valores ultrapassaram R\$ 55 bilhões em 2019 e são intituladas agora de ‘dribles orçamentários’. Disponível em: <https://bit.ly/3foUxj2>. Acesso em 30 abr. 2021.

lucratividade e o poder político dos rentistas após certa adversidade na relação com o setor por parte do governo Dilma.

Lucena *et al.* (2017) avaliam que a organização do golpe não ficou restrita à elite nacional. De acordo com o relato de um importante economista canadense, entre os atores por trás do golpe contra a presidenta Dilma estava o capital financeiro estadunidense de Wall Street:

Para Chossudovsky (2016) as nomeações principais do ponto de vista de Wall Street são o Banco Central, que domina a política monetária e as operações de câmbio, o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil”. Desde o governo FHC, passando por Lula e Temer, Wall Street tem exercido controle sobre os nomes apontados para liderar essas três instâncias estratégicas para a economia brasileira. Em nome de Wall Street e do ‘Consenso de Washington’, o ‘governo’ interino pós-golpe de Michel Temer nomeou um ex-CEO de Wall Street (com cidadania dos EUA) para dirigir o Ministério da Fazenda”, afirma Chossudovsky, referindo-se a Henrique Meirelles, nomeado em 12 de maio. (LUCENA; PREVITALI; LUCENA, 2017 p. 66).

Na presente constatação, Dilma Rouseff teria sido destituída de sua função à frente da Presidência da República por responder politicamente aos interesses de outra classe social e não acatar as ordens dos atores por trás do golpe. Ou, como afirmam Guerra *et al.* (2019, p. 193),

A difícil luta contra o rentismo, em certa medida, atravessa todo o período do lulismo e culmina na complexa convivência, no primeiro governo Dilma, entre um projeto de desenvolvimento integrador e de mais longo prazo e um conjunto de interesses financeiros e privados de curto prazo. O golpe consumado em 2016 foi golpe do rentismo contra o país.

Em 2016, logo após o afastamento da presidenta Dilma, a imprensa e os instrumentos repressivos de Estado foram mobilizados para sufocar e esconder um conjunto de movimentos que tomaram as ruas em protestos por todo o Brasil, em prol de sua volta.

O golpe de Estado perpetrado contra a Constituição Federal e a democracia no Brasil em 2016, retirando da Presidência da República Dilma Rousseff, deu início a um gigante processo de retrocesso dos direitos econômicos e sociais do povo brasileiro. A resistência se verifica nas ruas, praças, escolas, teatros, colégios, universidades, sindicatos, assim como nas grandes mobilizações populares organizadas pela Frente Brasil Popular. O descontentamento com o golpe é crescente e impulsiona a tomada de posição das pessoas comprometidas com princípios éticos, almejando o retorno ao Estado Democrático e Social de Direito. (PRONER *et al.*, 2017, p. 14).

Guerra *et al.* (2017a, p. 8) atentam para fato de que, ao contrário da cortina de fumaça da suposta campanha contra a corrupção, no fundo tratava-se de fato de romper e reverter o contrato social da Constituição Federal de 1988.

Resta claro que a elite nacional e internacional queria determinar as políticas sociais e econômicas do País, e a presidenta Dilma poderia ser tolerada se assim o fizesse. Conforme o próprio Michel Temer aludiu em reunião com empresários, em setembro de 2016,

[...] o processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff foi instaurado em face da não implementação, por esta, do programa “Uma Ponte para o Futuro⁶⁴”. Em outras palavras, a sua deposição teria ocorrido para a imposição de um plano de governo contrário àquele referendado pelas urnas. (FERREIRA, 2020, p. 76).

O Programa ‘Uma Ponte para o Futuro’ (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 4) defendia que

As modernas economias de mercado precisam de um Estado ativo e **moderno**. Quem nos diz isto não é apenas a teoria econômica, mas a experiência histórica dos países bem-sucedidos. Só o Estado pode criar e manter em funcionamento as instituições do Estado de Direito e da economia de mercado, e só ele também pode suprir os bens e serviços cujos benefícios sociais superam os benefícios privados. Portanto, as discussões sobre o tamanho e o escopo do Estado quase sempre se movem no vazio, porque a questão central é que o Estado deve ser funcional, qualquer que seja o seu tamanho. Para ser funcional ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade. (grifo nosso).

O documento desnuda suas concepções, deixando claro que as políticas públicas são fundamentais para o setor privado e propõe uma série de ações orientadas pelo Fórum Econômico Mundial. O Estado brasileiro deveria ser utilizado, sob a lógica neoliberal, para aplicar uma ‘política correta’ e garantir um ambiente econômico estimulante para o setor privado. Dessa forma, o referido programa propunha:

- a) construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com *superávit* operacional e a redução progressiva do endividamento público;
- b) estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento;
- c) alcançar, em no máximo 3 anos, a estabilidade da relação Dívida/PIB e uma taxa de inflação no centro da meta de 4,5%, que juntos propiciarão juros básicos reais em linha com uma média internacional de países relevantes – desenvolvidos e emergentes – e taxa de câmbio real que reflita nossas condições relativas de competitividade;
- d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se à Petrobras o direito de preferência;

⁶⁴ O programa, segundo Ferreira (2000, p. 76), seria um conjunto de medidas, tais quais “[...] a busca pelo equilíbrio fiscal, a limitação das despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, a eliminação de vinculações orçamentárias e indexações que engessam o orçamento [...]”, além da preocupação com políticas “[...] de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, livre competição e concessões (até mesmo na área do petróleo), maior abertura comercial [...]”, dentre outras medidas de caráter nitidamente neoliberais. Disponível em: <https://bit.ly/33Wyiex>. Acesso em 30 ago. 2020.

- e) realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do [Mercado Comum do Sul] Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de valor, auxiliando no aumento da produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional;
- f) promover legislação para garantir o melhor nível possível de governança corporativa às empresas estatais e às agências reguladoras, com regras estritas para o recrutamento de seus dirigentes e para a sua responsabilização perante a sociedade e as instituições;
- g) reformar amplamente o processo de elaboração e execução do orçamento público, tornando o gasto mais transparente, responsável e eficiente;
- h) estabelecer uma agenda de transparência e de avaliação de políticas públicas, que permita a identificação dos beneficiários, e a análise dos impactos dos programas. O Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes;
- i) na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos;
- j) na área tributária, realizar um vasto esforço de simplificação, reduzindo o número de impostos e unificando a legislação do [Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias] ICMS, com a transferência da cobrança para o Estado de destino; desoneração das exportações e dos investimentos; reduzir as exceções para que grupos parecidos paguem impostos parecidos;
- k) promover a racionalização dos procedimentos burocráticos e assegurar ampla segurança jurídica para a criação de empresas e para a realização de investimentos, com ênfase nos licenciamentos ambientais que podem ser efetivos sem ser necessariamente complexos e demorados;
- l) dar alta prioridade à pesquisa e o desenvolvimento tecnológico que são a base da inovação. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 18-19).

Dessa forma, o ‘Uma Ponte para o Futuro’ foi a tábua de salvação para Temer, que o adotou como programa de governo para seu mandato, após a cassação de Dilma, e causou um estrago imenso a todo um país e à maioria da sua população,⁶⁵ na avaliação de Feres Junior e Sassara (2016a, 2016b), Avritzer (2016), Cano (2017), Guerra *et al.* (2017a, 2017b), Proner *et al.* (2017), Santoro e Tavares (2017), Mascaro (2018), Guerra *et al.* (2019), Ribeiro (2019), Ferreira (2020), Streck e Carvalho (2020).

De acordo com Guerra *et al.* (2019, p. 260), após o fatídico 31 de agosto, uma parte da população respirava entre a angústia e o alívio, imaginando que os dias de ódio já haviam passado. Mas a elite não fez o que fez para deixar o bastão do poder político voltar às mãos das classes de baixo, com a possibilidade de Lula retornar à Presidência da República em 2018.

A ação continuou manuseando a mídia e utilizando-se do *lawfare*⁶⁶ até inviabilizar a candidatura de Lula ao cargo de presidente da República no ano de 2018, através de sua prisão,

⁶⁵ O processo em si constrangeu muitos políticos, tanto que, quando assumiu a Presidência da Câmara, o deputado Waldir Maranhão anulou todas as sessões do *impeachment* na Câmara, mas seu ato foi escondido e sufocado, segundo Guerra *et al.* (2017a, p. 137). Um dia depois, pressionado, Maranhão voltou atrás, e o *impeachment* seguiu seu trâmite.

⁶⁶ Conceito abordado mais à frente.

em um processo estranhamente célere, no ano de 2017, conduzido por um juiz suspeito, conforme decisão posterior do STF.⁶⁷ A prisão de Lula significou a vitória do liberalismo contraditório e da coalizão da elite nacional, com o apoio dos rentistas.

Para Mascaro (2018, p. 43), as manifestações de 2013 marcam o abandono completo, por parte das elites brasileiras, de uma alternativa de desenvolvimento nacional, com a captura definitiva do País pela dinâmica geral da crise do capitalismo internacional. Foi o início do golpe, cujo epicentro se daria no ano de 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff e a posterior perseguição a Lula, causando regressão social, econômica e política.

O processo criminal que impediu Lula de ser candidato nas eleições de 2018 – nas quais era o favorito –insere-se, segundo estudiosos, no conceito de *lawfare*. Segundo esclarecem Santoro e Tavares (2017, p. 47-67), trata-se do uso do direito e do processo penal como armas políticas, no sentido de manejar os instrumentos jurídicos para fins de perseguição política, destruição da imagem pública e inabilitação de um adversário político. Nesse sentido, algumas das características fundamentais do *lawfare* são o uso de acusações sem materialidade; a aparência de legalidade; a instauração de ações e processos judiciais para desacreditar o oponente; e a influência sobre a opinião pública como decorrência das ações jurídicas, principalmente ações de combate à suposta corrupção, entre outras.

Assim, o fato de a elite incrementar os principais instrumentos de Estado e de combate à corrupção não só não acabou como parece ter acirrado o ódio de classe e a disputa pelo bastão do poder político do Executivo nacional. É o que se percebe nas ações de frações dos mesmos órgãos que foram exponencialmente fortalecidos pelos governos petistas, tanto na cassação da presidenta Dilma (a partir de uma decisão do Tribunal de Contas da União – TCU) como na prisão e inviabilização da candidatura do ex-presidente Lula. Os expedientes utilizados, muitos dos quais ao arrepio da lei, causaram indignação entre muitos operadores do direito, como as ações da força-tarefa da Lava Jato, tanto que

[...] conversas entre o ex-Ministro da Justiça Sérgio Moro e o Procurador da República Deltan Dallagnol revelaram distorções profundas do sistema de Justiça e deram materialidade a procedimentos tão ilegais quanto naturalizados, que há anos azeitam as máquinas de condenação brasileiras. Um dos mais escandalosos é o que consiste no oferecimento de denúncias anônimas para “esquentar” uma prova, validar atropelos processuais e deflagrar medidas invasivas contra alvos específicos. (STRECK; CARVALHO, 2020, p. 217).

E mais,

⁶⁷ Cf.: <https://bit.ly/3u22f7O> . Acesso em: 30 abr. 2021.

A desfaçatez com que Dallagnol propõe a apresentação de uma denúncia anônima falsa para atingir seu objetivo de convocar uma testemunha é escandalosa, mas não assustadora: é assim que muitos operadores do sistema de Justiça – que são minoria, ressalte-se – têm atuado no dia a dia dos tribunais, e a óbvia proteção que envolve esse tipo de expediente impede saber quantos são lícitos ou ilícitos.

Tal atitude pode ser mais bem mensurada na analogia traçada por Streck e Carvalho (2020, p. 42), com um simples e hipotético caso de jurisdição cível:

Imagine-se que, em uma ação de cobrança de uma empresa contra outra, no decorrer da instrução, o magistrado entre em contato com o escritório de advocacia da parte cobradora e recomende ao sócio que troque o advogado que vem conduzindo as audiências. Mais do que isso, recomenda que altere os argumentos de sua petição inicial, para adicionar elementos de prova de que o magistrado tomou conhecimento. Parece-nos inequívoco que esse caso, vindo a lume, geraria a imediata suspeição do magistrado nos termos do artigo 145, inciso II, do Código de Processo Civil, que também reputa suspeito o juiz que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa.

No manuseio dos mecanismos e das táticas para reaver o poder político, a elite utiliza-se de violência e intolerância, a exemplo do que aconteceu à presidenta Dilma, que teve seus poderes sequestrados quando resolveu nomear o ex-presidente Lula para a chefia da Casa Civil, em uma tentativa de reestabelecer a relação com setores da base social e do Congresso Nacional e amenizar os conflitos ocorridos em seu governo. Esse tipo de expediente tem sido constante na ação da elite contra seus inimigos ou desafetos, durante todo o período da história do Brasil, conforme observado nos últimos 50 anos.

Guerra *et al.* (2017a, p. 80) avaliam que a celeridade da Operação Lava Jato não seu deu à toa:

[...] ao todo foram 13 fases da operação em 2015, contra sete de 2014. Em 2016, até o *impeachment* (agosto) outras 12 fases – ou seja, 12 fases em oito meses. Da eleição de Dilma até seu *impeachment* foram 26 fases das 39 executadas. Depois da queda do PT foram apenas seis fases – duas delas antes das eleições municipais de 2016, com claro intuito de reforçar o antipetismo na Opinião Pública de modo a interferir nos resultados eleitorais.

No caso da Lava Jato, cujo principal alvo era Lula, os eventos posteriores revelam uma articulação para tirá-lo da disputa presidencial de 2018, conforme observa o Moraes (2021):⁶⁸

Sérgio Moro e os procuradores tramavam a denúncia antes mesmo de abrir o processo contra Lula, planejando antecipadamente a escolha de futuros delatores, do que teriam a dizer, como revela Dallagnol. A troca de mensagens ocorreu uma semana antes da condução coercitiva ilegal de Lula, que já estava sendo grampeado ilegalmente, assim

⁶⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3bD06JM>. Acesso em 31 jan. 2021.

com seus advogados, assessores e, inclusive, seus familiares, em especial Dona Marisa.

Dilma foi cassada pelo Congresso Nacional pelo ‘conjunto da obra’, sem algo concreto e específico que lhe comprometesse, mesmo motivo pelo qual o ex-presidente Lula foi condenado e preso, conforme avaliam Proner *et al.* (2017, p. 284), principalmente se observarmos o item 11.16 da sentença judicial prolatada em 19 de julho 2017 pelo juiz federal e posterior ministro da Justiça, Sergio Moro (BRASIL, 2017).

Para garantir a retomada do poder político, conforme preceituado por Dardot, Laval (2016, p. 272) e Harvey (2008, p. 77), a elite foi além e contra o próprio evangelho neoliberal que apregoa, criando suas próprias regras, como no caso do impedimento de Lula de ser nomeado ministro de Estado pela presidenta Dilma. O catalizador para a decisão no STF foi um conjunto de áudios, inclusive do telefone da presidenta Dilma, veiculados de forma manipulada pelo juiz Sérgio Moro, de forma que

[...] ganhou repercussão mundial na imprensa e redundou na suspensão, pelo Supremo Tribunal Federal, da nomeação do acusado [Lula] para o cargo de Ministro do Estado. Posteriormente, desvelou-se que apenas parte do conteúdo fora divulgado, de modo que conversas divulgadas amplamente na imprensa restaram tiradas de contexto, dando a entender que a nomeação do investigado se destinava ao deslocamento da competência por prerrogativa de função. (STRECK; CARVALHO, 2020, p. 42).

Assim, observa-se que a atuação das instituições de Estado também está associada e subordinada aos interesses de classe, como no caso em tela. Em verdade, as instituições são utilizadas como aríete na expropriação de poder sempre que se faz necessário, quando a classe detentora do poder econômico – hoje os rentistas – fica impaciente ao ser impedida por políticas diferentes, que a impeçam de usar o aparato estatal para a acumulação violenta de riquezas e a maximização de lucros.

3.3 OS ATORES DO PROCESSO BRASILEIRO QUE LEVOU À TROCA DE CLASSES NO PODER POLÍTICO

Além das classes sociais principais e antagônicas, outros atores envolveram-se no período observado, tendo como pano de fundo a retórica da corrupção. Alguns deles tiveram maior importância no movimento que culminou com a troca do bastão da política, sobre os quais se discorre na sequência, de forma a clarificar os movimentos do período.

3.3.1 A classe média brasileira

A classe média, por seus símbolos e por sua vontade de pertencimento à classe dos detentores de capital, tem sido importante arma na disputa pelo aparato estatal e pelas políticas implantadas pelo Estado brasileiro, em regra, a favor da elite nacional. A disputa da elite na retomada do poder político tem tido êxito pela atuação e submissão da classe média a seus interesses, uma vez que a elite

[...] não só despreza o próprio país como o vê como fonte de riquezas a serem saqueadas no curto prazo. [...] sob a égide do rentismo, a elite de proprietários tem como aliada de primeira hora, a alta classe média, que é sua verdadeira e mais fiel base social e política, que não só “sente” como a elite, mas se imagina parte dela. (SOUZA, 2018, p. 230).

Avritzer (2016) tentou caracterizar a classe média brasileira, a fim de entender seu padrão de comportamento após a ampliação do contingente de pessoas que ascenderam à nova classe média durante o período de 2003 a 2015. O autor argumenta que

o motivo desta atipicidade reside no fato de a classe média brasileira usufruir de dois elementos de natureza contraditória: de um lado, ela usufrui menos intensamente dos bens de consumo duráveis e não duráveis, carros, eletrodomésticos e outros produtos eletrônicos que constituem parte integrante do padrão de consumo de qualquer classe média nos países desenvolvidos. De outro lado, nós temos uma classe média que, até pouco tempo atrás, ainda usufruía de uma abundância de mão de obra barata gerada pelo nosso processo de colonização e por uma urbanização atípica. (AVRITZER, 2016, p. 75).

Essa tradicional classe média sentiu os impactos da queda da pobreza, que retirou mais de 20 milhões de pessoas desta condição entre 2003-2012. O PBF e os aumentos salariais, principalmente do salário-mínimo e do piso do magistério, propiciaram uma grande queda da pobreza (AVRITZER, 2016), desencadeando uma mobilidade social intensa no País. Isso gerou descontentamento na classe média, que também se moveu para uma “nova classe média”, sem, contudo, conseguir manter as benesses esperadas.

A nova classe média, articulada com a classe média tradicional, alcança aproximadamente 50% da população brasileira. Foi possível identificar, contudo, uma crescente insatisfação da classe média tradicional – fortemente acostumada a privilégios – com o delineamento de um projeto emancipatório com políticas de inclusão pela via dos direitos. (AVRITZER, 2016, p. 20-21).

Segundo o autor, na busca por acessar e manter privilégios históricos, a classe média desvincula-se desesperadamente da classe trabalhadora e, mais ainda, da grande massa de excluídos do País. É induzida a portar-se a todo custo como imagem e semelhança da elite

política e econômica, em atitude imitativa dos seus “[...] ‘símbolos’, ‘costumes, gestos e tom de voz’ e a descolar-se da massa de trabalhadores, de onde veio” (AVRITZER, 2016, p. 21).

A classe média, nestes momentos de descolamento e submissão às elites econômicas, presta um conjunto de desserviços ao desenvolvimento do País e à maioria da sociedade, prejudicando governos desenvolvimentistas, sob as ordens da elite dominante, sem atentar para os malefícios que isso lhes traz enquanto setor social, contribuindo assim para a instalação de regimes ditatoriais com vistas a retomada do poder político.

Há, portanto, uma relação entre a existência da classe média, seu comportamento e os símbolos por ela cultuados e as campanhas efusivas contra a corrupção existentes em setores estatais, que eclodem de tempos em tempos na história política nacional. Segundo Bobbio *et al.* (1998), a corrupção não está ligada apenas ao grau de institucionalização mas também à cultura das elites e das massas.

Dessa forma, a elite, que não goza de apoio popular, consegue legitimidade para agir, coordenando instituições de Estado, manipulando a mídia e a classe média, a qual, de acordo com Avritzer (2016, p. 95), não se importa com a seletividade dos processos:

A indignação da classe média em relação à corrupção é seletiva, uma vez que membros dos partidos como o MDB acusados de corrupção, como Eduardo Cunha ou Renan Calheiros, não geraram indignação comparável àquela expressa em relação a membros do PT.

Não parece certo de que exista uma correspondência entre governos do PT e aumento da corrupção tal como se vê nas notícias divulgadas pela grande imprensa [...] expressa nas manifestações públicas de 15 de março de 2015, formada a partir do vazamento seletivo do inquérito da Operação Lava Jato.

De acordo com Souza (2018, p. 117), a classe média resume-se à operadora da elite. Tem sido utilizada para manter a imobilidade de classes e derrubar governos comprometidos com o desenvolvimento do País através da retórica da corrupção, dando legitimidade para que as elites tomem o poder, de forma a manter seus privilégios e reintroduzir o Estado no processo de acumulação capitalista.

3.3.2 A mídia e o papel da imprensa

Para Coimbra (2001, p. 74), a imprensa, principalmente a escrita, veicula uma imagem sobre si mesma como isenta e imparcial, constrói os bodes expiatórios para as práticas de maior interesse no momento e molda o imaginário da população:

[...] no início do século, era por meio de razões raciais, eugênicas e higienistas que se tentava entender a violência e a criminalidade. Posteriormente, nos anos 40 e 50, passou-se a explicá-las por questões relativas a determinados meios ambientes – pobres e sem estímulos – e, mais recentemente, nas décadas de 60 e 70, por “desestruturação familiar”.

Coimbra (2001, p. 68-70) ainda chama a atenção para o fato de que a notícia é uma mercadoria como qualquer outra no capitalismo. Dessa forma, está à venda e comprometida com o próprio sistema, é operada por empresas privadas, a serviço dos interesses das classes dominantes, produzindo realidades e verdades, desacreditando situações contrárias aos interesses dessas classes e desviando a atenção do tema da distribuição de riquezas para temas como a criminalidade (COIMBRA, 2001, p. 59).

Nesse sentido, Azevedo (2010) afirma que, mais recentemente, a corrupção individual ou sistêmica passou a ser uma das principais matérias-primas do jornalismo político moderno, pelo simples motivo de que vende mais jornal, apesar de as denúncias, teoricamente, não almejem mais que o retorno financeiro. Os escândalos, por si só, constituem uma moderna política de pão e circo, a menos que seja do interesse das classes dominantes manipulá-los para reestabelecer seu poder de mando na política e na máquina estatal, de forma a ‘pôr abaixo’ qualquer resquício de governos híbridos ou desenvolvimentistas.

É na mídia que a corrupção se torna escândalo, ou seja, é por meio do agendamento e do enquadramento feitos pelos meios de comunicação que um conjunto de práticas e fatos é tornado público e formatado de maneira a constituir um produto, com narrativas próprias, personagens principais e um nome próprio, como, por exemplo, Mensalão, Trensão, Aeroporto de Cláudio, etc. O escândalo é um produto que a mídia constrói ao ajuntar em uma só narrativa, sob um mesmo nome próprio, miríades de informações, declarações, relatos, documentos, procedimentos judiciais, sempre produzidos por vozes autorizadas pelo próprio jornalismo. (FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016a, p. 208, grifos nossos)

No neoliberalismo atual, a opinião pública é importante na manutenção do regime, diferentemente das variáveis aristocráticas, oligárquicas, autoritárias ou monárquicas anteriores, como identificam Feres Junior e Sassara (2016a, p. 207). Segundo os autores, a mídia é peça tão fundamental para o constructo ideológico que cimenta o modo de produção capitalista quanto a corrupção para o funcionamento do neoliberalismo.

Gomes (2005, p. 106) afirma que a mídia consegue mobilizar até o apoio de setores populares para os golpes dirigidos aos governos que não defendem seus interesses, pois a opinião pública é manipulada pelos detentores do poder econômico, quer através do uso da mídia, sequestrando consciências, quer por meio da manipulação das instituições de Estado.

A elite brasileira não costuma renunciar à acumulação de capital em larga escala, de forma a beneficiar a maioria da população com algum grau de distribuição de renda e propiciar

o desenvolvimento econômico e social do País. Segundo elucida Souza (2018, p. 84), independentemente do ganho ao País, qualquer ameaça à acumulação de riqueza, em sua ação imediata, põe fim aos projetos nacionais mais inclusivos, ou seja, nestes momentos, as elites nacionais sequestram a consciência da população de forma intencional e planejada, utilizando-se da mídia, de universidades, dentre outros setores que influenciam ideologicamente a população, inserindo seu projeto com diabólica inteligência e com muitos recursos (SOUZA, 2018, p. 224).

Aliás, importante salientar que, conforme explicam Guerra *et al.* (2019, p. 144), após a Ditadura Militar, os meios de comunicação em geral passaram a misturar conceitos da ética liberal com o direito à individualidade e à liberdade de imprensa na fiscalização do poder político. Ocorre que essa visão, segundo os referidos autores, ignora o caráter monopolista dos órgãos de imprensa, no que diz respeito à produção de conteúdo e à defesa unidirecional de determinado culto religioso, de alguns posicionamentos políticos em detrimento de outros e de atividades econômicas atinentes aos seus interesses. Isso se dá porque

[...] seus interesses [estão] desde sempre voltados à defesa das oligarquias e do capitalismo, uma vez que os empresários de comunicação possuem também lucrativos negócios em outros diversos setores da economia. A mídia comercial, seus acionistas e proprietários têm, acima da defesa da democracia e da liberdade de imprensa, o objetivo de garantir seus próprios lucros e preservar seu patrimônio, bem como a manutenção da hierarquia e divisão de poder que lhes possibilita manter esta posição de privilégio. Muitos veículos de comunicação de massa são de propriedade de lideranças religiosas que defendem valores de sua crença específica, além daqueles que incluem conteúdo religioso na programação apesar de não se definirem como religiosos. Também há políticos proprietários de emissoras de rádio e tevê ou proprietários de meios de comunicação que têm relação próxima com outras personalidades da política, o que certamente contribui para dissimular o caráter tendencioso das notícias veiculadas nas redes de comunicação e vendidas ao grande público como informação isenta de opinião. Soma-se a esta postura o fato de que a imprensa não deixa claro para o seu público quais são os interesses de classe e de segmentos sociais por trás das coberturas veiculadas sob o viés da neutralidade.

Ou seja, a imprensa tem lado e dono, a cujos propósitos serve, manipulando a opinião pública e induzindo-a a agir conforme bem servir às oligarquias econômicas e políticas, ao passo que alguns órgãos de Estado, como o TCU, o Ministério Público Federal (MPF) e a Advocacia-Geral da União (AGU), são pilotados pelos interesses dessa elite, e a mídia os reveste com um verniz de neutralidade.

Guerra *et al.* (2019, p. 145) identificaram o fornecimento, por estes mecanismos de Estado, de mais de 250 matérias espetaculosas sobre corrupção aos principais meios de comunicação, sem qualquer direito à contradita por parte dos supostos envolvidos.

Cabe perguntar como seria o noticiário se também o Ministério Público, a Polícia Federal e o Poder Judiciário passassem pelo mesmo crivo fiscalizador da mídia comercial e estivessem expostos aos contrapontos apresentados por especialistas em direito público que constantemente se manifestam, mas não ocupam as manchetes nem lugar de destaque nas reportagens veiculadas sobre corrupção. Com isso, a imprensa consegue garantir matéria-prima para sua cobertura de escândalos e, ao mesmo tempo, corroborar a visão política com a qual compactua, devido a interesses comerciais que nada têm de neutros ou isentos e que em nada correspondem aos interesses da maioria da população. Ao excluir da análise crítica a atuação do poder Judiciário, a imprensa comercial brasileira se legitima por meio de uma prática que é literalmente o avesso do que prega a ética liberal, tão amplamente defendida pelo jornalismo. (GUERRA *et al.*, 2019, p. 145).

Cumprе assinalar que, independentemente do veículo de jornalismo utilizado, a grande mídia corporativa sempre veicula a leitura dos fatos, e nunca os fatos propriamente ditos, pois está a serviços de poderosos homens de negócios.

A corrupção é sempre um bom tema para a mídia, que seletivamente a naturaliza ou abomina, de acordo com as suas conveniências, pois, como visto anteriormente, está presente como engrenagem do sistema. Avritzer (2016, p. 95) exemplifica claramente como a indignação com a corrupção pode ser seletiva, principalmente entre a classe média, pois as notícias do envolvimento com corrupção por parte de membros de partidos como o PMDB não causaram, nem de longe, indignação comparável àquela expressa em relação aos membros do PT. É fato que

[...] o número de prefeitos petistas impedidos por corrupção, por exemplo, é menor do que todos os grandes partidos; o número de candidatos do PT bloqueados pela Lei da Ficha Limpa é menor do que o de todos os grandes partidos. Portanto, não parece certo que exista uma correspondência entre governo do PT e aumento da corrupção, tal como se vê nas notícias divulgadas pela grande imprensa. (AVRITZER, 2016, p. 95).

Porém a classe média comprou da mídia essa convicção, fartamente exposta nas manifestações pós-eleitorais de 2014, sobretudo no ano de 2015 e, posteriormente, no julgamento do ex-presidente Lula, forjada com matérias estrategicamente veiculadas às vésperas de acontecimentos e em grandes quantidades, a partir de vazamentos seletivos de inquéritos da Operação Lava Jato. Ações estas já desmascaradas pelo *site* The Intercept Brasil⁶⁹, que expôs a atuação em conluio, pelo menos por parte de alguns atores, com a finalidade de perseguir o PT, a ex-presidenta Dilma e o ex-presidente Lula.

⁶⁹ Sobre isso ver

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/20/politica/1563576570_656522.html?id_externo_rsoc=whatsapp. Acesso em 24 jul. 2019. *The Intercept* é uma publicação, na forma de jornal on-line independente, não vinculada a compromissos com anunciantes, grupos políticos ou instituições governamentais.

Tais fatos levaram o STF a decretar a suspeição⁷⁰ do ex-juiz Sergio Moro, que investigou⁷¹ e julgou o ex-presidente Lula, na data de 23 de março de 2021, em sessão *online* da segunda turma, formada por cinco ministros, decisão posteriormente reafirmada pelo plenário, em 22 de abril de 2021.⁷² Além de todo papel desenvolvido pelo juiz Moro em conluio com a imprensa, a defesa de Lula elencou no pedido de suspeição: i) a condução coercitiva do ex-presidente, em março de 2016, sem a prévia intimação para a sua oitiva pela autoridade policial, além da divulgação do fato pela imprensa nacional; ii) a autorização para a interceptação de ramais telefônicos pertencentes ao ex-presidente, aos seus familiares e advogados antes de adotadas outras medidas investigativas; iii) a divulgação, também no mesmo ano, do conteúdo de áudios captados em decorrência de interceptações telefônicas autorizadas, inclusive de conversas com a presidenta da República; iv) a ingerência nas decisões tomadas durante o plantão do desembargador federal Rogério Favreto, em julho de 2020, para que Lula não fosse solto; v) o fato de Moro ter sido nomeado ministro da Justiça de Bolsonaro, indicando que a sua atuação no caso de Lula premeditava este objetivo; e, por último, vi) a suspeição de Moro em razão do vazamento das conversas pouco republicanas entre o ex-juiz e os procuradores da força-tarefa da Lava Jato.

Na verdade, Guerra *et al.* (2019, p. 160) concluem que, em vez de informarem seus públicos sobre o funcionamento do sistema político-econômico do País, os meios de comunicação escondem as distorções presentes na sociedade, protegendo os interesses dos grandes rentistas e mantendo-os fora do alcance e do pensamento “[...] das trabalhadoras e dos trabalhadores que vivem indignados e insatisfeitos – com toda a razão –, por causa da desigualdade latente e profunda que existe no Brasil”. No mesmo viés, Bucci e Abramo (2019, p. 129) afirmam que a imprensa brasileira foi parte intrínseca do processo de produção do golpe que levou à derrubada de Dilma Rousseff e ao impedimento da candidatura de Lula nas eleições de 2018:

De um modo geral, é possível inferir que a grande imprensa e o jornalismo corporativo promoveram o que podemos denominar como esvaziamento da política, ao atuarem, através de seus vários noticiamentos, com a validação de decisões autoritárias ou o reforço de silêncios estratégicos. A imprensa, com seu poder de propaganda, foi, seguramente, um desses atores políticos que interferiram no golpe que derrubou Dilma Rousseff. Essa mesma imprensa fabricou narrativas, amplamente

⁷⁰ Cf.: <https://bit.ly/2RD0tgi>. Acesso em: 8 abr. 2021.

⁷¹ Proner *et al.* (2017, p. 202) esclarecem que um processo normal, nos termos democráticos, deve centrar sua estruturação na compreensão cênica defendida por Winfried Hassemer, segundo a qual o magistrado, no papel de expectador, assiste às histórias dos atores processuais de modo que, ao final do processo de diálogo, chega a um juízo sobre o caso produzido. Jamais como participante, da forma como aconteceu no caso Lula.

⁷² Cf.: <https://bit.ly/3u3mZft>. Acesso em 30 abr. 2021.

compartilhadas em redes sociais, que foram utilizadas como provas de acusações falsas contra o ex-presidente Lula.

Dessa forma, Guerra *et al.* (2019, p. 162) apregoam ser imperioso lembrar de que o voto, a ideologia, os interesses e os anseios de cada cidadã e cidadão são baseados nas informações a que estes são expostos durante toda a vida, e que tais meios de comunicação se encontram associados a uma classe social e vinculados a um lado da disputa apenas.

Como indaga Chomsky (1997 *apud* COIMBRA, 2001, p. 35), será que o Brasil, ou qualquer outro país, pode passar por eleições justas quando a mídia se encontra majoritariamente nas mãos de uma classe social, das grandes riquezas e das instituições financeiras, sem precisar responder a ninguém? A própria democracia pode coexistir com tamanha concentração, compromisso e poder, por parte da mídia, de determinar à sociedade o que é bom e o que não é? Afinal, conclui o autor, são empresas e interesses privados que dominam e determinam a vida econômica e política da nação.

3.3.3 Judiciário

Sobre o fato de a corrupção estar historicamente incrustada no Judiciário, muito já se falou no presente estudo, porém a pergunta remanescente aponta para o motivo de a sociedade e a elite aceitarem tal processo. Mascaro (2018, p. 174) defende que tal processo é tolerado pelo fato de o Judiciário interpretar papel importante no meio de produção capitalista. Todos os atores e as instituições do Judiciário são necessários às relações sociais capitalistas, afinal a mercadoria é transacional e, dessa forma, exige o direito para assegurá-la, diferentemente dos modos de produção existentes anteriormente.

Para que o trabalhador seja levado ao trabalho e ali explorado nos termos capitalistas, o instrumento por excelência de tal vínculo é a forma jurídica. [...] Para que o capitalismo se estruture em termos de exploração do trabalho assalariado, surgirá a figura central do sujeito de direito. [...] A categoria sujeito do direito, celebrada como a anunciadora da nova era dos direitos humanos, é, na verdade, a forma necessária por meio da qual a plena reprodução capitalista se assenta. (MASCARO, 2018, p. 174).

Dessa forma, o referido autor conclui que o Judiciário não é só uma caricatura de seus magistrados, da mesma forma como o direito não é a límpida técnica de cidadania que o bacharel aprendeu nos bancos escolares; pelo contrário, há uma indissolúvel ligação entre direito, seus operadores, o Estado e o capitalismo, já que o poder Judiciário tem uma razão e um papel a desempenhar na conformação da estrutura social (MASCARO, 2018). O julgamento

e o comportamento dos juízes tendem a cumprir o papel de reafirmar e garantir a ordem estabelecida, não necessariamente com imparcialidade, mas sim como engrenagem sistêmica.

Condenar líderes políticos populares não é nenhuma novidade na história. O ato estatal de sentenciar repleto de parcialidade e injustiça é mais recorrente do que se possa imaginar, afinal a tradição jurídica ocidental sempre se utilizou do direito para legitimar as formas estruturais de opressão. (PRONER *et al.*, 2017, p. 413).

Dessa forma, por meio dos magistrados, aos quais é atribuído um papel importante, o Judiciário submete os demais poderes e, em alguns casos, os interesses da sociedade a seus próprios interesses pontuais, ou aos da elite, que o coordena em um teatro jurídico ritualista, tecido em uma discreta teia de poder, sem oposição, contradições ou questionamentos por parte dos operadores do sistema, das elites estabelecidas, da ordem legalista ou da técnica. Até seu engessamento ou sua rapidez fazem parte do papel a ser desempenhado, qual seja, servir aos interesses do capital e barrar opiniões progressistas.⁷³ Assim,

[...] concluímos que injustiças judiciais estão sendo praticadas aos montes e denunciá-las é um dever ético. Se o Estado no passado foi capaz de fabricar sentenças injustas e ilegais contra líderes políticos como Tiradentes, Olga Benário, Mandela e Gandhi, entre outros, por qual motivo o presente não faria o mesmo? Quais as garantias de que perseguições políticas contra líderes populares não mais ocorrerão? No Estado democrático de direito deveria ser a Constituição o limite do arbítrio estatal e a garantia de que nenhum ser humano seja perseguido e injustiçado. (PRONER *et al.*, 2017, p. 413).

Ribeiro (2019, p. 216) identifica no combate à corrupção, corroborando a análise de outros autores, uma estratégia de poder, como ocorreu no caso em questão, cujo ápice foi o golpe parlamentar-civil-judicial de 2016:

Em tempos que o combate à corrupção é visto por muitos como objetivo principal da nação, capaz de justificar o afastamento de garantias constitucionais do cidadão, erigindo super heróis, contribuindo para o golpe parlamentar de 2016, influenciando nas eleições de 2018 e ofuscando a necessária atenção para a escandalosa série de medidas legislativas propostas pelos governos que se seguiram ao *impeachment* de 2016, em direção ao aumento da desigualdade social, como congelamento dos gastos sociais, a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

⁷³ Em 9 de julho de 2020, durante a presente pesquisa, a mesma justiça célere e rígida que prendeu e condenou Lula em um processo cujos prazos foram praticamente ‘telepáticos’ e o peso da lei se mostrou demasiado pesado, resolveu tomar uma decisão inédita e conceder prisão domiciliar a uma fugitiva da justiça. O caso apareceu no painel da *Folha de São Paulo* e diz respeito a Márcia Aguiar, mulher de Fabrício Queiroz, o ex-motorista da família Bolsonaro. O argumento utilizado pelo advogado, embora tenha sido aceito pelo juiz, não possui previsão na lei: a necessidade de a esposa ter que cuidar do marido. O Código do Processo Penal diz que o juiz pode substituir a prisão por domiciliar quando se tratar de “mulher com filho de até 12 anos” ou “homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 anos”, mas não para foragidos (BRASIL, 1941).

O referido autor chama a atenção para o que foi utilizado para tentar justificar a exceção:⁷⁴ a retórica da corrupção. Tal retórica mobiliza militantes e atores sociais como o Judiciário, a mídia e a classe média, como forma de manutenção apenas de um grupo no poder, de forma a manter a persistente distribuição de renda que prioriza os ricos em detrimento da renda e do direito dos pobres. Uma cruzada que, quando ocorre, é conduzida em benefício das classes mais altas da pirâmide social brasileira (RIBEIRO, 2019).

Recente artigo do professor Raul Zaffaroni (2021) identificou a aplicação de uma nova estratégia no mundo, similar à do Plano Condor das décadas de 1970 e 1980, executada agora pelas vias judiciais, cuja finalidade seria excluir das disputas eleitorais qualquer líder político que possa representar ameaça ao novo neoliberalismo totalitário e ao capitalismo global. Utiliza como exemplos a similaridade entre o que ocorreu no Brasil, com Lula, na Argentina, com Cristina Kirchner, no Peru, com Ollanta Humalla, no Equador, com Rafal Correa, no Paraguai, com Fernando Lugo e, antes, em Honduras, com Mel Zelaya. É o *lawfare* político, ou, como dito antes, o uso do processo e do Judiciário como instrumentos de perseguição política, conforme defendem Santoro e Tavares (2017, p. 50).

No final, o que incomoda mesmo no Brasil

[...] não é a corrupção, o tráfico de drogas em helicópteros, lanchas ou o contrabando de produtos eletrônicos em contêineres vindos dos EUA. A sonegação fiscal não incomoda se for para “fortalecer a empresa e gerar empregos”. O tráfico de armas também não incomoda se for para a proteção de latifúndios, pois neste país o agro é pop! O que incomoda é o menino negro que trafica para comprar o tênis da propaganda, o índio que se arma para proteger a própria vida ou, ainda, o retirante que se torna presidente da República e se transforma em referência mundial no combate à pobreza. (PRONER *et al.*, 2017, p. 415).

Ou seja, sob a égide do combate à corrupção, o poder Judiciário foi manuseado como importante instrumento tático, dando guarida à cassação de Dilma e sentenciando Lula sem provas específicas do delito e da autoria.

Para finalizar a análise, é importante salientar que, conforme defendem Proner *et al.* (2017, p. 417), no caso do ex-presidente Lula, a legislação utilizada para condená-lo está em

⁷⁴ Giorgio Agamben, filósofo italiano que se debruçou sobre o tema da exceção, explica-nos que a prática da exceção se revela na medida em que há a suspensão do Direito, fenômeno que ele identifica como “guerra civil legal”, ou seja, aplica-se um determinado entendimento, devido à excepcionalidade do caso, e após a superação deste momento único, volta-se à regular aplicação do ordenamento jurídico. Na Operação Lava Jato, o que temos visto é o seu tratamento excepcional, com práticas como estas acima mencionadas, que fogem ao Direito. Para que se justifique a prática da exceção perante a sociedade, e em especial perante a opinião pública, é importante que exista a figura do inimigo, pois a este, pelo papel que possui na sociedade, não se deve reconhecer prerrogativas e garantias mínimas, ao contrário, ele deve ser combatido. Para o jurista Eugênio Raúl Zaffaroni, a figura do inimigo numa sociedade é o primeiro germe ou o primeiro sintoma da destruição autoritária do Estado de Direito. Sendo assim, entendemos que o inimigo neste momento da história, ao que tudo indica, é o Partido dos Trabalhadores, na figura do ex-presidente Lula (PRONER *et al.*, 2017, p. 286).

parte “imperdoavelmente desatualizada”,⁷⁵ fortalecendo a tese de que o papel do Judiciário se resume a servir aos interesses do capital e barrar opiniões progressistas.

Como defende a autora, a sentença torna-se uma mera formalidade, desde que chancele a narrativa previamente apresentada à audiência, com cobertura midiática em que dois atores – mídia e Judiciário – cumprem o mesmo papel na disputa pelo bastão do poder, em situações percebidas de 1950 a 2017, nas quais os julgamentos ocorreram na e pela mídia (PRONER *et al.*, 2017, p. 536).

3.3.4 Congresso Nacional

Uma vez que as instituições têm se mostrado instrumentos de manutenção e reprodução da dominação implantada no País, com o Parlamento não poderia ser diferente. No Brasil, seja em âmbito municipal, estadual ou federal, o Parlamento é um espaço privilegiado de resistências às lutas populares, de conciliação entre oligarquias para a manutenção de seus espaços de dominação econômica e social e de perpetuação dos símbolos e valores comportamentais dessas elites na sociedade.

Alencastro (1987, p. 69) corrobora tal diagnóstico, apontando que,

[...] desde a Independência, as instituições colegiadas e as assembleias, tanto a assembleia nacional como as câmaras municipais e, em seguida, as assembleias provinciais, configuram-se como os lugares privilegiados de conciliação entre as diferentes oligarquias regionais. [...] Esboçam-se aqui os traços históricos originais que marcam o autoritarismo brasileiro: a prática de um jogo parlamentar restrito que permite a conciliação das elites, excluindo as camadas populares dos centros de decisão, e a existência no seio da administração pública de uma corrente que preconiza a modernização do país pela via autoritária.

Tal sentimento de que o Estado pertence à elite permeia as instituições de todos os poderes constituídos, desde o Brasil Colônia até a atualidade. No Brasil, a obstaculização do desenvolvimento dos direitos de cidadania encontra-se intrinsecamente ligada à formação do Estado Nacional, sobretudo à sua construção histórica, agravada pela perpetuação da lógica da grande propriedade privada, do escravismo e do latifúndio monocultor. Como resultado, observa-se no Brasil a formação de um capitalismo subdesenvolvido, que perpetrou um mercado de trabalho marcado pela precarização, pelo desemprego e pela exclusão.

⁷⁵ Moro fundamentou a condenação de Lula no artigo 317 do Código Penal e no artigo 1º, inciso V, da Lei 9.613, de 3 de março de 1998. Ocorre que o inciso V está revogado desde 2012, pela Lei nº 12.683, de 9 de julho. Disponível em: <https://bit.ly/3osZ6go>. Acesso em: 1º maio 2021.

O Estado Nacional é um ator fundamental para o desenvolvimento do Brasil, mas também um espaço permanentemente disputado pelas elites nacionais. A construção da cidadania no Brasil é resultado de uma gama de contradições, sendo que a maior parte da história nacional foi marcada pela ausência de bases para a construção dos direitos da cidadania.

Desde os primeiros momentos democráticos no Brasil, com o exercício direto ao voto, a marca mais forte foi o pacto do clientelismo, já que a cidadania não era universalizante, mas sim restritiva e limitada. O direito à participação política era diretamente relacionado ao poder econômico dos cidadãos; e o voto, proibido para as mulheres, os pobres e os analfabetos.

Nesse contexto, Alencastro (1987 p. 68-70) afirma que as circunstâncias que envolveram a independência do Brasil marcaram profundamente a identidade cultural do País e a legitimidade política que ainda hoje serve de fundamento às classes dirigentes. Além disso, desde a Independência, as instituições colegiadas e as assembleias sempre foram lugares privilegiados de conciliação entre as oligarquias regionais.

A democracia brasileira, segundo Avritzer (2016, p. 85), mostrou indicadores positivos durante os governos Lula e Dilma, no que diz respeito à qualidade da sua dimensão procedimental e da sua dimensão material. Essa melhoria da democracia causou incômodo, como já mencionado, principalmente em razão da implementação das políticas redistributivas, que, conforme visto, impactaram a tradicional classe média do Brasil, bem representada no Congresso Nacional, entendida como um determinado grupo que, historicamente, usufrui de suas posições de poder, das relações sociais subalternizantes e se valeu de formas ilegais e ilegítimas para a institucionalização dos seus privilégios.

Aparentemente sem entender o estágio de desenvolvimento do sistema de produção mundial e a disputa pelo bastão do poder político em curso, o PT e a presidenta Dilma tentaram saídas tupiniquins⁷⁶ para frear o processo e reverter as sucessivas derrotas no Congresso Nacional. De acordo com Guerra *et al.* (2017a, p. 78), Dilma nomeou⁷⁷ seu vice, Michel Temer, para a Secretaria de Relações Institucionais, pasta com *status* de ministério, responsável pela articulação entre o governo e o Congresso Nacional, bem como pela relação com os partidos políticos e os governadores.

Ao invés de defender o governo classista, cujo projeto, chancelado pela maioria da população, o havia eleito vice-presidente, Temer voltou com o já mencionado Programa ‘Uma

⁷⁶ O termo aqui é empregado coloquialmente, como sinônimo de um certo nacionalismo *sui generis* ou um determinado contorno especificamente brasileiro.

⁷⁷ Em despacho, Dilma diz ainda que Temer irá “exercer as atribuições de coordenação política, de condução do relacionamento do governo com o Congresso Nacional e os Partidos Políticos e de interlocução com os Estados”. Cf.: <https://bit.ly/2SYr9bH>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Ponte para o Futuro’, em que reafirmava que a elite não deixaria de “parecer moderna”, como historicamente o faz, seguindo o receituário importado.

Percebe-se como Avritzer (2016, p. 85) se antecipou ao caracterizar a elite brasileira. De acordo como o autor, ela mistura elementos clássicos com elementos contemporâneos. É uma elite acostumada ao escravismo, mas que gosta de parecer moderna; acompanha, no Brasil, a junção teórica e operacional, observada também por Ribeiro (2019, p. 211), do neoliberalismo mundial, que, impaciente com tantos representantes das classes de baixo conduzindo os aparatos e as políticas públicas estatais, alia-se com a extrema-direita em manobra para recuperar o poder político, potencializando as suas concepções religiosas, anti-intelectuais, antiglobalização e negadoras dos direitos humanos.

Dessa forma, o comportamento do Congresso Nacional não poderia ser outro, pois, nessa fase autoritária do neoliberalismo, a moda é a austeridade como política de Estado, de caráter seletivo, privilegiando os interesses dos que estão no topo em detrimento dos direitos da maioria da população. E a democracia, antes uma aliada, passa a ser um entrave às regras do jogo do neoliberalismo e à manutenção das regalias experimentadas pela elite nacional, tão bem representada no Parlamento brasileiro, que assume definitivamente a defesa da agenda econômica liberal e da propriedade privada, enfatizando a questão da corrupção, obviamente, tão somente como forma de fragilizar os governos progressistas.

Assim, não foi só a conjuntura nacional que levou o Congresso Nacional a cassar o mandato da presidenta Dilma; também teve influência nessa empreitada a nova agenda ditada pelo neoliberalismo, com nova governança regida pela elite, implantada após a crise de 2008, sem apego à democracia e com o aval do mercado, com contribuição elevada de intervenção moral através da grande mídia, que praticamente organizou os imensos protestos da direita ‘verde-amarela’.

Juntamente com essa alteração de rumos do Estado a partir dos ditames neoliberais, veio à luz o neoconservadorismo, que, conforme defende Harvey (2008), seria o mesmo neoliberalismo sem o véu que esconde o autoritarismo, construído no seio do rentismo mundial. Essa elite conduz as ações da classe média, do Judiciário, da imprensa e dos instrumentos de Estado, além, é claro, do comportamento dos seus parlamentares, com o firme propósito de garantir a acumulação e a concentração de renda, para o qual o bastão do poder político e o controle do Estado e de suas políticas são ferramentas essenciais. Como defendem Guerra *et al.* (2017a, p. 64), a grande imprensa sustentou a atuação política do Judiciário e das instituições de controle do Estado, o que resultou num

[...] julgamento ritualístico que se fez necessário para encortinar o propósito não previsto pelas instituições da democracia brasileira regidas pela Constituição Cidadã de 1988: derrubar o governo eleito antes do prazo estabelecido pelo calendário eleitoral, sem um crime de responsabilidade que justifique tal queda. [...] com a falência do plano eleitoral a oposição tornou-se golpista. No melhor estilo “a democracia só serve quando os resultados nos favorecem”. (GUERRA *et al.*, 2017a, p. 64-65).

3.3.5 Atores extraterritoriais

Streck e Carvalho (2020, p. 276-278) abordam outra peça-chave do quebra cabeça, desenvolvida a partir dos anos de 1970 nos Estados Unidos, onde, para combater a corrupção, organizou-se uma monumental máquina de cooptação, suborno e desestabilização de setores do aparelho de Estado e de empresas estatais ou privadas. É o *Foreign Corrupt Practices Act*, ou

[...] a Lei de Práticas de Corrupção no Exterior, uma lei federal dos Estados Unidos datada do ano de 1977, aprovada com o fim de combater o suborno de funcionários públicos norte-americanos no exterior. Essa legislação, com alterações subsequentes, passou a ser a espinha dorsal da extraterritorialidade do direito norte-americano, submetendo empresas e Estados à jurisdição daquele país e chamando a atenção do mundo a respeito dos riscos de transformar boas práticas de combate à corrupção em armas normativas para absorver ou eliminar concorrentes e estender mercados. (STRECK; CARVALHO, 2020, p. 278).

A extraterritorialidade pode ser entendida aqui, portanto, nos termos dos referidos autores, como uma complexa articulação entre política e legislação, constantemente aperfeiçoada para eliminar concorrentes externos, absorver empresas e expandir mercados utilizando-se da retórica do combate à corrupção. Dessa forma, o combate ao fenômeno da corrupção, que, em tese, afetaria os interesses estadunidenses, é entendido como um trunfo, estudado nas academias militares como instrumento de guerras híbridas, as quais são empreendidas, sobretudo, com a manipulação do direito, pois articulam a maior rede de espionagem do planeta. Para tanto, agentes norte-americanos são lotados em embaixadas e em países-alvo, a fim de mobilizar legislações, entidades do poder público e entidades locais em ações pilotadas pelas agências especializadas dos EUA – CIA,⁷⁸ NSA⁷⁹ e FBI⁸⁰ –, com vistas a obter informações através de colaboradores, fontes remuneradas e facilitadores diversos em

⁷⁸ É uma agência de inteligência civil do governo estadunidense, responsável por investigar e fornecer informações, através de atividades secretas, coleta de dados e contrainteligência exclusivamente focada em assuntos externos, para o gabinete do presidente.

⁷⁹ National Security Agency ou Agência de Nacional de Segurança, órgão estadunidense dedicado a proteger as comunicações, incluindo interceptação e criptoanálise.

⁸⁰ Federal Bureau of Investigation ou Departamento Federal de Investigação, unidade de polícia do Departamento de Justiça dos Estados Unidos que serve tanto como uma polícia de investigação quanto como serviço de inteligência interno e de contrainteligência no território nacional. Curiosamente, possui mais de cinquenta escritórios localizados dentro das embaixadas estadunidenses ao redor do mundo.

cada país e em cada situação, podendo levar à troca de bastão do poder político entre classes e atores e, na maior parte dos casos, lesionando os interesses da nação sobre a qual atuam.

As regras de confidencialidade, incluídas nos contratos de leniência, incluem a declaração de culpa e, em geral, a possibilidade de implicação em processos penais de responsabilização individual. Eis a razão pela qual é tão difícil desarmar o esquema de colaboração coercitiva unilateral que representa a extraterritorialidade nesses termos. (STRECK; CARVALHO, 2020, p. 284).

Mascaro (2018, p. 89), por sua vez, identifica uma ruptura marcante, levada a efeito pelos governos Lula e Dilma como política de Estado no plano internacional, entre 2003 e 2016, a qual se diferencia das ações empreendidas pelos governos pós-redemocratização, o que chamou a atenção das potências internacionais, a exemplo das inserções mais proeminentes executadas pelo Ministério das Relações Exteriores, que privilegiou as relações Sul-Sul do globo, a criação do Bloco Brics⁸¹ e a expansão do capital nacional para diversos países desse eixo. Tal presença é notada pela expansão e a atitude concorrencial de empresas estatais como a Petrobras, a Embraer, o BNDES e de empresas privadas dos setores de construção civil e alimentos, como carnes, frangos e soja. Dessa forma, o autor defende que o Golpe de 2016 teve em vista restabelecer o modelo anterior de alinhamento primordial aos EUA e a consequente transferência de rendas ao capital competidor externo, através da quebra de empresas nacionais, da retomada de espaços comerciais, além da espoliação estatal, como a rapinagem dos campos do pré-sal e da alteração significativa das políticas internas, que, entre outras consequências, levaram ao definhamento dos bancos públicos.

A conjuntura alterada por interesses e ações exógenas, ou extraterritoriais, não é exclusividade brasileira. A intervenção a partir dos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos, também são percebidos em outros países, através de uma rede de corrupção funcional e do uso do *lawfare*.

Tomamos o *lawfare* aqui como o uso do direito para fins de perseguição de inimigos políticos, destruição de biografias, destruição de empresas e empregos, com o único fim de produzir desestabilização econômica e empresarial, além de desajustes políticos, com imensos ganhos no contexto da política externa regional para os Estados Unidos, na forma como defende Mascaro (2018, p. 91), favorecendo o setor financeiro internacional, enfraquecendo e

⁸¹ A sigla é um acrônimo da língua inglesa para uma aliança formada pelo Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul. A sigla passou a ser amplamente usada como um símbolo da mudança no poder econômico global, distanciando-se das economias desenvolvidas do G7 em relação ao mundo em desenvolvimento, com a adoção de relações bilaterais entre os cinco países, conduzidas com base nos princípios de não interferência, igualdade e benefício mútuo.

realinhando os setores de produção, serviço e comércio nacionais em torno do mercado financeiro. Práticas estas que precisam ser denunciadas e combatidas, pois,

[...] além do direito internacional em franco descumprimento, também o sistema de privacidade de dados precisa ser assegurado até que todas as garantias de defesa sejam preservadas, a começar pela presunção de inocência. A mídia e a espetacularização têm responsabilidade nas biografias sacrificadas, assim como o processo penal e investigatório com graves consequências à sociedade pela não observância da presunção de inocência. A generalização da exceção numa sociedade preventiva e excepcional não pode prosseguir. (STRECK; CARVALHO, 2020, p. 286).

Dessa forma, as ações ocorridas no Brasil, que culminaram com o afastamento de Dilma Rousseff, em 2016, e a prisão do ex-presidente Lula, em 2018, observaram uma matriz pensada e executada pelo interesse econômico e a política imperialista estadunidense, rearranjando a disputa concorrencial entre frações do capital interno e externo, bem como utilizando-se dos mecanismos de delação premiada⁸² e do horror momentâneo à corrupção, veiculado ininterruptamente pela imprensa, que inundou os noticiários do período. A espetacularização midiática da corrupção suscitou a indignação popular e o apoio à visível falta de imparcialidade dos instrumentos de justiça utilizados durante os processos.

Agentes norte-americanos, incluindo integrantes do FBI, atuaram secretamente no caso, estiveram em território nacional para iniciar diligências de investigação e atuaram na sede do Ministério Público Federal de Curitiba, tudo isso à revelia do Ministério da Justiça do então governo de Dilma Rousseff. Durante uma semana, os agentes estrangeiros foram apresentados aos advogados de delatores e ali teve início um profícuo processo de colaboração, aconselhamento e apoio por parte do MPF para facilitar a instalação da extraterritorialidade. (STRECK; CARVALHO, 2020, p. 288).

O método da espetacularização perseguiu ministros e agentes de governo, desestabilizando o Estado, causando furor popular, levando à cassação de uma presidenta democraticamente eleita e alçando ao poder o mais impopular⁸³ personagem da política brasileira, Michel Temer. Posteriormente, resguardou da crítica os processos meteóricos com prazos telepáticos que levaram à prisão, em tempo recorde, o líder de todas as pesquisas à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, impedindo-o de disputar tal pleito.

Conforme nos esclarecem os autores, no que diz respeito ao processo contra Lula, em 2018,

⁸² “A lógica do ‘passarinho preso canta melhor’ já foi inclusive assumida, basta recordar a seguinte manifestação de um membro do MPF: ‘A conveniência da instrução criminal mostra-se presente não só na cautela de impedir que investigados destruam provas, o que é bastante provável no caso do paciente, mas também na possibilidade de a segregação influenciá-lo na vontade de colaborar na apuração de responsabilidade, o que tem se mostrado bastante fértil nos últimos tempos’” (LOPES JR.; ROSA, 2017). Disponível em: <https://bit.ly/3ouzIqF>. Acesso em: 8 abr. 2021.

⁸³ De acordo com o Relatório de Pesquisa CNT/MDA, rodada 146, 2020, Temer atingiu 81,5% de negatividade na opinião dos entrevistados em maio de 2018.

As consequências do julgamento do caso triplex e a confirmação do *decisum* pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região de forma acelerada e atípica acarretaram inestimáveis consequências para o paciente e mesmo para sociedade, considerando as eleições de 2018 e a real possibilidade do paciente, aprisionado por antecipação, incomunicável por mais de 580 dias, ganhar o pleito e governar o país. Os vazamentos da agência The Intercept Brasil ao longo de 2019 e 2020 dão conta de uma relação de conluio ilegal entre Dallagnol e a força-tarefa da Lava-Jato com o ex-juiz Moro visando à condenação do ex-Presidente e a forçando uma relação de corrupção sistêmica com a Petrobras e outras empresas. O mais impressionante, no entanto, conforme revelam os últimos vazamentos, foi a colaboração ilegal dos integrantes do MPF de Curitiba com agente do FBI e do Departamento de Justiça durante os anos de 2015 e 2016, à revelia do Ministério da Justiça e em franca violação de tratados internacionais. (STRECK; CARVALHO, 2020, p. 287).

A fórmula importada oferece um desfecho já conhecido: a absoluta submissão do País aos interesses econômicos e políticos hegemônicos mundiais, com a eliminação da disputa política através da manipulação midiática e do manuseio dos instrumentos jurídicos e de um sem-número de agentes políticos desenvolvimentistas e nacionalistas, forçando a acomodação do bastão do poder político na mão de outra classe.

Tal movimento só foi possível pela utilização do argumento aglutinador do combate à corrupção, pela adesão voluntária da classe média, conduzida pelos meios de comunicação, e pelos interesses da elite econômica associada ao capitalismo internacional, em sua fase neoliberal e rentista, tudo com o auxílio imprescindível do Executivo e do Judiciário nacionais.

4 PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS NAS PRIORIDADES DO ESTADO BRASILEIRO

De acordo com Proner *et al.* (2017, p. 14), o retrocesso imposto ao País, através das manobras executadas pela elite que culminaram com a retirada da presidenta Dilma Rousseff da Presidência, a posse de Michel Temer, a prisão do ex-presidente Lula e a eleição de Bolsonaro, foi ímpar. Essa manobra prejudicou as classes mais pobres, garantiu maior controle do Estado por parte da elite, alinhando-o aos interesses econômicos nacionais e internacionais.

Após governos do PT, que foram democraticamente estabelecidos, pelas regras vigentes no Estado de direito, assumem a presidência respectivamente Michel Temer e Jair Bolsonaro, com regras diferentes, além disso, ambos governos defensores dos interesses das elites econômicas e com práticas contrárias às políticas públicas estatais dirigidas ao estrato mais necessitado da população.

Nesses termos, Temer assume interinamente dia 12 de maio de 2016, enquanto o julgamento político da presidenta Dilma ocorria. Muitas de suas políticas foram tomadas por meio do instrumento da Medida Provisória⁸⁴ (MP), que tem vigência imediata, com duração de 60 dias, prorrogáveis por igual prazo, durante o qual pode ser submetida ao Parlamento, a fim de que se converta em lei, caso contrário, perde seus efeitos. Foram 143 MPs na sua gestão. Mesmo diminuindo no final do governo, em 2018, Michel Temer publicou mais de uma MP por semana.

Desde o primeiro dia, foi adotado um conjunto de ações diametralmente opostas ao plano de governo vencedor nas eleições de 2014. Ao assumir como presidente interino, Temer assinalou que seu governo seria reformista. Assim, demitiu o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, tido como desenvolvimentista, e nomeou em seu lugar Henrique Meirelles, tido como ortodoxo, contrário à intervenção estatal na economia e defensor, como já mencionado, de políticas de manutenção da confiança dos rentistas.

O governo Michel Temer, encampando o projeto “pontes para o futuro” convocou dois economistas oriundos do mercado financeiro para comandar a estratégia econômica: Henrique Meirelles no ministério da Fazenda e Ilan Goldfajn na presidência do Banco Central. Já em suas primeiras declarações, a dupla econômica de Temer deixou claro qual seria sua estratégia, que representa na realidade um aprofundamento da agenda neoliberal em todos os aspectos. (GUERRA *et al.*, 2017a, p. 217).

⁸⁴ Uma MP só poderia ser editada, por força do art. 62 da Constituição Federal, em casos de relevância e urgência.

Ainda no dia 12 de maio, Temer extinguiu os Ministérios da Cultura, das Comunicações, das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos humanos, a Casa Militar da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Controladoria Geral da União. Nomeou um ministério novo, todo composto de homens brancos e ricos. Cumpre assinalar que de forma alguma se comportou como um interino, dada a certeza do desfecho preparado para o julgamento das ‘pedaladas fiscais’, e agiu, em nome da elite, como se fosse o início de um novo governo, sinalizando aos setores conservadores que o período de expansão dos direitos e de inserção de agendas sociais humanitárias no Executivo havia terminado (AVRITZER, 2016, p. 141). O bastão do poder voltava para as mãos das classes de cima.

Em 18 de maio, Temer nomeou para líder do governo na Câmara o deputado André Moura, do Partido Social Cristão de Sergipe (PSC/SE), envolvido em seis inquéritos no STF por acusações de apropriação indébita, homicídio, etc., sem que nenhum protesto ou desconforto fosse levantado pela mídia.

Argumentando rombo nas contas públicas, Meirelles apresenta a necessidade de fazer uma reforma na previdência, que, entre outras medidas, aumentaria a idade para a aposentadoria do trabalhador. A reforma da previdência defendida por Meirelles foi encaminhada ao Congresso em 5 de dezembro de 2016, mas sua tramitação foi lenta. Porém, uma série de medidas foram sendo tomadas no decorrer do mandato, de forma a dificultar o acesso à seguridade por parte do trabalhador, como as limitações impostas pela MP nº 739/2016, referentes ao benefício por incapacidade, e a exigência imposta aos governadores de aumentar a contribuição previdenciária dos servidores estaduais, por exemplo.

Para exemplificar a mudança de prioridades do ‘novo’ governo, o ministro da Saúde⁸⁵ afirmou que não existia a possibilidade de o Estado garantir o acesso universal à saúde, dessa forma, para o ministro, o “[...] cidadão tem que saber até onde pode receber”, conforme observado por Avritzer (2016, p. 142).

No dia de sua ‘posse’ como interino, Temer editou a MP nº 727/2016, criando o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com o objetivo de facilitar as privatizações, que agora estavam no centro da ação de governo. Como testemunho, o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, revelou que a ordem recebida do presidente interino era privatizar⁸⁶ “o que for possível”. De outra forma, destinou significativa quantidade de recursos para serem repassados ao empresariado que quisesse adquirir empresas sob o controle do Estado. Tal MP

⁸⁵ Entrevista concedida a Ricardo Barros em 16 de maio de 2016, por ocasião da posse no cargo de ministro de Saúde. Disponível em: <https://bit.ly/2SdnOW8>. Acesso em: 8 abr. 2021.

⁸⁶ Cf.: <https://bit.ly/2Qw6haY>. Acesso em: 8 abr. 2021.

foi convertida posteriormente na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, um entrave às possibilidades futuras de um novo Estado indutor do desenvolvimento econômico e social.

Outro impacto sofrido pelo País foi a reforma na educação, mais especificamente no Ensino Médio, encaminhada ao Congresso em 22 de setembro de 2016,⁸⁷ através da MP nº 746/2016, que autoriza a contratação de professores sem licenciatura e prioriza o treinamento técnico, voltado ao trabalho nas empresas e retira matérias fundamentais à formação do ser humano dos currículos obrigatórios ou deixa-as como não obrigatórias no currículo escolar, ignorando, com seus famigerados itinerários formativos, as péssimas condições de algumas escolas pelo Brasil. Especialistas apontam que a consequência disso será o aumento da disparidade entre a classe mais pobre e aqueles que podem acessar a educação privada, ampliando o abismo entre ricos e pobres, como ocorria até 2002.

A política para esse setor ficou clara desde o primeiro dia, afinal o ministro da Educação, tão logo assumiu, mandou suspender as inscrições para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), os três principais programas do ministério durante as gestões Lula e Dilma. Através de ações como as constantes na MP nº 741/2016, que tiram responsabilidades do governo federal com o Fies, suspendeu-se a concessão de novas bolsas para o Programa Ciência sem Fronteiras. Em 8 de fevereiro de 2017, o Senado aprovou a MP, que, em 16 de fevereiro, foi sancionada como a Lei nº 13.415 pelo presidente.⁸⁸

Na contramão da austeridade, em 7 de julho de 2016, o Congresso Nacional aprovou novas regras, com aumento das Desvinculações de Recursos da União (DRU),⁸⁹ criadas inicialmente em 1994, por FHC, e reeditadas por Temer, de forma a dispor desse expediente até 2023, um cheque em branco para o presidente gastar o orçamento federal como quiser, sem observar os percentuais mínimos de investimento previstos em lei.

Importante salientar que o governo Temer, que defendia a autonomia do Banco do Brasil, por exemplo, promoveu, de acordo com Guerra *et al.* (2019, p. 274), a retirada da autonomia da Empresa Brasil de Comunicações (EBC). Algumas das medidas foram a extinção do conselho curador, a interrupção do mandato de seus dirigentes e, através da MP nº 744/2016, a transformação da EBC em uma empresa governamental, sem autonomia pública de produção e divulgação de notícias.

⁸⁷ Cf.: <https://bit.ly/3v3Mlve>. Acesso em: 8 mar. 2021.

⁸⁸ Uma vitória dos movimentos em defesa da educação no Parlamento foi a manutenção de matérias como educação física, arte, sociologia e filosofia como disciplinas obrigatórias, através do artigo 35-A, parágrafo segundo.

⁸⁹ Cf.: <https://bit.ly/3oxEXWD>. Acesso em: 28 fev. 2021.

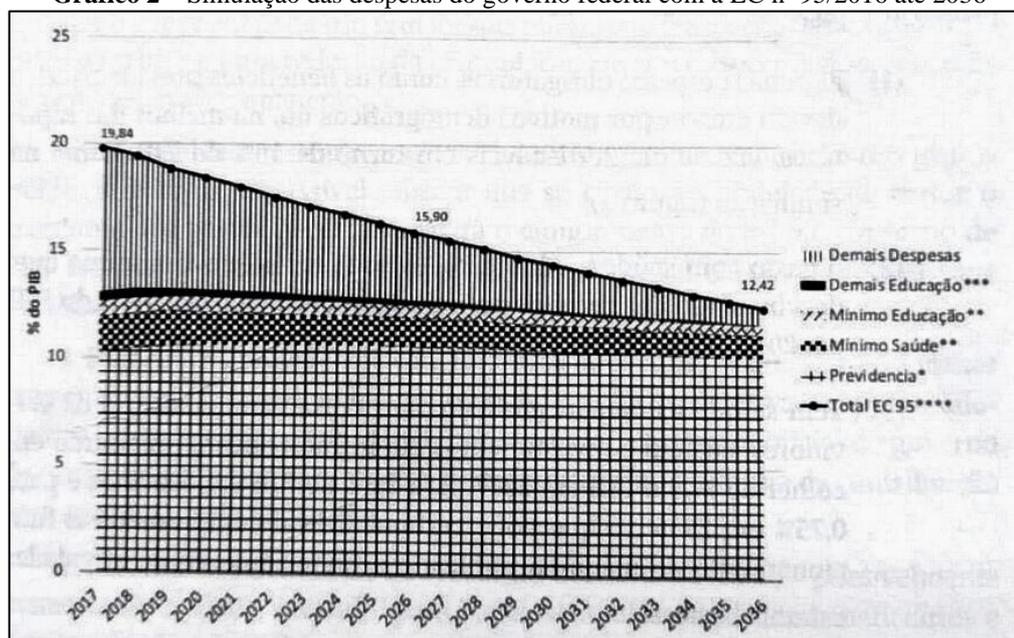
Ferreira (2020, p. 76) reforça o que já foi dito aqui, o fato de a retórica da corrupção ter mudado os rumos do País, principalmente quanto às políticas sociais e de distribuição de renda, apontando que,

A fim de retomar a hegemonia do ideário neoliberal previsto no programa acima citado, uma das primeiras medidas do governo Temer foi viabilizar a Emenda Constitucional 95/2016, de forma a incluir dispositivos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que estabeleceu um teto para os gastos públicos, que não podem crescer mais do que a inflação durante o período de 20 anos após a sua implementação. Na prática, isto significa que não haverá aumento dos investimentos públicos em determinada área sem que outra seja prejudicada, o que poderá causar o sucateamento das políticas sociais.

Essa Emenda Constitucional (EC) (BRASIL, 2016) limitou o aumento do gasto público à variação da inflação, tomando como base de reajuste o valor da inflação do ano anterior. Esse teto de gastos públicos teria validade de vinte anos, a partir de 2017, instituindo, dessa forma, um regime de austeridade permanente, que implica redução dos gastos do governo federal em áreas estratégicas, do ponto de vista *per capita* e em relação ao PIB, em oposição ao conceito de seguridade social, inserido e garantido pela Constituição Federal de 1988.

No Gráfico 2, a seguir, é possível observar a simulação das despesas do governo federal com a EC nº 95/2016 até 2036, período no qual ocorre uma redução projetada de 32%, desmontando o pacto social firmado através da Constituição Federal de 1988:

Gráfico 2 – Simulação das despesas do governo federal com a EC nº 95/2016 até 2036



Fonte: Tesouro Nacional (2017).

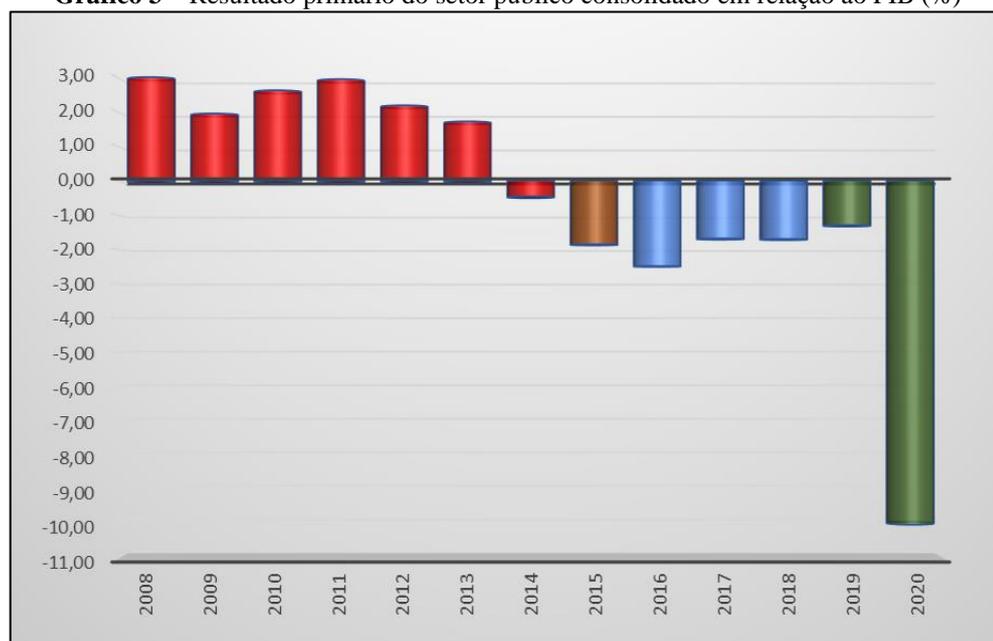
A EC nº 95/2016, de acordo com Fagnani (2018 *apud* FERREIRA, 2020, p. 77), constrói um novo Estado, baseado na lógica do Estado mínimo liberal, sob a alegação principal de que as demandas sociais não são compatíveis com o orçamento. Dessa forma, o

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese, considerando o mesmo paralelo, mas entre os anos de 2002 e 2015, estimou a perda de investimentos em educação no patamar de 47% (cerca de 377 bilhões de reais), bem como de 27% na saúde, o que corresponderia a aproximadamente 295 bilhões de reais. (DIEESE, 2016 *apud* FERREIRA, 2020, p. 79).

Segundo Souza (2018, p. 236), a EC nº 95/2016, que “congelou todos os gastos públicos com saúde, educação, ciência e tecnologia”, foi construída para “assegurar a continuidade desse esquema fraudulento que só beneficia a elite nacional e internacional e a alta classe média”. Sob o respaldo do velho argumento de que não existe dinheiro para saúde e educação, desde a década de 1930 até o atual rentismo, a elite e a alta classe média “[...] colonizam o espírito da população para assaltar o bolso da massa da classe média e do restante da população”. É bom que se ressalte que o Brasil foi o único país no mundo a constitucionalizar uma medida macroeconômica com teto de gastos e a engessar a administração pública federal por um longo período como esse.

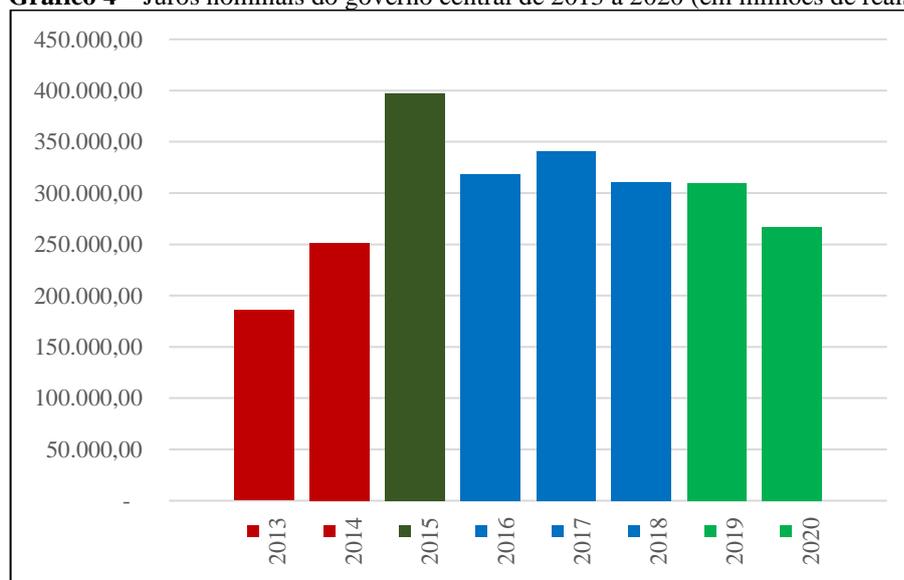
As medidas impostas pela bula neoliberal não se sustentam, se observarmos que nos governos petistas ocorriam *superávits* constantes, o PIB crescia e o PIB *per capita* também. De outra forma, quando há menor participação governamental, deixam de ocorrer os *superávits*⁹⁰ e passam a ocorrer *déficits* nas contas públicas, como pode ser observado no Gráfico 3, a seguir, cuja variação está plotada em porcentagem do PIB de cada ano:

⁹⁰ *Superávit* primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando-se os gastos com pagamento de juros. O *déficit* primário ocorre quando esse resultado é negativo. Ambos constituem o ‘resultado primário’. Disponível em: <https://bit.ly/2T2IAIm>. Acesso em: 8 abr. 2021.

Gráfico 3 – Resultado primário do setor público consolidado em relação ao PIB (%)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Central.

É perceptível que o *déficit* cresceu assustadoramente nos últimos anos, a ponto de, em 2020, atingir a cifra aproximada de R\$ 743 bilhões, ou 10% do PIB, isso antes de se computarem os juros nominais da dívida, o que aumenta o *déficit* para 13,6% do PIB, percentual correspondente a um valor nominal de mais de um trilhão de reais. No Gráfico 4, a seguir, pode-se observar a evolução dos juros nominais do governo central de 2013 a 2020:

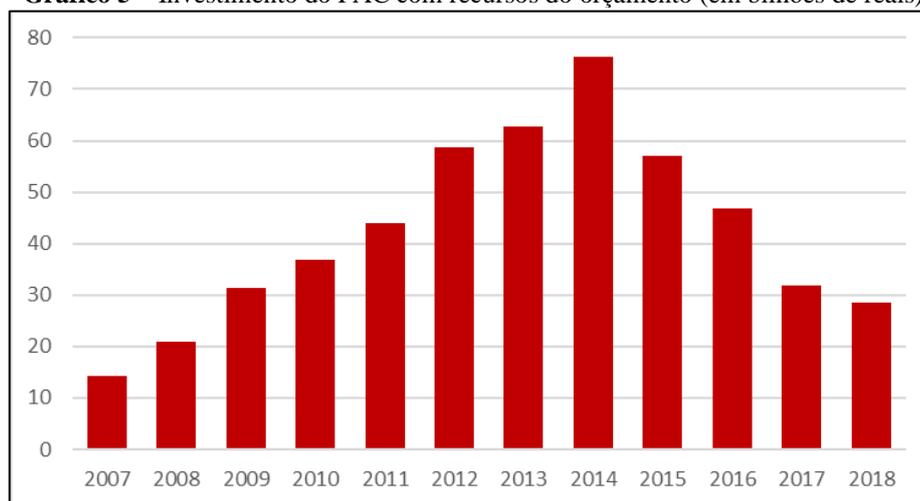
Gráfico 4 – Juros nominais do governo central de 2013 a 2020 (em milhões de reais)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Central.

Na sequência do desmonte do Estado indutor de desenvolvimento, em 26 de julho de 2016, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, informou que o governo estava com as

contas no vermelho e, portanto, não poderia terminar todas as obras do PAC em andamento. Tal decisão fez com que muitas obras e, por consequência, muitos postos de trabalho fossem encerrados em todo território nacional. Podem-se observar, no Gráfico 5, a seguir, os investimentos do PAC entre 2007 e 2018:

Gráfico 5 – Investimento do PAC com recursos do orçamento (em bilhões de reais)



Fonte: elaborado pelo autor com dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

O PAC foi um importante instrumento de planejamento, pois, ao garantir recursos em áreas essenciais da infraestrutura, conferiu previsibilidade aos investimentos presentes e futuros, aos Estados e Municípios, bem como ao setor privado. A partir do seu desmonte, muitos canteiros de obras foram desmobilizados e empresas diminuíram o efetivo de funcionários, gerando uma expectativa de retração, seguida da contenção de investimentos, dando início a um ciclo de desinvestimento. Maurício Muniz (2017)⁹¹ afirma que os dados da execução do PAC demonstram, de forma inequívoca, a monstruosidade da destruição da infraestrutura brasileira, gerando desemprego e piora significativa nas condições de vida da população. E o pior, ressalta o autor que a imprensa, que cobrava em primeira página a execução do PAC nos governos do PT, simplesmente silenciou com a diminuição dos investimentos e o conjunto de obras paradas.

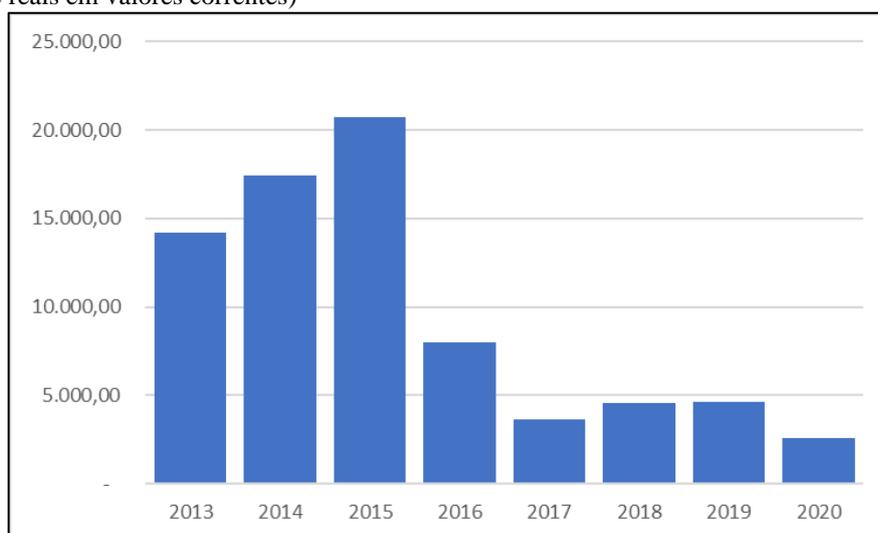
Como medida de caráter amplamente neoliberal, um projeto de autoria do senador tucano José Serra retirava da Petrobras a obrigação de participar com pelo menos 30% dos investimentos em todos os consórcios de exploração do petróleo ultraprofundo. O tema, encaminhado ao governo do ainda interino Michel Temer, justificava a medida como

⁹¹ Ex-coordenador do PAC do governo Dilma Rousseff.

mecanismo para atrair petroleiras estrangeiras, uma vez que a Petrobras, sob seu comando, reduziu os investimentos para a extração no pré-sal.

Dessa forma, também o programa Minha Casa, Minha Vida, apesar de uma série de anúncios de melhoria veiculados pelo presidente Temer e por seu ministro das Cidades, Bruno Araújo, teve os recursos diminuídos sobremaneira, conforme pode-se observar no Gráfico 6, a seguir:⁹²

Gráfico 6 – Recursos do orçamento federal efetivamente gastos no programa Minha Casa, Minha Vida (milhões de reais em valores correntes)



Fonte: elaborado pelo autor com dados da Secretaria do Tesouro Nacional..

Dessa forma, conforme identificam Guerra *et al.* (2017a, p. 185), várias ações de desmonte das políticas públicas direcionadas às classes marginalizadas e trabalhadoras foram implementadas quase que instantaneamente pelo governo do interino Temer. Programas como o Brasil Alfabetizado, o Mais Médicos, o PBF e o Minha Casa, Minha Vida foram descontinuados ou tiveram seus recursos drasticamente reduzidos, retirando do Estado a capacidade de garantir oportunidades, ou pelo menos proteção social, de forma a minimizar os riscos de sobrevivência da população dentro do sistema capitalista.

Em julho de 2016, o então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, declarou que sua equipe estava estudando como transformar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em uma legislação simplificada e clara. Na data de 24 de agosto de 2016, Temer anunciou uma proposta de reforma trabalhista,⁹³ que foi posteriormente apresentada ao Congresso Nacional,

⁹² Em 2017, foi ampliada a faixa de clientes atendidos com tal benefício: renda familiar entre R\$ 1,8 mil e R\$ 9 mil, segundo matéria veiculada no jornal *O Globo* de 6 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/3uZ3UMS>. Acesso em: 8 abr. 2021.

⁹³ Conforme matéria publicada no jornal *O Globo* em 24 ago. 2016, disponível em: <https://glo.bo/2SdDrgg>. Acesso em: 8 abr. 2021.

em 22 de dezembro. A reforma instituiu a soberania do pactuado sobre o legislado, o que significa que patrões e empregados ficariam livres para promover negociações à revelia da legislação trabalhista, em uma relação em que o poder econômico sempre possui mais força para se impor, agora sem a necessidade de regulação dos aparatos estatal e sindical. Outras medidas que fragilizavam as relações de trabalho foram contempladas na reforma, como a remuneração por produtividade e o trabalho intermitente, por exemplo.

Guerra *et al.* (2017a, p. 188) identificam a movimentação do governo no sentido de apoiar a aprovação de outro Projeto de Lei (PL) igualmente deletério para as relações trabalhistas, o PL nº 4.330/2004, que visava liberar a terceirização também em atividades-fim, por fim aprovado.

O governo Temer e o Congresso, na conclusão de Avritzer (2016, p. 144), adotaram uma série de medidas impopulares, sem se deixar incomodar pela opinião pública, amparados pela mídia, que não publicou quaisquer dados de avaliação do governo e do Congresso, sempre a serviço dos interesses da classe mais alta e detentora do poder econômico. Dessa forma, as mudanças foram tão profundas que, para o autor, 2016 pode ser considerado o ano em que se encerrou definitivamente a Nova República no Brasil enquanto período histórico, dadas a repulsa dos setores da alta elite pelos atores progressistas e as regressões patrocinadas ou impostas aos direitos e ao papel do Estado.

Se Temer significa a travessia de um governo que pensa o Estado indutor de desenvolvimento para um Estado neoliberal, da forma como anseia a elite, Bolsonaro figura como opção dessa elite, quanto mecanismo de manutenção do poder. Dessa forma, em 2018, apoiado pela mídia, Jair Bolsonaro se aproveita dessa maciça produção de subjetividades realizada minuciosamente desde 2013, que

[...] tomou conta de grande parte da classe média e de setores populares. O determinismo surfa nessa onda de ódio e violência irrefletidos [...] o antipetismo, construído pela mídia, é o bode expiatório da vez para canalizar frustrações e ressentimentos sociais sem direção. A população se torna incapaz de articular causa e efeito e compreender as causas reais do empobrecimento coletivo.

O processo foi organizado, segundo Souza (2018), de forma a não deixar dúvidas, nos teóricos mais críticos, de que a eleição de 2018 foi contaminada, conforme apresentado por este trabalho, por operações que cercearam o direito dos brasileiros de decidir autonomamente seu voto, a partir da interferência do sistema judiciário e do aparato policial coercitivo, do oligopólio da mídia e de uma campanha de mentiras consentida pelo sistema, que afetou o conceito de eleições justas e limpas.

A ação midiática, policial e judiciária observada criminalizou discricionariamente a esquerda e absolveu e legitimou o outro lado da disputa política, os candidatos do capital econômico, afetando materialmente a liberdade de expressão universal. Trata-se de um processo de eliminação dos requisitos que caracterizam um regime como democrático, revelando que, em momentos de crise do capital e ascenso, mesmo que mínimo, de setores populares a espaços de poder, ao lançar mão do aparato repressivo e ideológico, a elite nacional apresenta-se incapaz de conduzir uma disputa entre iguais. Os elementos apontam para uma ‘desdemocratização’ em direção a uma situação autoritária, conduzida pelo interesse do capital rentista internacional.

Ribeiro (2019, p. 216) percebe a luta por trás das câmeras para esvaziar a função estatal distribuidora de renda e repassar o bastão do poder político às classes de cima, a fim de beneficiar políticas concentradoras de riqueza por meio de financiamentos e privilégios estatais, com a conveniência e estímulo – mesmo que contrários aos ensinamentos liberais – do ‘mercado’.

Dessa forma, após Golpe de 2016, a implantação do governo Temer e posteriormente com o governo Bolsonaro, o projeto neoliberal é inserido e se aprofunda, especialmente na ampliação da austeridade sobre o controle dos gastos com saúde, educação e demais investimentos em políticas sociais, com anúncio da privatização das empresas públicas, em particular da Petrobras e da Eletrobras.

É um demonstrativo de que a mudança, com vistas à adoção do neoliberalismo baseado nas teorias clássicas micro e macroeconômicas, era o anseio das elites, com políticas enfocadas no retorno da inflação ao centro da meta, na livre flutuação do câmbio e no controle dos gastos públicos,⁹⁴ de forma que os ricos, as classes de cima da pirâmide social, passaram a acumular ainda mais. Ou, nos termos de Harvey (2008), o bastão do poder político trocou de classe social, e, dessa forma, ocorreu a reorientação das políticas estatais, fazendo com que, definitivamente, o sistema neoliberal passasse a ser o orientador da ação do Estado brasileiro.

Seguindo tal receituário, foi posta em prática uma política contracionista, diminuindo a linha de crédito concedido por bancos públicos e elevando os *spreads* bancários das instituições públicas, equiparando-os aos dos bancos privados e diminuindo linhas de créditos às classes populares. Por exemplo, linhas de crédito habitacional, como o Minha Casa, Minha Vida, tiveram sua oferta inicialmente restringida, para depois terem suas regras alteradas, com vistas

⁹⁴ Conforme afirmação do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, em entrevista ao *Estadão*, em 12 de agosto de 2016, o “fortalecimento do tripé” seria a causa da retomada da confiança na economia. Disponível em: <https://bit.ly/3fA9QFy>. Acesso em: 28 fev. 2021.

a financiar imóveis de maior valor para clientes de maior renda (GUERRA *et al.*, 2017a, p. 221).

Dada a ação da elite no desmantelamento das políticas inclusivas, o primeiro sintoma a aparecer foi o empobrecimento das camadas mais populares, através da regressão do processo de inclusão social e da perda de direitos trazida pela reforma trabalhista, por exemplo, reflexo do período imediatamente anterior.

Dessa forma, Guerra *et al.* (2017a, p. 188) avaliam que, com o aumento da informalidade, ocorreu uma redução da massa salarial e a piora dos vínculos trabalhistas, ocasionadas pela opção governamental de repassar o custo da crise à classe trabalhadora, através da flexibilização, da perda de direitos e da livre negociação no mundo do trabalho, no qual os empregadores são a ponta mais forte da mesa de negociação, e, principalmente, da pressão na classe trabalhadora gerada pelo aumento do desemprego.

De forma a ilustrar a afirmação de Guerra *et al.* (2017a), podem-se observar, na Tabela 1 e no Gráfico 7, a seguir, o valor em reais do salário-mínimo (SM), os índices de reajuste em porcentagem, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o cálculo da diferença entre o INPC e o índice de reajuste aplicado:

Tabela 1 – Valor (em reais) do salário-mínimo, índices de reajuste (%), o INPC⁹⁵ e o cálculo da diferença entre o INPC e índice de reajuste aplicado – Brasil – 1994-2021

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
SM (R\$)	64,79	100	112	120	130	136	151	180	200	240	260	300	350	380
SM (%)	8,04	42,86	12,00	7,14	8,33	4,62	11,03	19,21	11,11	20,00	8,33	15,38	16,67	8,57
INPC (%)	929,32	21,98	9,12	4,34	2,49	8,43	5,27	9,44	14,74	10,38	6,13	5,05	2,81	5,16
Dif INPC e SM	-921,28	20,88	2,88	2,8	5,84	-3,81	5,76	9,77	-3,63	9,62	2,2	10,33	13,86	3,41
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
SM (R\$)	415	465	510	545	622	678	724	788	880	937	954	998	1045	1100
SM (%)	9,21	12,05	9,68	6,81	14,13	9,00	6,78	8,84	11,68	6,48	1,81	4,61	4,69	5,26
INPC (%)	6,48	4,11	6,47	6,08	6,2	5,56	6,23	11,28	6,58	2,07	3,43	4,48	5,45	1,09
Dif INPC e SM	2,73	7,94	3,21	0,73	7,93	3,44	0,55	-2,44	5,1	4,41	-1,62	0,13	-0,76	4,17

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁹⁵ O INPC verifica a variação do custo de vida médio para famílias com renda mensal de 1 a 5 salários-mínimos. Esses grupos são mais sensíveis às variações de preços, pois tendem a gastar todo o seu rendimento em itens básicos, como alimentação, medicamentos, transporte, etc.

Gráfico 7 – Cálculo da diferença entre o INPC e índice de reajuste aplicado ao salário-mínimo

Fonte: elaborado pelo autor com dados do IBGE.

Durante o período de 2003 a 2015, foi utilizada a variação do PIB como correção. Com essa fórmula, o trabalhador passou a receber reajustes acima do INPC todos os anos, com exceção de 2015, momento conjuntural bastante tenso entre as classes sociais, estendido oficialmente até a posse de Temer, que sepultou a lógica de reajustar o preço pago à força de trabalho de acordo com o crescimento do PIB.

Como é possível observar no Gráfico 7, os referidos reajustes, a exemplo do que ocorria anteriormente a 2003, passaram a ser inferiores ao índice de inflação. Em vista disso, é possível concluir que a mudança de política social do Estado teve efeito imediato na condição de vida das classes envolvidas e refletiu imediatamente na folha de pagamento da classe trabalhadora.

Porém, as políticas adotadas não geraram só redução do salário individual mas também diminuição de postos de trabalho, de tal forma que Rossi, Dweck, Oliveira (2018, p. 352) estimam em 14% o aumento do desemprego nacional e em 18% na região metropolitana de São Paulo, durante o ano de 2017.

Os autores abordam ainda o fato de que muitos desses trabalhadores estão sendo impelidos à condição de moradores de rua após a perda de seus empregos e a pauperização ocasionada pelo novo receituário aplicado às políticas sociais (ROSSI; DWECK; OLIVEIRA, 2018, p. 352). Ressaltam que não há estatística que comprove tal afirmação, mas que a percepção é generalizada e, para exemplificar, utilizam-se de

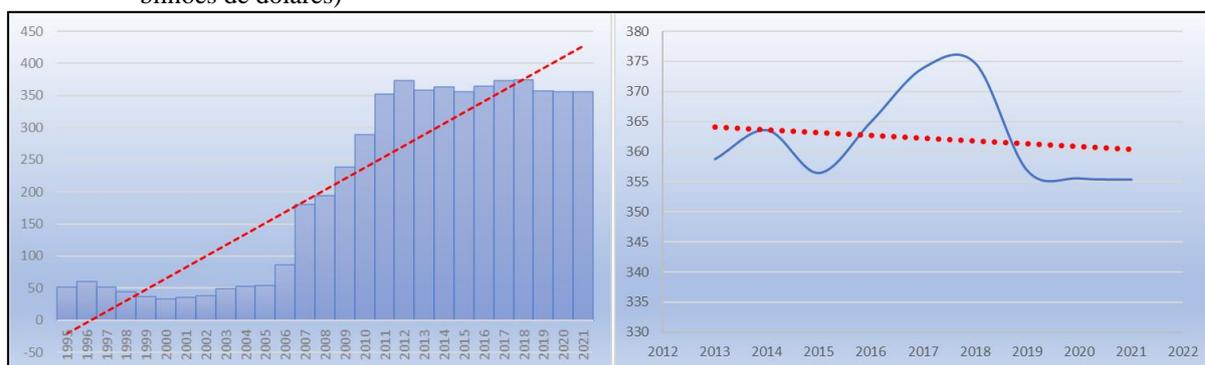
Matérias de veículos de comunicação sobre a percepção de aumento da população em situação de rua: População de rua em São Paulo quase dobra em 15 anos (Revista Época/março de 2016); População de rua dobra desde 2000 e se espalha pela cidade de São Paulo (Jornal O Estado de São Paulo/18 de junho de 2017); Cresce o número

de moradores de rua em São Paulo e no Rio de Janeiro (Profissão Repórter/ TV Globo/ 12 de julho de 2017); Número de pessoas em situação de rua aumenta mais de 150% em três anos no Rio (Agência Brasil/ 04 de junho de 2017); Crise leva mais famílias a morar na rua (Jornal Valor Econômico/10 de janeiro de 2017). (ROSSI; DWECK; OLIVEIRA, 2018, p. 352).

Para piorar, em 2019, enfim foi aprovada pelo Congresso Nacional uma reforma da Previdência Social,⁹⁶ que mudou o cálculo do acesso ao benefício da aposentadoria com novas regras, piorando e pauperizando ainda mais a vida do trabalhador assalariado.

Um elemento importante para identificar a capacidade soberana do Estado de reagir às intempéries é o volume de reservas cambiais, que demonstra o tamanho do colchão protetor que o país possui para resistir a atribuições econômicas externas. Podem-se observar, nos dois gráficos a seguir (Gráfico 8), os valores em bilhões de dólares, tendo como tendência a linha vermelha. O primeiro gráfico cobre o período de 1995 até 2021; e o segundo, o período de 2013 até os dias atuais:

Gráfico 8 – Gráficos com reservas cambiais de 1995 até março de 2021 e de 2013 até março de 2021 (em bilhões de dólares)



Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Central do Brasil.

Tabela 2 – Reservas cambiais: 1995 até março de 2021 (em bilhões de dólares)

<i>Ano</i>	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<i>US\$ (bilhões)</i>	51,80	60,10	52,20	44,60	36,30	33,00	35,90	37,80	49,30
<i>Ano</i>	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<i>US\$ (bilhões)</i>	52,90	53,80	85,80	180,30	193,80	238,50	288,60	352,00	373,10
<i>Ano</i>	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<i>US\$ (bilhões)</i>	358,80	363,60	356,50	365,00	373,90	374,70	356,90	355,60	355,40

Fonte: elaborado pelo autor.

⁹⁶ Matéria sobre o assunto está disponível em: <https://glo.bo/3fvgqgv>. Acesso em: 28 fev. 2021.

É possível observar, no Gráfico 8, plotado com dados dos últimos 25 anos, que as reservas cambiais tiveram um crescimento robusto a partir de 2006 e que havia uma tendência de crescimento (linha vermelha), porém, se for observado mais atentamente, a curva com o ápice das reservas é de 2017. A partir de então, começa uma tendência de queda no acúmulo de reservas; tal queda começa exatamente no início do governo de Jair Messias Bolsonaro e prossegue dessa forma até então.

A Operação Lava Jato, por sua vez, desmontou sobremaneira grandes empresas nacionais, como a OAS, a Camargo Corrêa, a Queiroz Galvão, a Andrade Gutierrez, a Mendes Júnior e a Engevix, aumentando a pressão sobre o mercado de trabalho e sobre as empresas sob o controle Estatal, como a Petrobras, que deixou de investir e dinamizar a economia nacional, causando recessão, desindustrialização e perda de postos de trabalho. De acordo com Augusto Junior (2021), o País deixou de arrecadar quase R\$ 50 bilhões e de investir R\$ 172 bilhões, recursos estes que deixaram de ser investidos após a deflagração da operação, com a suspensão e até mesmo o cancelamento de obras que demandariam investimentos estatais e gerariam inúmeros empregos.

Estudo realizado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em parceria com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e divulgado na última semana escancara o que já era nítido ao observar a economia brasileira nos últimos anos: a Lava-Jato, além de danos à democracia e à Justiça brasileira, fez com que a União deixasse de arrecadar quase R\$ 50 bilhões, barrou R\$ 172 bilhões em investimentos e destruiu mais de 4 milhões de empregos. (AUGUSTO JUNIOR, 2021).

Tal estimativa é quarenta vezes superior ao que a imprensa divulgou que seria devolvido aos cofres públicos através da operação. Ainda segundo Augusto Junior (2021), a contenção de investimentos foi da ordem de R\$ 70 bilhões na construção civil e de R\$ 104 bilhões na Petrobras, causando um efeito recessivo e vicioso, que gerou a crise financeira e política de 2016 e 2017.

Além dos flagrantes prejuízos causados à economia nacional, Augusto Junior (2021) lembra ainda, baseado nas denúncias realizadas, de que a equipe da Lava Jato tentou levar de R\$ 4 a 8 bilhões, supostamente recuperados em todas as fases dessa operação, para um fundo que seria gerido por uma Organização não Governamental (ONG) privada, dirigida pelos chefes da Lava Jato. Além disso, fora algumas ações de encarceramento, ocorridas ainda em 2017, as operações da força-tarefa da Lava Jato foram se esvaindo da mídia, principalmente após virar ministro o juiz que atuara de forma aberta para inviabilizar a candidatura de Lula em favor do

candidato Bolsonaro, conforme elucidado por uma série de áudios e mensagens tornados públicas pelo *site* The Intercept Brasil, apelidada de ‘Vaza Jato’.

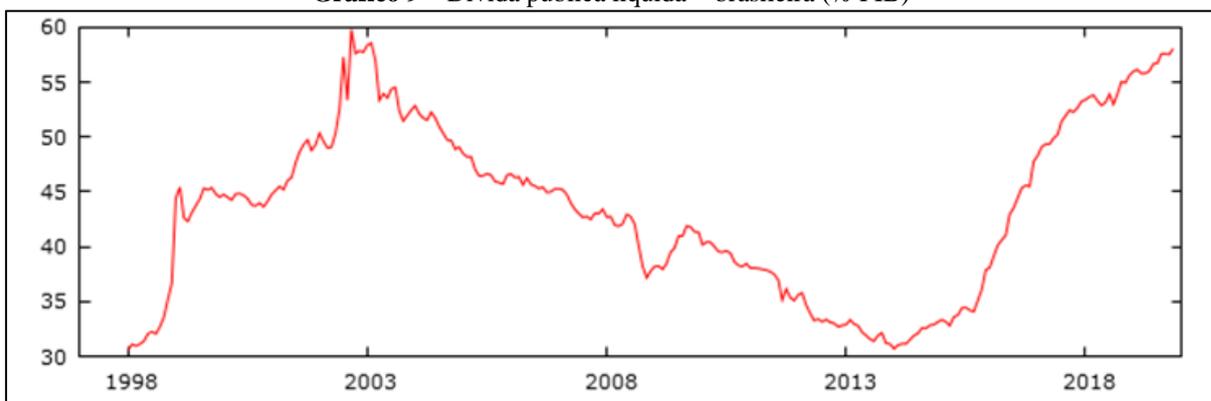
Além do acordo espúrio para o cargo de Ministro da Justiça no Executivo, existiram outras tratativas, reveladas através da imprensa, quanto à uma vaga futura, até então inexistente, prometida e reservada a Sergio Moro no Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, cabe ressaltar que há um dolo indecoroso praticado por Moro, ainda na condição de juiz, ao realizar tais tratativas (que transparecem bonificação), ao aceitar um cargo ministerial e amarrar promessas futuras, tendo por base serviços prestados no Judiciário a) condução coercitiva; b) vazamento de áudios de conversa entre Dilma e Lula; c) prisão do ex-presidente; d) intervenção para negação do *habeas corpus*; e) vazamentos de delações, a exemplo do caso do ex-ministro Antônio Palocci, afetando a candidatura de Fernando Haddad, dentre outros. (BUCCI; ABRAMO, 2019, p. 144).

Na nova realidade nacional, sob a égide da política neoliberal, a diminuição de investimentos em saúde e educação tem sido constante e sempre seguida do discurso de que os cortes fazem parte de um arcabouço teórico parcimonioso, que determina que os governos sejam ‘responsáveis’, sem que, no entanto, ocorra a limitação dos juros, por exemplo (ROSSI; DWECK; OLIVEIRA, 2018 *apud* GUERRA *et al.*, 2019, p. 202). Aliás, é possível perceber que o ajuste fiscal e os cortes com gastos sociais “[...] não representam uma ‘diminuição’ do papel do Estado, mas um redirecionamento que privilegia justamente aqueles que já são favorecidos, no caso, por exemplo, os rentistas, que podem abocanhar fatia maior do fundo público” (GUERRA *et al.*, 2019, p. 205).

Além disso, em 6 de novembro de 2019, o ministro da Economia, Paulo Guedes, enviou ao Congresso um projeto de “pagamento dos juros da dívida pública”,⁹⁷ com o qual extinguiu 248 fundos (entre os quais o FAT), beneficiando banqueiros e rentistas através do direcionamento de R\$ 220 bilhões oriundos destes fundos.

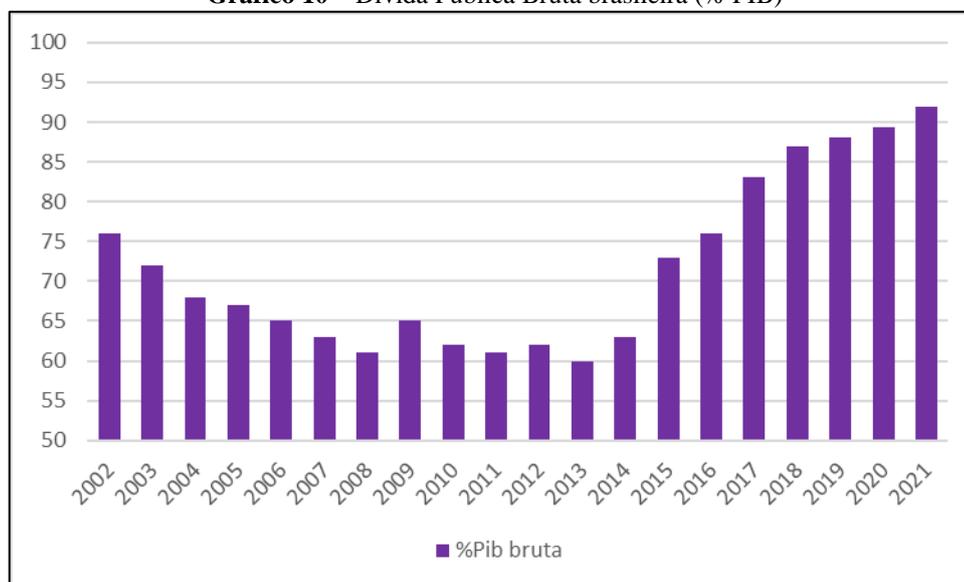
A Nota Técnica emitida pela Secretaria de Política Econômica (BRASIL, 2021, p. 5), que tenta justificar o aumento da dívida, deixa claro que, em cinco anos, até 2019, a razão dívida/PIB praticamente dobrou e o País perdeu a capacidade de gerar resultados primários positivos. O Gráfico 9, a seguir, apresenta a reversão dramática ocorrida na trajetória da dívida pública brasileira:

⁹⁷ Cf.: <https://bit.ly/3u2Ir4r>. Acesso em: 8 mar. 2021.

Gráfico 9 – Dívida pública líquida⁹⁸ brasileira (% PIB)

Fonte: Secretaria de Política Econômica (BRASIL, 2021).

No que diz respeito à dívida bruta, é possível observar, no Gráfico 10, a seguir, composto com dados do Ministério da Economia, como houve mais zelo, de forma a controlá-la durante o período dos governos petistas, uma vez que alcançou a menor relação com o PIB no ano de 2013, antes de a elite desencadear uma grande campanha pela retomada do poder, após perder as eleições democráticas de 2014:

Gráfico 10 – Dívida Pública Bruta brasileira (% PIB)

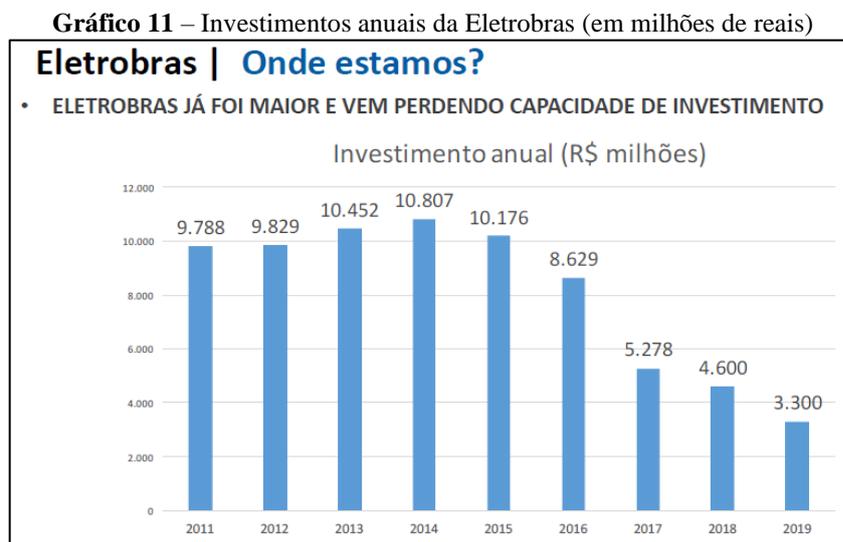
Fonte: elaborado pelo autor com dados do Ministério da Economia.

A desestruturação estatal e o fechamento de empresas públicas, autárquicas ou mistas, passaram a ser a regra dos novos governos, seguindo a política do Estado mínimo neoliberal.⁹⁹ Na mesma esteira, empresas estatais diminuíram seus investimentos, conforme demonstra-se

⁹⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3oIHFIZ>. Acesso em: 9 abr. 2021

⁹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3fyrVUE>. Acesso em: 8 mar. 2021.

no Gráfico 11, a seguir, contendo os investimentos anuais da Eletrobras, apresentado pela própria equipe do governo na 15ª Reunião do Conselho do PPI,¹⁰⁰ que foi a primeira reunião do ano de 2021, no qual se percebe que os valores investidos (em milhões de reais) no ano de 2019 foi menor que um terço do valor investido em 2015:



Fonte: Ministério da Economia.

Tal reunião do PPI discutiu, em sua pauta, a possibilidade de acrescentar ao Plano Nacional de Desestatização de 2021 a Eletrobras, a Empresa Brasil de Comunicações e os Correios. Frise-se que muitas outras empresas já haviam sido vendidas entre 2016 e 2020, a exemplo da Eólica Hermenegildo, o maior complexo eólico da América Latina, de acordo com denúncia efetuada pelo Sindicato dos Eletricitários, que custara R\$ 3,5 bilhões aos cofres públicos para ser construído, mas foi passado ao setor privado pela bagatela de R\$ 120 milhões e entregue à empresa privada Ômega ainda com R\$ 80 milhões em caixa.

Todas as medidas adotadas requestram as ideias neoliberais da década de 1990, tentando justificar o sacrifício solicitado pelos novos dirigentes do Estado perante a classe trabalhadora por meio do discurso da luta contra a corrupção. Afinal, os novos gestores justificam que gastos sociais públicos são ineficientes e geradores de corrupção (GUERRA *et al.*, 2019, p. 202).

Dessa forma, vislumbra-se como a retórica da corrupção interferiu nas prioridades do Estado brasileiro, restaurando o poder de classe à elite e aos interesses econômicos poderosos do País. E a coroação dessa ideia, ou a justificativa real para o movimento por fora do sistema democrático que retirou uma classe do poder ao arripio de todas as teses liberais, de forma a devolvê-lo à classe derrotada pelas vias democráticas, desvela-se totalmente através da PEC nº

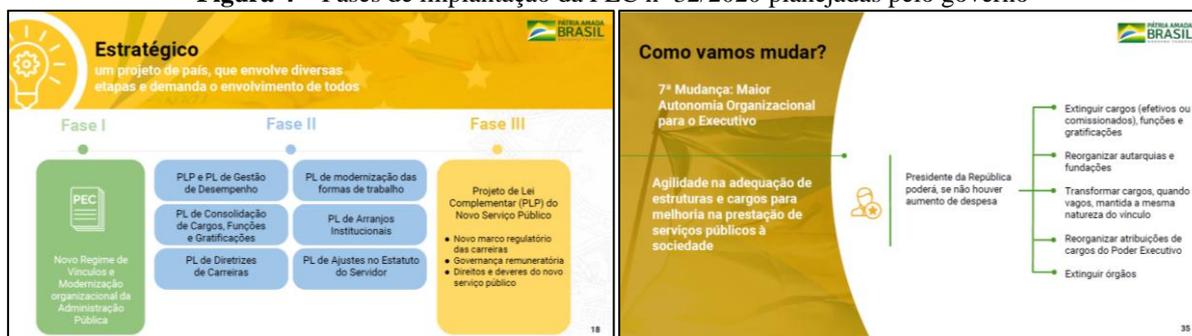
¹⁰⁰ Disponível em: <https://bit.ly/33VrrT8> . Acesso em: 8 abr. 2021.

32/2020, que oficializa o horror dos detentores do poder econômico e das elites ao desenvolvimentismo e põe em marcha o pensamento de um Estado neoliberal simples.

Sob o argumento principal de que o modelo atual, previsto na Constituição Federal de 1988, está ultrapassado e não atende às necessidades atuais e futuras do País, a PEC nº 32/2020 foi batizada pelo próprio governo como ‘PEC da Nova Administração Pública’.¹⁰¹ A proposta altera 27 trechos da Constituição e introduz 87 novos, fazendo uma alteração ousada em direção ao neoliberalismo mais cruel e duro, como visto em poucos momentos da história.

São inúmeras e robustas alterações na legislação e na estrutura de Estado, que, como pode-se observar na Figura 4, a seguir, serão distribuídas em várias fases, de acordo com o planejamento do atual governo:

Figura 4 – Fases de implantação da PEC nº 32/2020 planejadas pelo governo



Fonte: Ministério da Economia.

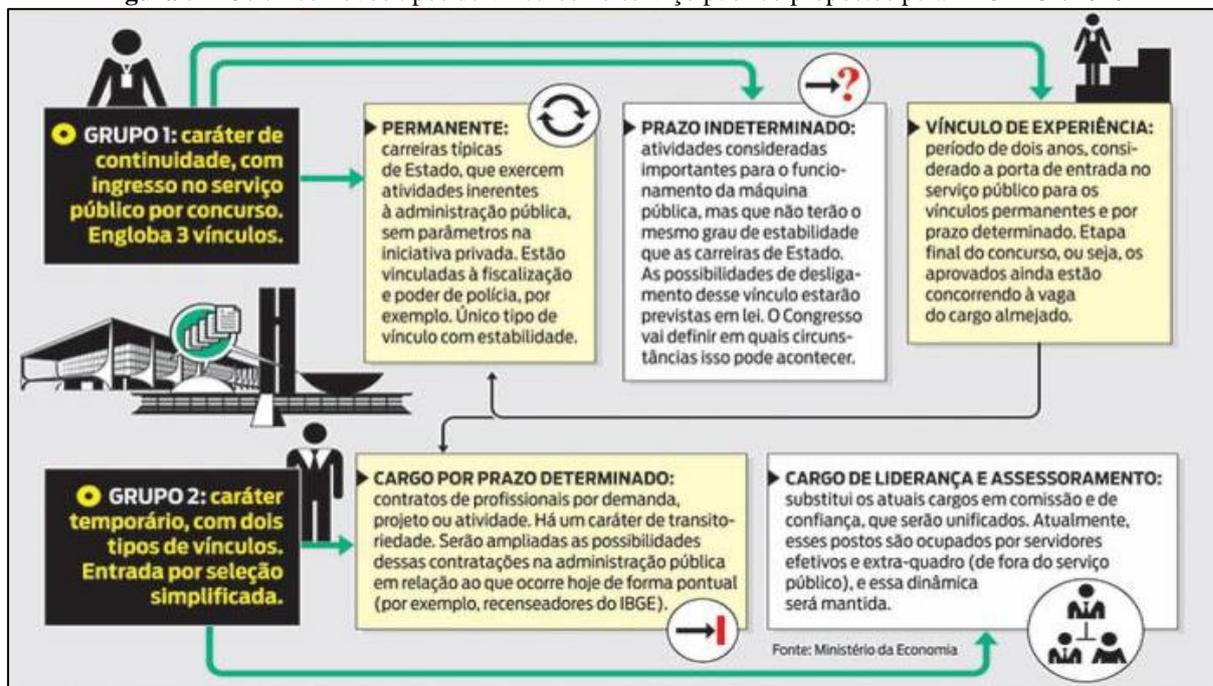
Segundo a apresentação¹⁰² do Ministério da Economia, a implantação total seria efetuada a partir de nove fases e deixaria o Estado brasileiro mais próximo de uma gestão empresarial, com menos servidores, que trabalhem mais e possam assumir mais de uma função, com possibilidade de introdução de cargas horárias de trabalho distintas para cada uma delas. Há ainda a previsão de contratação de temporários, mesmo para funções continuadas, e uma avaliação periódica de metas e desempenho que propicie o aumento ou, principalmente, o desligamento de servidores, para que a meta seja alcançada, através do que o ministro da Economia chama de ‘cultura de gestão por metas e resultados institucionais’. Além disso, os cargos dos servidores seriam divididos em cinco tipos de vínculos ao serviço público, subdivididos em dois grupos, incluindo formas simplificadas de acesso e desligamento do serviço público, bem como garantindo estabilidade a algumas categorias, conforme pode ser

¹⁰¹ Disponível em: <https://bit.ly/3ow0pet>. Acesso em 24 mar 2021.

¹⁰² Disponível em: <https://bit.ly/2RoNBKX>. Acesso em: 28 abr. 2021.

observado na Figura 5, a seguir, elaborada pelo Ministério da Economia por ocasião da divulgação da referida PEC:

Figura 5 – Os cinco novos tipos de vínculos no serviço público propostos pela PEC nº 32/2020

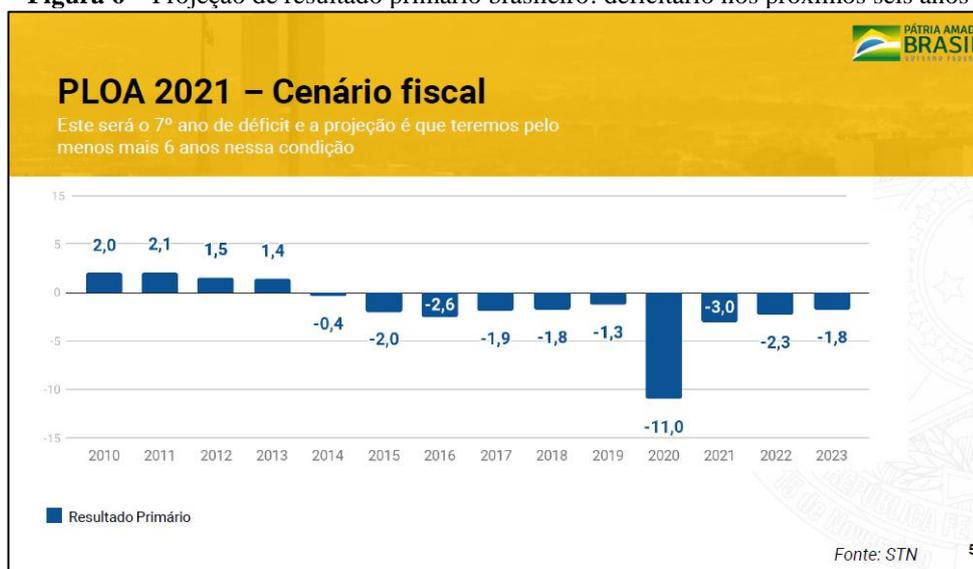


Fonte: Ministério da Economia (BRASIL, 2020).

A PEC nº 32/2020 daria maior discricionariedade ao presidente da República, que poderia extinguir cargos e modificar a estrutura dos instrumentos de Estado sem a necessidade de passar pelo Legislativo, reorganizando cargos e órgãos, desde que observados os “preceitos da boa governança”, deixando, dessa forma, as estruturas totalmente vinculadas ao gestor.

A necessidade da nova legislação, de acordo com o ministro da Economia, seria justificada pela incapacidade do Estado em manter a folha de pagamento, pois os servidores estão vivendo mais e acabam ficando mais tempo na folha, além dos constantes *déficits* projetados pelo próprio governo, conforme elucidado na Figura 6, abaixo. Além disso, a PEC nº 32/2020 assumiria o compromisso de instaurar um regime completamente meritocrático na gestão estatal e no serviço público, e a seleção para o ingresso e o desligamento seriam simplificados, diminuindo, inclusive, as carreiras com estabilidade.

Figura 6 – Projeção de resultado primário brasileiro: deficitário nos próximos seis anos



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2020).

As projeções do governo Bolsonaro buscam causar preocupações, uma vez que os governos anteriores, de Lula e Dilma, foram duramente criticados pela presença estatal, portanto um Estado neoliberal menos intervencionista, em tese, corrigiria essa distorção com o desmonte de políticas sociais, para combater os gastos estatais e dar equilíbrio às contas do governo. Entretanto, como se vê no Gráfico 6, elaborado pelo próprio governo, toda a gama de investimentos públicos e políticas sociais não gerava ou não foi a causa do desequilíbrio nas contas públicas durante os governos do PT.

Dessa forma, a PEC em questão aprofundaria, se executada, as transformações neoliberais no Estado brasileiro, desmontando muitas das conquistas duramente alcançadas através do amplo debate nacional insculpido na Constituição Federal de 1988, consolidando, de forma unilateral, a vontade das elites.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A burocracia de Estado é uma forma de corrupção desenhada de forma intransponível, pelo menos para a maioria dos cidadãos que precisam acessar os serviços públicos. Se os trâmites administrativos são lentos e demorados, se os processos e as leis são impraticáveis e circulares ao ponto de ser impossível seguir a norma, se a corrupção para destravar a burocracia, nos termos que preconizam Bobbio *et al.* (1998, p. 292), contribui para o funcionamento do sistema e é tolerada de forma velada na sociedade atual, entre outros argumentos observados no presente estudo, então é possível deduzir que a burocracia e a corrupção são engrenagens do sistema e que ambas se alimentam da força cinética e do potencial uma da outra, integrando o DNA do Estado neoliberal.

A partir dos pressupostos já apresentados, viu-se que a corrupção existe em todas as épocas e lugares, que ela nasce com a civilização, estando presente pelo menos desde a época dos Sumérios e em todas as fontes de registros históricos, incluindo a Bíblia (GUERRA *et al.*, 2017b, p.16), consubstanciando-se em estratégias privadas para subverter os interesses coletivos e auferir benefícios particulares. Esse agir para obter benefícios pode ocorrer na relação do particular com o sistema público (BOBBIO *et al.*, 1988; AVRITZER, 2016; BREI, 1996), na relação de particulares entre si (HARVEY, 2008) ou mesmo na relação de agentes públicos com o sistema privado (GUERRA *et al.*, 2017b), desde que os prejuízos sejam suportados pela coletividade.

Porém, uma outra linha mais abrangente (BATISTA, 1999; BREI, 1996; NAVES, 2018), entende como corrupção muitas práticas presentes no cotidiano, como a trapaça, a velhacaria, o logro, o ganho ilícito, o desfalque, a concussão, a falsificação, o espólio, a fraude, o suborno, o peculato, a extorsão, o nepotismo e até mesmo as ações de racismo, homofobia, machismo, etc.

De qualquer forma, está presente em toda sociedade e na composição do Estado neoliberal como engrenagem permanente, o que indica a necessidade de modificar as estruturas do Estado para suprimi-la da vida pública e coletiva, além de promover ações que a extingam da cultura social, junto a cada ser humano do globo terrestre. Uma tarefa hercúlea. As ações pontuais, observadas principalmente no jogo político, sob a tutela das elites, como as pautas midiáticas que se utilizam de forma espectral do conceito da corrupção, acabam por produzir mais corrupção, uma vez que o objetivo final é atrair mais poder e benefícios próprios a uma elite e manter o Estado atual como parte do processo de acumulação de capital, varrendo qualquer iniciativa dissonante desse objetivo. Como preceitua Ribeiro (2019 p. 216), nesses

tempos em que a corrupção passa a ser o principal objetivo da nação, torna-se salutar refletir criticamente sobre as causas históricas e persistentes que ocasionam o distanciamento econômico e social entre ricos e pobres e sua relação direta com tais cruzadas contra o fenômeno. O referido autor aponta a existência de uma linha de causa e efeito entre tais distúrbios sociais e as desigualdades econômicas; nesse caso, a corrupção seria observada como pano de fundo, em todas as suas nuances, para cimentar as desigualdades típicas do sistema de produção vigente.

Faz muito sentido, para Ribeiro (2019, p. 219-220), manter enclausurados políticos cuja atuação apresente um viés distributivo e deixar soltos os corruptores dos estratos mais elevados da pirâmide social e econômica, fortalecendo a política do *rent seeking*, em que os setores financeiros ampliam seus lucros através do aumento da fatia auferida do orçamento público, em detrimento das políticas públicas propiciadas à maioria da população, cujo futuro depende necessariamente do orçamento do Estado. É a contramão voluntária, contraditoriamente real e escondida ao que prega o sistema em exercício. É a clarificação do papel do Estado desenhado pelo sistema neoliberal: uma engrenagem para a acumulação e transferência de renda aos mais ricos.

A corrupção é uma engrenagem do Estado e do sistema capitalista em sua fase neoliberal. Para atender às necessidades do capital rentista, a elite visa instituir um Estado necessariamente autoritário, mas com vernizes democráticos. Em vista disso, o *lawfare*, a manipulação da opinião pública através do uso da mídia e os conceitos, as pautas e as militâncias ultraconservadores, apesar de contrários aos conceitos liberais, têm sido quotidianamente utilizados para evitar que a maioria da população conquiste o bastão do poder político, e até mesmo se fortaleça enquanto classe. Dessa forma, ocorre o vale-tudo para garantir o poder político nas mãos das classes detentoras dos meios de produção – a elite nacional –, uma minoria de pessoas que usufruem das riquezas nacionais desde a instalação das Capitâneas Hereditárias até os dias atuais. Assim, os interesses das elites brasileira e estrangeiras misturam-se e confundem-se, dado o novo momento do capitalismo global, que impulsionou os rentistas como classe dominante entre os detentores de posses.

Por fim, cumpre assinalar, através dos autores e conceitos levantados, que a corrupção tem sido o pano de fundo para a elite vencer o jogo político por meio da trapaça. Como preceitua Polanyi (*apud* HARVEY, 2008, p. 46), o utopismo liberal ou neoliberal está fadado à frustração pelo autoritarismo ou mesmo pelo fascismo declarado. “Perdem-se as boas liberdades e as más liberdades assumem o controle”, deixando “muitíssimo claro porque os

abastados e poderosos apoiam com tanta avidez certas concepções particulares de direitos e liberdades enquanto tentam nos persuadir de sua universalidade e sua bondade”.

Afinal, trinta anos de liberdades neoliberais não apenas restauraram o poder de uma classe como também produziram imensas concentrações de poder corporativo no setor energético, nos meios de comunicação, na indústria farmacêutica, nos transportes e mesmo no varejo. Com uma influência desproporcional sobre os meios de comunicação e o processo político, essa classe tem tanto o estímulo como o poder para nos persuadir de que estamos todos melhores sob um regime neoliberal de liberdades. “Para a elite, vivendo com conforto em seus guetos dourados, o mundo tem de fato de parecer um lugar melhor” (HARVEY, 2008, p. 45-47).

No Brasil, o que se percebeu durante período observado foi a luta de classes, tendo a corrupção como argumento, o *lawfare* como tática e a mídia como instrumento. Os principais jogadores – as classes altas, os rentistas, o capital externo – utilizaram como peões o Congresso Nacional, o Judiciário, o MP, a PF e, principalmente, a classe média, a fim de operar a troca do bastão do poder político para suas mãos e prejudicar os interesses do Estado, a classe trabalhadora, os de baixo, os assalariados, os desempregados, os negros e as mulheres periféricas, mantendo-os longe das políticas sociais.

As medidas adotadas e os índices posteriores demonstram que o que estava em disputa, nos termos preceituados por Harvey (2008), era o bastão do poder, pois mudaram-se radicalmente as políticas públicas e a orientação econômica do País, propiciando novamente as benesses do Estado àquelas classes que já detêm enorme acumulação de riquezas, colocando-o a serviço do capital especulativo e gerando para as classes mais empobrecidas, novamente, o fantasma do desemprego e da recessão.

A democracia, até aqui, mal conseguiu se constituir como um espaço público em que a atividade política, quase sempre limitada às classes dominantes, pudesse se diferenciar das atividades privadas desta mesma classe. A impressão é de que há sempre uma transição ambígua em relação à democracia, tornando-a apenas um meio para o exercício do poder das classes de cima e para a submissão dos de baixo, de forma que a política perde o sentido e a legitimidade, instituindo-se a prática da usurpação como norma e o golpe como prática habitual. Em todos os momentos da vida das classes mais pobres no Brasil, a lembrança permanente é sempre do cruel silvo do açoite, e, para que o sentido de democracia seja aceito, tal prática deve deixar de existir, até mesmo ser apagada das mentes e da derme da maioria da população.

De fato, as desigualdades são pontos estruturantes das sociedades capitalistas e tomam formas ainda mais complexas no Brasil, dada sua herança colonial e a formação embrutecida

das elites. Entre outros elementos, o mercado de trabalho desenvolve papel fundamental na sociedade capitalista, seja na extração da mais-valia relativa, seja na extração da mais-valia absoluta, o que justifica a ‘perda de paciência das elites’ com as políticas públicas implementadas durante os períodos de 1930 a 1954 e de 2003 a 2016, elites estas que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas e à retirada violenta, em 2016, de Dilma Rousseff, a primeira presidenta trabalhadora e mulher eleita no Brasil.

Conclui-se, assim, que, para combater realmente o fenômeno da corrupção, desmontando seus mecanismos, objetivamente tratados no segundo capítulo, torna-se necessário combater o próprio Estado neoliberal, induzir a evolução humana, desgarrando a humanidade dos vícios que a acompanham desde a organização das primeiras sociedades, e avançar para novos mecanismos de democracia e de coletividade, com novas formas de organização do modo de produção, que deixem de priorizar e potencializar tais vícios e produzam uma sociedade mais justa, igual e solidária, sem a necessidade de explorados e exploradores.

Levando-se em consideração as indagações inicialmente postas quanto à intermitência do surgimento do tema da corrupção, chega-se à conclusão de que este fenômeno só é explorado e divulgado de forma ativa e agressiva pela mídia durante governos desenvolvimentistas ou quando a elite quer mudar a titularidade do poder político. Não é por acaso que tenham ocorrido denúncias e escândalos de corrupção em todos os governos, fossem eles monárquicos, civis ou militares, porém apenas em governos com preocupações sociais e políticas públicas que beneficiavam a maioria da população – Getúlio, Jango, Lula e Dilma – tenha havido comoção e uma luta inquisitória, patrocinada pelo capital e pelos meios de comunicação de massa. A corrupção no Brasil é manuseada como um elemento de dominação ideológica e de manutenção das desigualdades sociais.

Um dado interessante, que corrobora a afirmação anterior, é o fato de, após a saída da presidenta Dilma, os assessores e familiares dos dois presidentes seguintes (Michel Temer e Jair Bolsonaro) estarem intensamente envolvidos em esquemas/escândalos de corrupção, mas a imprensa não fazer nenhum alarde ou criar qualquer animosidade ou sensibilidade pública a este respeito. O fenômeno passou a ser matéria frequente nos noticiários, isso não se nega, porém apenas como fato do cotidiano. Ou seja, está ali, todo mundo sabe, mas o que se há de fazer?

Dessa forma, em tempo, esclarece-se que o presente estudo não tem a intenção, de forma alguma, de ser condescendente com a corrupção. O objetivo é trazer ao debate acadêmico esse complexo assunto e a forma como é utilizado como argumento para a prática de *lawfare* na

disputa de classes pelo poder político. Acabar com a corrupção é tarefa associada ao desenvolvimento do ser humano enquanto ser social. É importante e fundamental, e hoje está associada à necessidade de mudar a forma de produção capitalista e o Estado neoliberal, que reforçam e ancoram-se no sistema de corrupção para se perpetuar. Assim como defende Avritzer (2016, p. 85), acredita-se que a corrupção não é cultural. As instituições, se devidamente orientadas, possuem a capacidade de coibir o fenômeno e de punir aqueles que o praticam.

De igual modo, percebe-se a existência de uma articulação fina entre o rentismo, o neoliberalismo, o capitalismo e o Estado autoritário. Dessa forma, os desvios de recursos do Estado são carreados para as classes que já detêm muita riqueza acumulada. Para que a humanidade prevaleça, tal fenômeno precisa ser coibido, através de controle da corrupção, do rentismo, assim como das isenções fiscais, da elisão e da sonegação fiscal, que são outras formas de perda de recursos públicos, verdadeiros ralos pelos quais escoam recursos que poderiam ser aplicados em políticas públicas.

O período analisado nesta pesquisa, entre 2013 e 2018, apesar das consequências desastrosas à maioria da população, ainda não terminou e deixa muito espaço para reflexões sobre as contradições do sistema vigente e suas limitações por parte de estudos econômicos, de geração e de políticas públicas, bem como a necessidade de discussão sobre o controle e a reconstituição das instituições de Estado pelo conjunto da população.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Claudio Weber. **Percepções pantanosas**: a dificuldade de medir a corrupção. *Revista Novos Estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 3, p. 33-37, 2005. ISSN 1980-5403. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000300003>. Disponível em: <https://bit.ly/3y7C1UO>. Acesso em: 20 set. 2020.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. O fardo dos bacharéis. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 68-72, 1987.
- AMORIM, Paulo Henrique. Dilma decide apoiar a taxaçoão de grandes fortunas. **Conversa Afhada**, [S. l.], Seção de Economia, 27 ago. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2RlgszC>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- AUGUSTO JUNIOR, Fausto. Com a Lava Jato, Brasil deixou de arrecadar quase R\$ 50 bi e de investir R\$ 172 bi, explica diretor do Dieese. **BRASIL 247**, [S. l.], mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3fn8VrY>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 168 p.
- AZEVEDO, Fernando. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 14-19, mar. 2010. ISSN 1980-5403. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201600020011>. Disponível em: <https://bit.ly/3w8Ky89>. Acesso em: 20 set. 2020.
- BASTOS, Pedro P. Z. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, Pedro P. Z.; FONSECA, Pedro C. D. (org.). **A Era Vargas**. São Paulo: Editora da Unesp. 2012. p. 361-454.
- BATISTA, Antenor. **Corrupção: fator de Progresso?** 4. ed. São Paulo: Letras & Letras, 1990. 188 p.
- BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: UFSC; [Brasília]: Capes, 2015. 134p.
- BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de política I**. Tradução: Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: Editora UnB, 1998. v. 1. 674 p.
- BOICO, Luciano Cezar; SCAPIN, Evelyn. **O pacto federativo brasileiro**: um debate com ênfase na situação recente da Amurel. Caçador: Uniarp, 2015. 143 p.
- BORTONI, Larissa; MOURA, Ronaldo de. **O Mapa da corrupção no governo FHC**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e publicações científicas. São Paulo: Laços, 2015.
- BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 19699, 13 out. 1941.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 alterado pelas Emendas Constitucionais 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de 1 a /94. Brasília: Senado Federal, 2007. 462 p.

BRASIL. Planalto. Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 1º fev. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3y7CB4W>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Emenda à Constituição 241/2016. Alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Transformado na Emenda Constitucional 95/2016. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 2, 16 dez. 2016.

BRASIL. 13ª Vara Federal de Curitiba. **Ação Penal Nº 5046512-94.2016.4.04.7000/PR**. Autor: Ministério Público Federal e Petrobras. Réu: Luiz Inácio Lula da Silva e outros. Julgado em: 12 de julho de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3vcsBpe>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. **Nota Técnica**. [Brasília]: Ministério da Economia, 9 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/33JG2Ro>. Acesso em: 9 abr. 2021.

BREI, Zani Andrade. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 64-77, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2SKyQIK>. Acesso em: 9 abr. 2021.

BUCCI, Eugênio; ABRAMO, Cláudio. Anotações em andamento: avanço do conservadorismo, crise da democracia e a urgência de um jornalismo investigativo no Brasil. In: NUNES, Pedro. **Democracia fraturada**: a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a Imprensa no Brasil [recurso eletrônico]. João Pessoa: CCTA; Aveiro: RIA Editorial, 2019. p. 127-159.

CANO, Wilson. Brasil - construção e desconstrução do desenvolvimento. **Econ. soc.**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 265-302, ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1>. Disponível em: <https://bit.ly/3vcUGNb>. Acesso em: 22 maio 2021.

CAVALCANTE, Rodrigo. As raízes da corrupção (e como combatê-la). **Revista Superinteressante**, [S. l.], Seção de comportamento, 8 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3bwV0i6>. Acesso em: 4 nov. 2019.

CINTRA, Anna Maria Marques. Determinação do tema de pesquisa. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 13-16, 1982. Disponível em: <https://bit.ly/33LTPa7>. Acesso em: 20 set. 2020.

COIMBRA, Cecília. Operação Rio. **O mito das classes perigosas**: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói: Oficina do Autor e Intertexto, 2001.

CORDEIRO, Carla Priscilla B. Santos. A corrupção sob um prisma histórico-sociológico: análise de suas principais causas e efeitos. **Revista Eletrônica Direito e Conhecimento**,

Arapicara, v. 1, n. 2, jul./dez. 2017. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/2RV3xo7>. Acesso em: 5 nov. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo Livros, 2001.

FERES JUNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 205-225, jul. 2016a. E-ISSN 1980-5403. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201600020011>. Disponível em: <https://bit.ly/3w7IKMB>. Acesso em: 31 mar 2020.

FERES JUNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. O Terceiro Turno de Dilma Rousseff. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 40, Número Especial, p. 176-185, dez. 2016b. ISSN 2358-2898. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042016s15>. Disponível em: <https://bit.ly/3fnaxSy>. Acesso em: 18 abr. 2020.

FERNANDES, Cláudio. O que é corrupção? **Brasil Escola**, [S. l.], [201-?]. Disponível em: <https://bit.ly/3hsm7ym>. Acesso em: 4 nov. 2019.

FERREIRA, Pedro Henrique Dias. **O avanço do neoliberalismo no Brasil pós-*impeachment***. 2020. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade do Minho, Braga, 2020.

FONSECA, Pedro C. D. *et al.* O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 403-428, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://ref.scielo.org/x34qvy>. Acesso em: 20 set. 2020.

FREITAS, Jânio de. “Um dia, um país”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3uV9wYG>. Acesso em: 1º abr. 2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília: [S. l.], 29 out. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2SaRXW2>. Acesso em: 20 set. 2020.

FURTADO, Lucas Rocha. **As raízes da corrupção no Brasil**: estudo de casos e lições para o futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Angela de C. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 105-119, mar./maio 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i65p105-119>. Acesso em: 20 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hXy3IC>. Acesso em: 20 set. 2020.

GUERRA, Alexandre *et al.* **Brasil 2016**: recessão e golpe. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017a. 288 p.

GUERRA, Alexandre *et al.* **Poder e corrupção do capitalismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017b. 256 p.

GUERRA, Alexandre *et al.* **Os donos do dinheiro**: o rentismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. 216 p.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HISTÓRIA da corrupção no mundo. **Colégio Web**, [S. l.], 27 abr. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3w9ZUCB>. Acesso em: 5 nov. 2019.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude e colonialidade do saber. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 6, n. 13, p. 148-161, jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3uX6LpO>. Acesso em: 30 set. 2019.

LOPES JÚNIOR, Aury; ROSA, Alexandre Moraes da. Qual é a proposta indecente que torna viável a delação premiada? **Consultor Jurídico**, [S. l.], 3 fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3uSUYsi>. Acesso em: 8 abr. 2021.

LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (org.). **A crise da democracia brasileira**. 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. 324 p.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 215-240, 2010.

MARX, Karls; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018. 207 p.

MONTESQUIEU, C. de S. **O espírito das leis**: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes. Tradução e notas de Pedro Vieira Mota. São Paulo: Saraiva, 2004.

MORAES, Esmael. A casa caiu para Moro e Dallagnol depois de mensagens inéditas sobre a denúncia tramada contra Lula. **Blog do Esmael**, Curitiba, 30 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3wczuH1>. Acesso em: 31 jan. 2021.

MUNIZ, Mauricio. Sem investimento público em infraestrutura, não haverá crescimento do Brasil. **Dilma**, [S. l.], 27 out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2QogTJ2>. Acesso em: 8 abr. 2021.

NAVES, Carolina Silva; SOUZA, Daiane Marques de; PEREIRA, Darlete Martins; PEREIRA, Débora Souza; CATARINO, Elisângela Maura; RIBEIRO, Ricardo Henrique Corrêa. Reflexões sobre a corrupção no âmbito político. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA DISCIPLINAR, 1. 2018, Mineiros, GO. **Anais [...]**. Mineiros: Unifimes, 2018. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/3hvwaTs>. Acesso em: 20 set. 2020.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

NUNES, Pedro. **Democracia fraturada**: a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a Imprensa no Brasil [recurso eletrônico]. João Pessoa: CCTA; Aveiro: RIA Editorial, 2019. 162 p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, set. 2015. ISSN 1678-4626. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015152440>. Disponível em: <https://bit.ly/3tQVaHt>. Acesso em: 20 set. 2020.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 237-264, 2013. ISSN 0103-4014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000100018>. Disponível em: <https://bit.ly/2RkTpVD>. Acesso em: 20 set. 2020

PAULANI, Leda Maria. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 514-535, set. 2016. E-ISSN 1809-4538. <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n03a04>. Disponível em: <https://bit.ly/3uUWF8H>. Acesso em: 20 set. 2020.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média:** capitalismo e estrutura social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/mH8an5>. Acesso em 20 set. 2020.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSTHOWSKY, Ricardo. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Cepal, 2000. v. 1, p. 69-136.

PRONER, Carol *et al.* **Comentário de uma sentença anunciada:** o Processo Lula. Bauru: Canal 6, 2017. 542 p. (Projeto Editorial Práxis).

QUADROS, Waldir José de; GIMENEZ, Deniz Maracci; ANTUNES, Davi José Nardy. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 20, p. 2-11, out./dez. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/xrJVbs>. Acesso em: 22 maio 2021.

QUEIROZ, Felipe Baptista Campanuci. **Produzindo o perigoso:** imprensa e lei nas Jornadas de Junho. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Sistema de justiça e a crise da democracia brasileira. In: SADER, Emir. (org.). **E agora, Brasil?** 1. ed. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2019. v. 1, p. 205-229.

ROSSI, Pedro; DWECK, Ester; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de. **Economia para poucos:** impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. 375 p.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. **Do industrialismo à austeridade:** a política dos governos Dilma. Campinas: Unicamp. 2017. (Texto para Discussão nº 309). Disponível em: <https://goo.gl/rgJdBp>. Acesso em: 20 set. 2020.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O *Impeachment* do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 203-212, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3hvr3To>. Acesso em: 20 set. 2020.

SANCHEZ, Deborah Ramires e; BOSSO, Mariellen Trevisan. A influência midiática em face da corrupção brasileira. *In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – ETIC*, 1. 2017, Presidente Prudente. **Anais [...]**. Presidente Prudente: Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, 2017. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/3bvTeh3>. Acesso em: 20 set. 2020.

SANTORO, Antônio Eduardo Ramires; TAVARES, Natália Lucero Frias. O uso do sistema penal como *lawfare* político. *In: BASSO, Ana Paula; MONTEIRO, Fernando Eduardo Batista Conde; SANTOS Margarida Maria de Oliveira (org.). Criminologias e política criminal*. Florianópolis: Conpedi, 2017. p. 47-67.

SANTOS, Theotônio dos. **Conceito de classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Observações metodológicas referentes aos trabalhos de pós-graduação. *In: SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 143-181.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Juremir Machado da. Jango e as raízes da imprensa golpista. *In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. 1. ed. Brasília, DF: UnB, 2015. v. 7.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e burocracia: uma análise sobre o Poder Judiciário na formação do Estado brasileiro**. 2006. 303 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. A quem serve a classe média indignada. **Folha de São Paulo**, São Paulo 10 jan. 2016. Entrevista com Jessé Souza. Disponível em: <https://bit.ly/3tR8WJV>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018. 237 p.

SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

STRECK, Lênio; CARVALHO, Marco Aurélio de (org.). **O livro das suspeições**. Ribeirão Preto: Grupo Prerrogativas, 2020. 296 p.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009. 136 p.

ZAFARONI, Eugenio Raúl. El “Plan Cóndor” judicial. **Página 12**, [S. l.], 19 maio 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3bFV7HZ>. Acesso em: 20 abr. 2021.